



UNIVERSIDADE  
CATÓLICA  
PORTUGUESA

**PENSAR NA EXISTÊNCIA DO *KISHA CLUB* NO SÉCULO XXI**

**Dissertação apresentada à Universidade Católica  
Portuguesa para obtenção do grau de mestre em Ciências  
da Comunicação, variante Media e Jornalismo**

**Por**

**Akiko Kikuchi**

**Faculdade de Ciências Humanas**

**Junho 2017**



UNIVERSIDADE  
CATÓLICA  
PORTUGUESA

**PENSAR NA EXISTÊNCIA DO *KISHA CLUB* NO SÉCULO XXI**

**Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para  
obtenção do grau de mestre em Ciências da Comunicação,  
variante Media e Jornalismo**

**Por**

**Akiko Kikuchi**

**Faculdade de Ciências Humanas**

**Sob orientação do Professor Doutor Nelson Ribeiro**

**Junho 2017**

## Resumo

O *Kisha Club* foi estabelecido em 1890 como um clube de jornalistas, continuando ainda hoje a exercer um papel central no funcionamento do jornalismo no Japão. Como a presente dissertação demonstra, este clube possui três características principais: ‘acesso automático dos seus membros às informações provenientes das autoridades’, ‘regras muito restritas impostas aos membros’, e a ‘exclusividade do clube’, que impede o acesso à informação por parte jornalistas não membros e aos cidadãos em geral. O sistema do *Kisha Club* auxilia as autoridades a filtrar a informação que chega ao público, e restringe a actividade dos jornalistas não-membros.

Apesar do Japão se ter tornado num país democrático após a 2ª Guerra Mundial, os organismos oficiais, incluindo o gabinete do Primeiro-Ministro, Ministérios, departamentos da polícia e partidos políticos, adoptam o sistema do *Kisha Club*, o que ao longo das últimas décadas tem motivado críticas severas por parte de organizações internacionais. O presente estudo, além de descrever o sistema do *Kisha Club* e o modo como este evoluiu ao longo das décadas, apresenta também um trabalho empírico baseado num inquérito, em entrevistas e em análise de conteúdo. Enquanto que o inquérito por questionário permitiu aferir o hábito da amostra em termos do consumo de jornais, as entrevistas e a análise de conteúdo dos jornais revelaram como na prática os jornalistas não membros do *Kisha Club* são discriminados no acesso às fontes oficiais e como os vários jornais tendem a publicar textos praticamente idênticos baseados nas informações que receberem das entidades oficiais.

## Abstract

The *Kisha Club* was established as a group of journalists in 1890, and even today, it continues to play a central role in Japan's journalism. As this dissertation shows, this club has three main features: 'automatic access of the members to the authority's primary information', 'very restricted rules imposed on the members' and 'the exclusiveness of the club', which blocks non-member journalists and general citizens access to the information. The system of the *Kisha Club* helps the members and authorities to filter information which might arrive to the public, and restricts the activities of non-member journalists.

Despite of Japan becoming a democratic country after World War II, official organisms, including the Prime Minister's office, Ministries, police departments and political parties, adopt the *Kisha Club* system. Such adoption has brought sharp criticisms by international organizations for many decades. This study, besides the description of the *Kisha Club* system and its evolution process along decades, presents empirical work based on a questionnaire survey, interviews to journalists, and analyses of newspaper's contents. While the questionnaire survey shows the habit of readers regarding their newspaper's purchase, interviews and analyses of the newspaper's contents reveal that the non-member journalists are discriminated regarding the access to the official sources, and that various journalists of *Kisha Club* tend to publish similar, or practically the same articles as other members, articles which are based on the information provided by the official entities.

## Índice

Introdução .....	6
I – A Liberdade de Imprensa e o <i>Kisha Club</i> .....	9
1. Media e Democracia.....	9
1.1 A Teoria Liberal .....	9
1.2 Formas de Controlo Político dos Media nas Sociedades Modernas .....	11
1.3 Concentração de Propriedade.....	17
2. A Imprensa no Japão.....	23
2.1 O Nascimento dos jornais do Japão .....	23
2.2 Os Jornais Principais do Japão: ‘ <i>Yomiuri</i> ’, ‘ <i>Asahi</i> ’, ‘ <i>Mainichi</i> ’, ‘ <i>Nikkei</i> ’ ‘ <i>Sankei</i> ’ ....	26
2.3 ‘ <i>Shimbun Kobetsu Takuhai Seido</i> (Sistema de Distribuição de jornais)’ .....	27
2.4 O Nascimento e Crescimento dos Cinco Grandes Jornais do Japão .....	29
2.5 O Sistema Mediático Japonês e a Concentração de Propriedade .....	33
3. O <i>Kisha Club</i> .....	39
3.1 Sobre o <i>Kisha Club</i> .....	39
3.1.1 O Nascimento do <i>Kisha Club</i> .....	40
3.1.2 Características do <i>Kisha Club</i> .....	42
3.2 A Exclusividade do <i>Kisha Club</i> .....	43
3.2.1 Os membros do <i>Kisha Club</i> .....	43
3.2.2 Restrição Prioritária: <i>Kondan</i> , (a) <i>On-Record</i> , e (b) <i>Off-Record</i> .....	47
3.2.3 Apoio ao financiamento para os membros do <i>Kisha Club</i> .....	49
3.3. Regras e Punições .....	51
3.3.1 As Regras Oficiais .....	51
3.3.2 As Regras não escritas e o Ambiente de Auto-Censura .....	54
3.3.3 Punições e Sanções Coletivas .....	55
II – Parte Empírica	
4. Os inquéritos aos leitores dos jornais .....	62
4.1 Nível de Satisfação dos leitores .....	63
4.2 Precisão dos Conteúdos e Proporção dos Conteúdos .....	64

4.3 Os comentários dos leitores .....	66
5. A Visão dos Jornalistas (membros e não-membros do <i>Kisha Club</i> ).....	70
5.1 Negação mútua sobre o reconhecimento como colegas de profissão/colegas jornalistas.....	72
5.2 As opiniões sobre a existência do <i>Kisha Club</i> .....	74
5.3 Distância entre os jornalistas e os cidadãos .....	76
6. Dois estudos de caso sobre o <i>Kisha Club</i> e o Condicionamento de Produção de Notícias nos Jornais do Japão .....	78
6.1 Notícias sobre os Censos de 2015.....	79
6.1.1. Jornal <i>Asahi</i> .....	79
6.1.2. Jornal <i>Mainichi</i> .....	81
6.1.3. Jornal <i>Sankei</i> .....	83
6.1.4. Jornal <i>Yomiuri</i> .....	84
6.1.5 Jornal <i>Nikkei</i> (1).....	85
6.1.6. Jornal <i>Nikkei</i> (2).....	86
6.1.7. Análise das Notícias .....	88
6.2 A Candidatura da Sra. Koike à presidência da Câmara Municipal de Tóquio.....	89
6.2.1 Jornal <i>Yomiuri</i> (1).....	89
6.2.2 Jornal <i>Yomiuri</i> (2).....	92
6.2.3 Jornal <i>Asahi</i> .....	93
6.2.4 Jornal <i>Mainichi</i> .....	96
6.2.5 Jornal <i>Sankei</i> (1).....	100
6.2.6 Jornal <i>Sankei</i> (2).....	101
6.2.7 Jornal <i>Nikkei</i> .....	102
6.2.8 Análise dos Artigos .....	103
Conclusão .....	106
Bibliografia .....	110
Anexo A – Opiniões das Nações Unidas (Human Rights Office of the High Commissioner) sobre a liberdade de expressão do Japão em 2016	
Anexo B – World Press Freedom Index by Repórteres Sem Fronteira em 2016	
Anexo C – EU Priority Proposals for Regulatory Reform in Japan 16 October 2003 16 October 2003 (pp19-20)	

Anexo D – Entrevista ao Jornalista *Freelance*

Anexo E – Entrevista à Jornalista do *Kisha Club*

Anexo F – Press Release do Ministério dos Assuntos Internos e das Comunicações  
sobre os Censos de 2015

Anexo G – Artigos dos cinco jornais do *Kisha Club* sobre os Censos de 2015

Anexo H – Artigos dos cinco jornais do *Kisha Club* sobre a Candidatura à Eleição  
Presidencial da Câmara Municipal de Tóquio

## Introdução

O *Kisha Club*, surgido em 1890, é constituído por grupos de jornalistas cujo topo hierárquico corresponde à Associação da Imprensa Jornalística '*Nihon Shimbun Kyokai*' (NSK) (Asano, 2011: 43). Na língua japonesa, a palavra “*Kisha*” corresponde a “jornalista”. Por conseguinte, o termo “*Kisha Club*” corresponde literalmente aquilo que se poderá denominar como um “Clube de Jornalistas”, o equivalente a “*Press Club*” na língua inglesa. Todavia, as características intrínsecas do *Kisha Club* são notoriamente distintas daquelas que encontramos em grupos jornalísticos de outros países, motivo pelo qual, no presente trabalho, se opta pela utilização do termo *Kisha Club* e não pela tradução para a língua portuguesa.

O sistema do *Kisha Club* tem três características principais. A primeira é a garantia do acesso automático às informações para os jornalistas-membros sem necessidade de esforço investigativo por parte destes. A segunda é a existência de regras muito restritas sobre a circulação de informação e de um sistema coercivo dentro do *Kisha Club*. A terceira é a exclusividade deste grupo no que concerne ao acesso às informações provenientes das entidades a ele vinculadas (principalmente as autoridades oficiais).

Hoje em dia, no Japão, estima-se que mais de 1000 instituições, tais como tribunais, sedes da polícia, partidos políticos, e grandes organizações económicas divulgam as informações oficiais em exclusivo aos jornalistas que integram o *Kisha Club* (Freeman, 2000: 40). O sistema do *Kisha Club* permite aos seus membros e às suas fontes de informação filtrarem as informações existentes e restringirem as atividades dos jornalistas e dos media não vinculados ao *Kisha Club*, tais como os jornalistas *freelance* e jornalistas estrangeiros. Desde há muitos anos, o Japão tem recebido várias críticas

devido à existência do *Kisha Club*, não só internamente, mas também do estrangeiro, incluindo de organizações e entidades internacionais, tais como a Amnistia Internacional, Repórteres Sem Fronteiras, União Europeia e até das Nações Unidas (Anexo A).

Após as duas guerras mundiais, o Japão tem vindo a caminhar no sentido da Democracia, e conseguiu converter-se, na hierarquia económica mundial, no segundo maior país a nível global em 1968 (Nozawa, 2008: 307), tendo mais de 20 cientistas e médicos sido laureados com o Prémio Nobel da Física, da Ciência e da Medicina até 2016. No entanto, apesar do Japão ser considerado como um país económica e tecnologicamente avançado, continuam a existir estruturas de controlo da atividade jornalística. Em 2015, o *Kisha Club* completou 125 anos de existência, e o Japão assinalou os 70 anos do aniversário do fim da 2ª Guerra Mundial. A curiosidade, tendo em vista compreender como este clube continua a existir ao fim de mais de um século desde o seu surgimento, levou-me a optar por redigir este trabalho. Deste modo, o objetivo desta dissertação é compreender as funções do *Kisha Club* no mundo mediático do Japão e saber as razões pelas quais o *Kisha Club* ainda consegue manter o seu sistema no século XXI.

A Parte I, entre o Capítulo I e o Capítulo III, apresenta a parte teórica. O capítulo I debruça-se sobre a teoria liberal e a importância da Liberdade de Imprensa nos países democráticos, as formas de controlo dos media mais usuais e a tendência de concentração de propriedade que tem caracterizado as últimas décadas. O Capítulo II apresenta um breve retrato do campo mediático do Japão através de uma breve história da imprensa no país. O Capítulo III apresenta as empresas principais de imprensa no Japão, '*Yomiuri*', '*Asahi*', '*Mainichi*', '*Nikkei*' e '*Sankei*', as quais são atores principais do *Kisha Club* e dominam cerca de 90% do mercado dos jornais. O Capítulo III explica o sistema e o funcionamento do *Kisha Club*. A Parte II, do Capítulo IV ao Capítulo VI, consiste na

parte prática. O Capítulo IV analisa a opinião de uma amostra de leitores sobre os jornais, enquanto que o Capítulo V analisa as opiniões de dois entrevistados, um jornalista *Freelance* e um jornalista do *Kisha Club*. Já o Capítulo VI fornece uma análise da cobertura dos cinco jornais dos membros principais do *Kisha Club* em relação a duas notícias diferentes: ‘os Censos de 2015’ e ‘as Candidaturas às eleições da Câmara Municipal de Tóquio’.

Este trabalho aplica o pensamento de John Keane no livro *The Media and Democracy* (Keane, 1991) e de James Curran no livro *Media and Power* (Curran, 2002) para compreender as formas de controlo da imprensa no Japão por contraste com a situação vivida no mundo ocidental. A comparação entre as situações descritas na literatura sobre os media nos países ocidentais e a realidade japonesa justifica-se por duas razões. A primeira é o facto de que o Japão tem tentado adoptar um regime democrático constitucional desde o século XIX, assim como a liberdade de expressão. A segunda é a circunstância histórica, ou seja, o facto de no Japão o sistema mediático ter sido criado tendo por base o modelo europeu, havendo uma forte influência ocidental no Japão.

## **I – A Liberdade de Imprensa e o *Kisha Club***

### **1. *Media* e Democracia**

#### **1.1 A Teoria Liberal**

A grande demanda pela liberdade da Imprensa (*Liberty of the Press*) começou a surgir na Europa Ocidental no século XVII. Na Inglaterra, a liberdade da Imprensa é considerada como inseparável dos movimentos da Revolução Democrática desde a ocorrência da Revolução Industrial (Keane, 1991:7). John Keane apresenta quatro argumentos, surgidos na Inglaterra, justificativos do porquê de a liberdade da Imprensa ser importante e de a censura pelo Estado dever ser proibida pela sociedade civil (Keane, 1991:11). O primeiro argumento é a abordagem teológica, defendida por Henry Burton e Henry Robinson, e difundida por John Milton. Este último defendeu que a liberdade de Imprensa é importante para deixar que o amor por Deus e o espírito livre e provido de conhecimento (*free and knowing spirit*) floresçam. Segundo esta teoria, a censura pelo Estado impede o indivíduo de pensar e de distinguir o bem e o mal, o que impede uma vida correcta como cristão. Porém, Milton não era a favor da liberdade total da Imprensa e insistia que os livros relativos ao catolicismo fanático deviam ser limitados. O segundo argumento a favor da liberdade da Imprensa diz respeito ao direito do indivíduo. Esta teoria, argumentada por John Locke e por John Asgill, desempenhou um papel importante nos movimentos da Revolução Constitucional dos EUA e da França. Esta ideia da liberdade da Imprensa foi desenvolvida e promovida por Matthew Tindal até se chegar ao Direito Natural (*ius naturale*). Matthew recusou a censura pelo Estado, justificada sob

o nome da Religião, e defendeu este Direito Natural, a liberdade da Imprensa, até à área Política. Segundo o argumento de Matthew, o Direito Natural, que o indivíduo possui, não é suposto ser abandonado perante o Estado. Tindal insistiu que o indivíduo podia exercer a liberdade da Imprensa contra o governo. Considerava-se que a liberdade da Imprensa prevenia os acontecimentos imprevistos, alertava para o perigo, e garantia uma boa governança baseada no Direito Natural. O terceiro argumento é a designada teoria do utilitarismo, argumentada por William Godwin e por James Mill. Defende que a permissão de censura da opinião pública equivalia à licença de despotismo. Segundo as teorias destes utilitaristas, o bom sistema político necessitava de dois requisitos: produzir governos que alimentavam a felicidade do povo através da sociedade civil estruturada pelas leis e pelo intercâmbio do mercado livre, e proteger os cidadãos da violência dos próprios governos (Keane, 1991: 15). O quarto argumento, apresentado por John Stuart Mill, por Leonard Busher e por Joseph Priestley, é o alcance da Verdade. A liberdade de Imprensa ajuda a alcançar a Verdade através da discussão pública sem restrições. Os livros ingleses com esta ideia foram publicados no início da época moderna. Um dos primeiros exemplos é o livro de Leonard Busher, *Religion's Peace: or, a Plea for liberty of conscience* (1614). No livro, escreve-se 'Even as the Chaff before the Wind cannot stand, so Error before Truth cannot abide.' O argumento para a liberdade da imprensa baseado no alcance da Verdade foi desenvolvido activamente no século XVIII na Grã-Bretanha. Um dos exemplos mais conhecidos é *An Essay on the First Principles of Government; and on the nature of political, civil and religious liberty* (1768) por Joseph Priestley. Esta teoria foi desenvolvida e divulgada por John Stuart Mill no livro *On Liberty* (1859). John Stuart Mill sublinhou a importância da liberdade de Imprensa pelas seguintes razões: Primeiramente, é possível que as opiniões, que o governo e a sociedade

julgaram implausíveis e que venham a silenciar, sejam parcialmente ou completamente verdadeiras. Para além dessa possibilidade, se ninguém desafiar a voz oficial, essa voz, mesmo que contenha verdade, vai-se diluindo no meio do preconceito dos outros. John Stuart Mill era céptico sobre a ideia de que a verdade conseguisse sempre ser aceite no espaço público e não acreditava que esta sempre prevalecesse à censura (Keane, 1991:19). O crescimento da opinião pública através da liberdade da Imprensa fortaleceu a ligação com a Política, e desde a época da Revolução Inglesa a exigência de Liberdade de Imprensa foi essencial para o aparecimento da democracia moderna.

Uma das teorias mais importantes para a justificação da liberdade da Imprensa é o papel dos media como *watchdog*, cuja teoria foi promovida especialmente nos EUA por cientistas políticos tais como Kelly e Dona (Curran, 2002:217). Os *media* vigiam e criticam os comportamentos dos políticos, do governo e do Estado, que impedem os políticos e as autoridades de abusarem e concentrarem o seu poder. Segundo esta teoria, através do mercado liberal, os media conseguem ter a sua independência completa e podem desempenhar a sua função como o quarto poder (Curran, 2002:217).

## **1.2 Formas de Controlo Político dos Media nas Sociedades Modernas**

A Imprensa foi o primeiro meio de comunicação de massas, tendo sido sujeita a censura e perseguição por parte do Estado. Os manuscritos eram examinados por entidades oficiais tendo em vista averiguar-se se podiam ser publicados, e mesmo após a publicação, os escritores, os jornalistas e os próprios jornais eram frequentemente alvo de vigilância policial. Nessa conjuntura em que existia tanta pressão direccionada aos *mass media*, é compreensível que a liberdade da Imprensa fosse considerada e definida como

uma mera ausência de interferência e repressão por parte do Estado. Nos primeiros tempos da Imprensa, a censura era considerada como uma prerrogativa do Estado, que ameaçava directamente os jornais e os jornalistas com força coerciva. Tal vigorou também em vários regimes autoritários que marcaram o século XX, nomeadamente em Portugal (Ribeiro, 2015: 74-88), onde controlo prévio do que poderia ser publicado na imprensa marcou o dia-a-dia dos jornais e daqueles que escreviam nos jornais. Todavia, além das formas de censura tradicionais, John Keane chama também a atenção para outros métodos de interferência na liberdade da Imprensa, que foram desenvolvidos de forma subtil desde a Primeira Guerra Mundial e que vigoram mesmo em regimes democráticos. (Keane, 1991:95). Segundo o autor, em todos os regimes democráticos ainda subsistem as sombras do despotismo, e o mundo actual dos *media* atravessa uma nova fase de censura. Keane apresenta o que considera serem as cinco formas principais de limitação da liberdade da Imprensa, que hoje em dia são aplicadas pelo Estado, pelas autoridades locais, e até pelas entidades supra-nacionais (Keane, 1991:95).

### **Poderes de emergência**

Por poderes de emergência Keane refere-se à intervenção directa nos *media* pelo governo que ocorre sobre o pretexto de o país se encontrar sob uma situação de emergência. Tal intervenção é conseguida através da orientação editorial, de ameaças, de proibições e, em última instância, de detenções. O primeiro tipo é ‘Restrição Prioritária (*Prior restraint*)’, que é muito habitual em vários países, incluindo nos Estados Unidos. Seja a título oficial ou informal, os porta-vozes do governo e das autoridades orientam os comportamentos dos *media* conforme as suas diretrizes e aconselham-nos, através de

ordens, avisos, conversas amigáveis, confraternizações, telefonemas, entre outras formas. O segundo tipo de técnica é a ‘Censura Pós-Publicação (*Post-publication censorship*)’: Neste caso as autoridades podem proibir publicações, apreender livros, fotos, quadros e filmes, estendendo-se este poder até ao encerramento de jornais e estações de televisão ou rádio. No caso do Estado e das autoridades categorizarem as empresas de *media* como ‘anti-Estado’, a actividade destas pode ser proibida, e os jornalistas associados a estas vão ser censurados e punidos. Às vezes, estas duas formas de censura: ‘Restrição Prioritária (*Prior restraint*)’ e ‘Censura Pós-Publicação (*Post-publication censorship*)’ podem ser combinadas e exercidas simultaneamente. Como exemplo, em França durante a transição da Quarta República para a Quinta República, os *media* foram ameaçados, censurados, e tiveram lugar apreensões executadas pelo governo, justificadas pelo facto de se considerar que a França estava em perigo. Os Ministros da França faziam *briefings* e indicavam os assuntos sobre os quais os jornalistas podiam e não podiam escrever, sublinhando que esses *briefings* eram confidenciais. Os jornalistas eram detidos e convencidos a escrever artigos conforme a indicação do governo (Keane, 1991:95-97).

### **Sigilo militar**

O sigilo militar é a interferência política que o Estado moderno exerce através da polícia e da vigilância secretos. No início da época moderna, os vários governos destacavam sigilosamente elementos da Polícia Secreta para os centros de opinião e vigiavam-nos desde o seu interior. Esta função de vigilância pelo governo, surgida na segunda metade do século XIX, cresceu e propagou-se até ao sector privado, o que se

tornou numa das características dos regimes ocidentais no século XX. Em nome da ‘Segurança do País’, foram estabelecidas agências e polícias secretas, cuja função é vigiar e escutar a população (Keane, 1991:97-101).

### **Disseminação de mentiras**

A mentira é uma das características do funcionamento da política também em regimes democráticos. Muitos políticos alimentam a crença de que metade da política é *image making*, e a outra metade é a técnica de fazer com que as pessoas acreditem nessa imagem, seja quais forem os factos.

A prática da mentira na política é parcialmente uma herança do início da época moderna, quando foi adoptada como estratégia de relações públicas das autoridades. A mentira é uma tática praticada pelos inúmeros *press officers* do governo, que desviando as críticas, acalmam os nervos dos jornalistas, preparando as histórias para o público consumir, mas nem sempre têm uma relação com a realidade. Esta técnica foi particularmente desenvolvida nos Estados Unidos (Keane, 1991:102) onde é comum as autoridades agradarem aos jornalistas, oferecendo notícias que são aparentemente verdadeiras e plausíveis, procurando transmitir uma imagem positiva do Presidente. Os comunicados dos vários departamentos são coordenados, as Conferências de Imprensa são dadas para projectar as opiniões da Presidência, alguns repórteres e jornalistas são acreditados, as perguntas já são preparadas, as perguntas suplementares (follow-up questions) não são permitidas, e os tópicos leves (*cream puff topics*) são

priorizados.

As características principais são as seguintes: ‘as questões que os jornalistas vão fazer já são antecipadamente ajustadas e definidas’, ‘não é permitido fazer perguntas extra’, ‘as perguntas prioritárias são as menos relevantes’, ‘o governo dá a oportunidade de se fazerem entrevistas coletivas ou tirar fotos para os *media*, distribui resumos das notícias, explica os detalhes das notícias, e organiza até mesmo viagens com o governo.’ Por outro lado, caso os jornalistas ou empresas infringam as regras, o governo expulsa-os do acesso às informações públicas sob o pretexto de promoverem a ‘parcialidade das notícias’ (Keane, 1991:102). Os jornalistas têm que escolher se vão continuar a escrever as críticas ou abandonar as suas carreiras. Num caso extremo, as autoridades recusam aos jornalistas o acesso às informações. Por outro lado, os tecnocratas e especialistas apresentam e explicam os conteúdos com muita complexidade, a fim de distrair o interesse e atenção dos *media* e dos leitores. Embora a relação do governo americano com a imprensa se tenha alterado de modo muito substancial após a eleição de Donald Trump, que não cumpre aqui detalhar, mesmo no passado existia já uma estratégia de condicionamento das notícias publicadas pelos *media*.

### **Publicidade do Estado**

A publicidade do Estado, muitas vezes também apelidada de institucional, é aquela que é paga pelo governo, e uma das maiores fontes de receita dos *media* em muitas democracias ocidentais. Um dos exemplos clássicos mais conhecidos na Europa é o jornal *London Gazette*, cujo nome inicial de 1665 era *Oxford Gazette*. Este jornal funcionava como um órgão de publicidade do governo, publicando discursos dos reis, dos parlamentares, etc. Hoje em dia, a publicidade oficial é distribuída de forma mais

sofisticada e discreta. Porém, no início dos anos 90 o orçamento de Estado na Inglaterra tendo em vista a autopromoção do governo rondava cerca de £200 milhões, fazendo com que o Estado fosse o segundo maior anunciante em Inglaterra, apenas ultrapassado pela multinacional *Unilever* (Keane, 1991:104). O crescimento do orçamento estadual para a publicidade dá um grande poder ao governo na sua relação com os meios de comunicação.

### **Corporativismo**

O Corporativismo é um processo no qual os grupos e as organizações privadas, com interesses comuns a este, falam com o governo a uma só voz de modo a melhor defenderem a concretização de determinadas políticas. O Corporativismo incorpora grupos tais como empresas e associações dentro das funções do Estado, atribuindo-lhes funções políticas. Durante o século XX, no sector privado, foram formadas muitas redes de organizações com o objectivo de se encarregarem das funções até então executadas pelo governo, o que se converteu numa tendência geral. As organizações negociam e fazem contratos com o governo, e estas redes privadas passam a deter interesses em comum com este. Como consequência, as decisões públicas são tomadas só no seio dos grupos influentes da sociedade ou só entre grupos influentes e o governo. Dado que querem receber os benefícios pelo governo com estabilidade, as empresas dominantes podem silenciar os media que estão a tentar vigiar o governo (Curran, 2002: 225). As uniões comerciais, associações profissionais, e outras organizações tornam-se assim em componentes indispensáveis e integrais das decisões públicas de *policymaking*. Por outro lado, nenhum destes agentes visa romper com o processo do corporativismo. Eles têm tendência para serem altamente elitistas (Keane, 1991:108) e, deste modo, defenderem

os seus próprios interesses antes de se preocuparem com a liberdade de imprensa.

### **1.3 A Concentração de Propriedade**

Para além dos cinco métodos de interferência na liberdade da Imprensa descritos por Keane - Poderes de emergência, Sigilo militar, Disseminação de mentiras, Publicidade do estado, Corporativismo - hoje em dia há mais fatores que impedem as empresas dos *media* de desempenharem devidamente as suas actividades. Uma das novas limitações da liberdade da Imprensa vem da desregulação do mercado dos media.

Segundo a teoria ortodoxa de *watchdog*, era fundamental os media conseguirem ter uma certa distância do governo, e para realizar este afastamento, era considerado que era importante que os media fossem empresas privadas a funcionar no mercado livre (Curran, 2002: 220).

Hoje em dia, os media do século XXI têm uma forte componente de entretenimento, sendo que o sector económico tem uma forte influência nos media, dado que muitas organizações mediáticas têm crescido a partir de grandes conglomerados de empresas vocacionadas para a oferta de serviços de entretenimento, que se encontram entre as maiores empresas do mundo. Tal tem gerado situações nas quais os jornalistas não querem mexer e aprofundar, tais como os assuntos relacionados com as empresas-mãe ou empresas-irmãs (Curran, 2002: 220). Assim, o mercado livre e o *private-ownership* dos *media* causou o fenómeno de concentração de propriedade, com o aparecimento de conglomerados mediáticos, o que ironicamente limitou as suas actividades. A corrupção dos *media* acelerou nos anos 1980 e 1990 (Curran, 2002: 220), e o mercado actual, mercado livre, pode não criar os media como *watchdog*

independentes que servem o interesse público, mas poderá criar mercenários corporativos que ajustam os seus conteúdos conforme os seus objectivos privados (Curran, 2002 : 221).

Os media controlados pelos negócios servem os negócios (Curran, 2002: 223). A liberdade de expressão do indivíduo foi substituída pela liberdade de expressão das empresas de *media* (*corporate actors*), que têm um grande poder na área da informação (Keane, 1991:87). O controlo dos diferentes setores dos *media* – desde a imprensa, à rádio, à televisão e à internet - torna-se cada vez mais integrado, monopolizado e burocrático (Curran, 2002: 220). As organizações dos media actuais são dirigidas com o objectivo primário de gerar lucro (Curran, 2002: 220). Quanto maiores as empresas de *media*, mais dominante e dependentes dos lucros, e em algumas partes, das decisões políticas e burocráticas (Curran, 2002: 221).

Até à segunda metade dos anos 80 do século XX, as escolhas dos consumidores já tinham sido restringidas por oligopólios mediáticos. Em muitos países, a imprensa caiu mesmo em redes de monopólios locais. Os canais de rádio e de TV são limitados e as agências de notícias, as produtoras de cinema e música passaram a ser controlados por poucas empresas (Curran, 2002: 228).

O fenómeno de concentração dos media surgiu gradualmente no período pós-II Guerra Mundial, em paralelo com os movimentos de desregulação em prol do mercado livre, o que concentrou os capitais dos *media* em empresas gigantes ( Keane, 1991:64). O *Cross-Ownership* é um dos exemplos de falha do mercado (*market failure*) (Keane, 1991: 64) causado pelo excesso de desregulação tendo em vista a realização do mercado livre (Keane, 1991:54) . A competição ilimitada nem sempre garante a participação dos novos empreendedores e entidades no mercado dos *media*, pois, em muitos casos, o

funcionamento do mercado tem dado lugar à criação de empresas quase monopolísticas em alguns mercados (Keane, 1991:71).

Os investimentos realizados pelas empresas no mercado dos media dependem das previsões relativas ao que poderá ocorrer no futuro. O alto risco e o custo para a entrada no mercado dos media desencoraja potenciais investidores, o que inviabiliza a materialização de muitos investimentos (Keane, 1991:75). O custo da entrada no mundo comercial dos jornais é elevado, e continua a aumentar progressivamente (Keane, 1991:73). O aumento destes custos e a quebra da retribuição paga pela colocação de publicidade enfraqueceram os *media* tradicionais e ameaçam colocar em causa o seu papel democrático.

Nos Estados Unidos, a *News Corporation*, de Rupert Murdoch, é um dos exemplos de concentração de propriedade a nível global. *The Murdoch holdings* está espalhada por quatro continentes, e tem bens (*assets*) em setores tão diversos como revistas, jornais, livros, filmes e televisão, incluindo os jornais *New York Times*, *New Woman*, *Seventeen* e *TV Guide*. A *Murdoch company* controla quase dois terços dos jornais metropolitanos na Austrália e um terço da distribuição nacional na Inglaterra, também sendo responsável pela publicação do *The Times*, *Sunday Times*, *the Australian Herald* e *the Boston Herald*. Murdoch também é o co-proprietário do *The Financial Times* e do *South China Morning Post*. Detém igualmente rendimentos em dez editores livresiros, incluindo a *Harper Collins*. *Murdoch's Sky Channel* é um satélite de radiodifusão, que serve 13 milhões de casas em 22 países. Detém ainda a *Twenty Century Fox Film Studios* e seis estações de televisão independentes nos Estados Unidos, o que o levou a lançar a *Fox Television Network*, a qual produz e emite diversos canais de televisão nos Estados Unidos e noutros países. O império de Murdoch no espaço abrangido pela língua inglesa

como idioma oficial tem sido criado através da aquisição de sistemas de comunicação existentes ( Curran, 2002: 220, 221, 228; Keane, 1991: 73).

Nos anos 80 do século XX, a *Twentieth Century Fox* e a *Metromedia* passaram para o controlo de Rupert Murdoch. A *Viacom* adquiriu a *Paramount* e a *Blockbuster* em 1994, e a *Disney*, por sua vez, comprou *ABC television network* em 1995. A *Time Warner* e *Turner Broadcasting* escolheram fundir-se em 1996. O mesmo sucedeu, em 1998, com a empresa de telecomunicações *AT&T* e a empresa de cabo *TCI*. Também a *Time Warner* e a *America OnLine (AOL)* se fundiram. Assim, o número das empresas que dominam no mercado dos media nos EUA diminuiu de cinquenta em 1983 para dez em 1997 e hoje em dia, estas empresas controlam os media no país (Curran, 2002: 228)

Em França, após a Segunda Guerra Mundial, a concentração da imprensa afectou a independência do sistema mediático alguns anos após a libertação pelos aliados. Os sectores da impressão e distribuição de jornais sofreram com a criação de monopólios na imprensa e as empresas de publicidade passaram a apoiar sobretudo jornais não-políticos, levando a que aqueles que escreviam sobre temas políticos se tornassem insolventes. Como resultado, os jornais das pequenas regiões entraram em declínio, e as empresas independentes da imprensa foram compradas, assimiladas ou faliram. De entre os 27 jornais políticos que existiam no início da libertação, apenas 3 conseguiram manter a sua actividade até aos anos 70 (Keane, 1991: 72).

Em Inglaterra, também a competição acelerou a integração e absorção dos jornais britânicos. A aquisição dos títulos concorrentes constituiu uma estratégia importante para que algumas empresas de imprensa superassem os seus rivais e adquirissem influência no mercado dos *media*. Nos anos 70, três homens, Maxwell, Murdoch e Stevens, detinham a propriedade de 82% dos jornais semanais, e 72% dos

jornais diários na Inglaterra. Em meados dos anos 90 do século XX, Tony Blair, então líder do Partido Trabalhista, e Rupert Murdoch fizeram vários acordos para os media de Murdoch não criticarem o seu Partido, em troca do partido não criticar a monopolização do mercado por Murdoch (Curran, 2002: 221). Este adquiriu os vários títulos das empresas rivais, criando a maior editora de imprensa, detendo igualmente um sistema de transmissão de televisão por satélite. Através de fusões e aquisições, na Inglaterra, durante os anos 90 do século XX, o número das grandes empresas de TV independentes foi reduzido para três (Curran, 2002: 228).

Em Itália a desregulação possibilitou o crescimento do império *Fininvest* de Silvio Berlusconi. O processo da centralização dos capitais começou de forma gradual, e a partir de meados dos anos 70 a concentração de propriedade tornou-se muito elevada, o que foi deteriorando a qualidade da imprensa. Nos anos 90 este grupo possuía três dos principais canais privados de televisão a nível nacional, uma empresa de produção de filmes, diversas redes de rádio, e a maior editora da Itália, a *Mondador*. Fora do país, a *Fininvest* detém canais de televisão em França, Alemanha e Espanha. Paralelamente, a empresa também possui negócios nos sectores dos seguros, nos mercados financeiros, no imobiliário e na construção, sendo também detentora de cerca de 300 cinemas, um clube de futebol, e de uma cadeia nacional de supermercados (*Standa*) (Keane, 1991:71).

Na Austrália, na segunda metade da década de 80 do século XX, o Partido dos Trabalhadores fez uma aliança estratégica com os media e conseguiu ganhar na eleição em 1987 (Curran, 2002: 220). Este fenómeno também aconteceu na América Latina e muitas empresas de media privadas apoiaram golpes militares de direita na América Latina (Curran, 2002: 221). O imperador dos media na Argentina, Eduardo Eureka, forçou o cancelamento de uma reportagem de TV que criticava a elevada despesa que

advinha da construção de uma pista de aterragem na propriedade do Presidente Manem, dado que Eureka estava a passar por um processo de aquisição para ser o maior *stakeholder* aquando da privatização de aeroportos na Argentina (Curran, 2002: 221). No Chile, *El Mercurio* apoiou o golpe militar e suportou a ditadura de Pinochet, e em grande parte, deixou passar a violação dos direitos humanos (Curran, 2002: 221). No Brasil, também a *Globo* apoiou incondicionalmente o regime militar (Curran, 2002: 221)

## Capítulo II- A Imprensa no Japão

### 2.1. O Nascimento dos jornais no Japão

As notas públicas mais antigas, que tinham como propósito disseminar notícias singulares de última hora, tais como incêndios ou crimes nas diversas regiões, chamavam-se ‘*Kawara-ban*’. A mais antiga data de 1615 (Haruhara, 2003:7). Nessa altura, nem todos tinham direito de acesso às informações. Era o governo *Bakufu* que fornecia as notícias ao povo, e os conteúdos eram escolhidos conforme a política definida pelo *Shogun* (título mais alto do Regime Militar).

Aquando da unificação do Japão pelo *Shogun* Tokugawa, em 1603, este adoptou a política ‘*Sakoku*’, ou seja, o encerramento do país, colocando um ponto final no intercâmbio comercial e cultural entre o Japão e os outros países (Sato et al, 2010: 223). Tokugawa conseguia desta forma controlar melhor o fluxo de informações, deixando de haver a partir de então influência exterior. Durante a política ‘*Sakoku*’, o governo tinha relações comerciais apenas com a Holanda e a China (Sato et al, 2010: 252), e o Japão recebia relatórios anuais relativos aos assuntos ocidentais através desses países.

Os indivíduos que tinham acesso a estes documentos eram apenas as autoridades, tais como o *Shogun* e seus subordinados diretos, assim como grupos de indivíduos que ocupavam uma posição alta na hierarquia social e económica (Freeman, 2000: 55). Deste modo, aceder às informações provenientes do estrangeiro era um privilégio da classe alta, e não era considerado um direito do povo. Seria ainda preciso esperar mais de dois séculos até os jornais se tornarem acessíveis aos cidadãos e se transformarem num meio de comunicação de massas.

O primeiro jornal japonês próximo dos jornais de hoje em dia, do ponto de vista da influência dos seus conteúdos na sociedade, foi o ‘*Chugai-Shimbun*’, publicado por Shunsan Yanagawa. Foi lançado em 1868 (Tsuchiya, 2009: 28, Haruharu, 2003:19) no meio da onda de Ocidentalização do Japão ocorrida desde a segunda metade do século XIX aquando do fim do ‘*Sakoku*’.

Em 1853, quando um navio norte-americano chegou ao Japão, a ameaça colocada por este poder militar exterior levou o governo a decidir reabrir o país, o que culminou na assinatura de ‘*the Convention of Kanagawa*’ (Kitaoka, 2011:19). Cinco anos depois, o Japão assinou o ‘*The Treaty of Amity and Commerce*’, primeiro com os EUA, e depois com a Rússia, Inglaterra, França e Holanda (Kitaoka, 2011:24). Devido à política ‘*Sakoku*’, que esteve em vigor por mais de dois séculos, o Japão tinha desenvolvido os seus próprios sistemas de Direito, de Legislação, bem como uma sociedade e cultura bastante diferentes do Ocidente. Tal levou a que os novos parceiros comerciais considerassem o Japão como um país menos civilizado (Kitaoka, 2011: 26). Tal dificultou as negociações e levou a que os acordos firmados apresentassem várias desvantagens para o Japão, tais como a falta de autonomia alfandegária e a ausência da aplicação da jurisdição japonesa aos estrangeiros provenientes desses países (Sato et al, 2010: 317).

Ao retomar as relações com o exterior, o governo japonês começou a importar os sistemas políticos, jurídicos, sociais e até alguns elementos culturais dos países europeus. Tendo em vista a renegociação dos tratados desvantajosos para o Japão, esta adaptação correspondia ao requisito mínimo necessário para este atingir a modernização, no sentido da ocidentalização, colocando-se como tal ao mesmo nível desses países europeus (Kitaoka, 2011: 42). O sistema de publicação de jornais foi importado como resultado dessa política (Sato et al, 2010:396).

O primeiro jornal japonês similar aos jornais de hoje em dia, do ponto de vista da influência dos seus conteúdos na sociedade, foi o ‘*Chugai-Shimbun*’, publicado por Shunsan Yanagawa, lançado em 1868 (Tsuchiya, 2009: 28, Haruharu, 2003:19). No mesmo ano, o ‘*Kouko-Shimbun*’, lançado por Gennichiro Fukuchi, cuja qualidade não ficava atrás do *Chugai-Shimbun*, também influenciava os leitores (Tsuchiya, 2009:22). Assim, gradualmente, a cultura dos jornais foi infiltrando-se na sociedade japonesa. Contudo, simultaneamente, as empresas da imprensa que não agiam em conformidade com a linha política vigente no país eram reprimidas com muito rigor. O número de suspensões de jornais, que até 1880 somavam um total de 16, aumentou para 70 até 1882, tendo quase 200 jornais e revistas sido punidos até então (Freeman, 2000:75). Neste contexto, apenas num período de 20 anos, os jornais no Japão perderam força para criticar o governo. Por outro lado, as autoridades beneficiavam os jornalistas que apoiavam e concordavam com o governo. O governo financiou as empresas jornalísticas mais influentes naquela época, tais como eram o *Yokohama Mainichi*, o *Tokyo Nichi-Nichi Shimbun* (atual *Mainichi Shimbun*), e o *Yubin-Hochi Shimbun* (atual *Yomiuri Shimbun*) (Freeman, 2000: 58-59).

A fim de promover a divulgação dos jornais, primeiramente, o governo ordenou que todas as prefeituras (naquela época havia 75 prefeituras) comprassem vários jornais com recursos do Ministério das Finanças: o ‘*Yokohama-Mainichi Shimbun*’, o ‘*Shimbun-Zasshi*’, e o ‘*Tokyo-Nichi-Nichi* (atual *Mainichi Shimbun*)’. Ao mesmo tempo, as autoridades criaram espaços públicos para os cidadãos lerem gratuitamente esses jornais, e os funcionários públicos ajudavam-nos a entenderem o que estava escrito nos artigos, aproveitando para lhes explicar a política governamental (Freeman, 2000:60).

Todavia, ao apoiar o estabelecimento e a divulgação dos jornais, o governo

japonês excluía o conceito do quarto poder (Freeman, 2000:56). Na verdade, aquando dos processos de ocidentalização e modernização, o governo japonês aproveitou os jornais como instrumentos de educação e instrução do povo. Por exemplo, quando Yukichi Fukuzawa, um dos iluministas e dos educadores mais influentes no Japão, apresentava as vantagens da leitura dos jornais, ele explicava que estes tinham uma função muito importante como educadores do povo, rejeitando, contudo, que a imprensa pudesse ter um papel ativo no escrutínio do poder político.

## 2.2. Os Jornais Principais do Japão: ‘Yomiuri’, ‘Asahi’, ‘Mainichi’, ‘Nikkei’ ‘Sankei’

No Japão, existem cinco jornais principais: ‘Yomiuri’, ‘Asahi’, ‘Mainichi’, ‘Nikkei’ e ‘Sankei’. Estes cinco jornais representam cerca de 90% da venda de jornais diários no Japão (Legewie, 2010:14). No top 10 do ranking mundial da circulação média diária de jornais estavam, em 2014, quatro jornais japoneses: *Yomiuri*, *Asahi*, *Mainichi* e *Nikkei*. Apesar do Jornal *Sankei* não estar nos dos 10 primeiros lugares, segundo o site da sua empresa, o número da sua circulação média diária entre Janeiro e Junho de 2014 foi de 2.131.538 exemplares. (<http://www.sankei-ad-info.com/data/>).

### **Quadro 1 - Ranking Mundial do número médio da Circulação diária de jornais**

	Title	Países	Idioma	Circulação
1	The Yomiuri Shimbun	Japão	Japonês	9,190,000
2	The Asahi Shimbun	Japão	Japonês	6,809,000
3	USA Today	EUA	Inglês	4,139,000
4	Dainik Bhaskar	Índia	Hindi	3,557,000
5	The Mainichi Newspapers	Japão	Japonês	3,360,000
6	Cankao Xiaoxi	China	Chinês	3,073,000
7	Dainik Jagran	Índia	Hindi	3,034,000
8	The Times of India	Índia	Inglês	2,891,000
9	The Nikkei	Japão	Japonês	2,732,000
10	People's Daily	China	Chinês	2,603,000

Fonte: <http://www.wptdatabase.org/world-press-trends-2015-facts-and-figures>

Os cinco jornais *Yomiuri*, *Asahi*, *Mainichi*, *Nikkei* e *Sankei* mantêm uma forte presença no mercado mediático japonês. A receita anual do Jornal *Yomiuri* em 2012 foi de 6.964 milhões de euros<sup>1</sup>, sendo as receitas dos outros quatro jornais, *Asahi*, *Mainichi*, *Nikkei* e *Sankei* também muito demonstrativas da dimensão económica do mercado de jornais japoneses.

**Quadro 2 - Receita Operacional em 2012<sup>2</sup>**

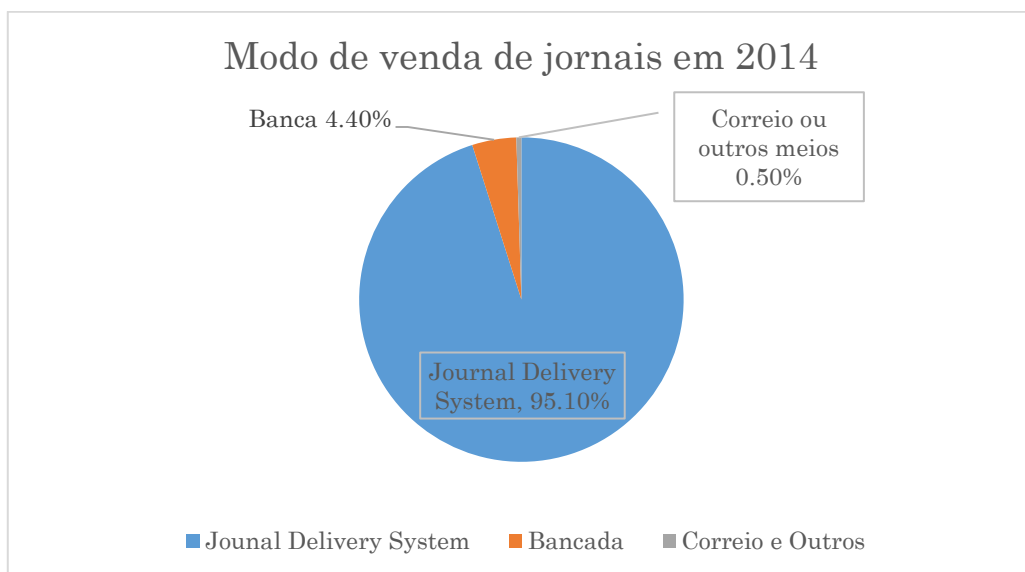
<i>Yomiuri</i>	<i>Asahi</i>	<i>Mainichi</i>	<i>Nikkei</i>	<i>Sankei</i>
¥ 704.300.000.000	¥ 469.500.000.000	¥ 233.500.000.000	¥ 288.000.000.000	¥133.900.000.000
€6.964.303.371	€4.642.539.305	€2.308.909.324	€2.847.819.638	€1.324.038.366

### **2.3. ‘Shimbun Kobetsu Takuhai Seido’ (Sistema de Distribuição de Jornais)**

Uma das razões pelas quais os cinco principais jornais conseguem manter a sua forte presença é o ‘*Shimbun Kobetsu Takuhai Seido*’ (Sistema de Distribuição de Jornais). Ao andar nas ruas de vários países, reparamos que os jornais estão à venda nos quiosques, nas bancas, ou nas bombas de gasolina. Também no Japão, podemos encontrar os jornais nas lojas de conveniência ou no metro. Porém, existe um sistema alternativo de distribuição, chamado ‘*Shimbun Kobetsu Takuhai Seido (Sistema de Distribuição de Jornais)*’ (Hosono 2001: 220). Através da assinatura de um contrato entre os leitores e as empresas que recorrem a este sistema, todas as manhãs os jornais são entregues diretamente nas casas ou nas empresas. Caso o leitor não informe a empresa sobre a rescisão, o contrato é, geralmente, renovado de modo automático. Olhando para a imagem abaixo, fica claro que 95% dos leitores do Japão optam por este sistema de assinatura.

<sup>1</sup> Os dados do Seibido Shuppan Henshubu mostram as receitas operacionais (*operating revenue, business income*) desses jornais em 2012. Baseando-nos na taxa do câmbio média anual entre ienes e euros em 2012 pelo banco *Mitsubishi Tokyo UFJ*, 1 euro=101.13 ienes.

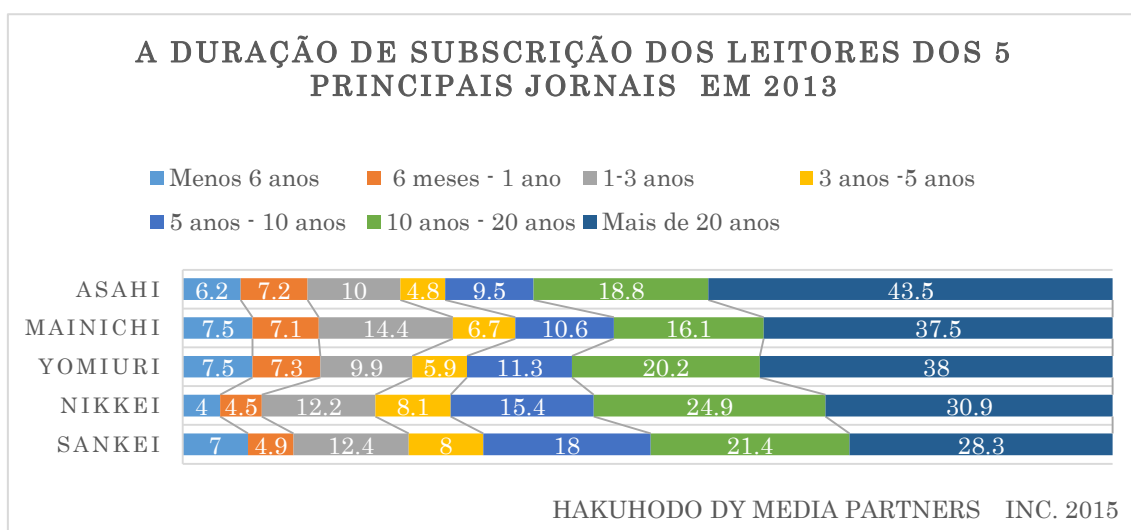
<sup>2</sup> (Seibido Shuppan Henshubu (2014): 154-155)



(Hakuhodo Media Guide 2015, 2015:125)

Gráfico 1- Modo de venda de jornais no Japão em 2014

O gráfico 2 mostra a duração da subscrição dos leitores dos cinco jornais principais. Curiosamente, a maioria dos contratantes lê os jornais das mesmas empresas há mais de 10 anos. Assim, entende-se que a alta percentagem de compras deriva da criação de um hábito diário que conduz a leitores mais passivos no que concerne ao acesso à informação.



(Hakuhodo Media Guide 2015, 2015:125)

Gráfico 2 – Duração dos contratos de subscrição de jornais

## 2.4 O Nascimento e Crescimento dos Cinco Grandes Jornais do Japão

O nascimento dos cinco jornais principais do Japão ocorreu no século XIX. Originalmente, as empresas que mais tarde passarão a administrar os jornais *Mainichi*, *Yomiuri*, *Nikkei*, *Asahi* e *Sankei* surgiram respectivamente em 1872, 1874, 1876, 1879 e 1882. No início da Segunda Guerra Mundial, os jornais '*Asahi*', '*Mainichi*' (então '*Osaka-Mainichi*' e '*Tokyo-Nichi-Nichi*'), e '*Yomiuri*' (então '*Yomiuri*' e '*Hochi*') já eram influentes, inclusivamente ao nível do seu impacto na opinião pública. Como tal, o governo considerava esses cinco jornais como um bom instrumento para fazer a sua propaganda, tendo começado a privilegiá-los. Por outro lado, o governo japonês queria também limitar o número dos títulos dos jornais para facilitar o controlo das opiniões e a vigilância da Imprensa. Na década de 40, o governo propôs a diminuição da quantidade de jornais através da fusão obrigatória das empresas (Freeman, 2000:98). As cinco grandes empresas concordaram com a proposta da oligopólio de venda dos seus jornais em locais determinados pelo governo, o que levou a diversas fusões entre os títulos nacionais e regionais (Yamamoto, 1998: 201). O quadro abaixo mostra a fusão dos jornais antes e depois da Política 'Um Jornal Para Uma Prefeitura' instituída em 1942.

<b>Política da Fusão dos jornais ‘Um Jornal de Uma Prefeitura’</b>	
<b>Antes</b>	<b>Depois</b>
<b>Prefeitura Tokyo</b>	
Asahi,	Asahi
Tokyo Nichi-Nichi	Tokyo Nichi Nichi (actual Mainichi)
Yomiuri	Yomiuri-Hochi (actual Yomiuri)
Hochi	
Miyako	Tokyo Shimbun
Kokumin	
Chugai-Shogyo-Shinpou	Nihon Sangyo Keizai Shimbun(actual Nikkei)
Nikkan-Kogyo, Kezai-Jiji-SHinpo, etc no total 11 jornais industriais e comerciais	
<b>Prefeitura Osaka</b>	
Asahi	Asahi
Osaka Mainichi	Osaka Mainichi (actual Mainichi)
Osaka Jiji	Osaka Shimbun (actual Sankei)
Osaka Yukan	
Nihon Kogyo	Sangyo Keizai Shimbun (actual Sankei)
Outros jornais industriais e comerciais	
<b>Prefeitura Aichi</b>	
Nagoya-Shimbun	Chubu Nihon Shimbun (atual Chunichi)
Shin Aichi	
<b>Prefeitura Fukuoka</b>	
Asahi	Asahi
Osaka Mainichi	Osaka Mainichi (actual Mainichi)
Fukuoka Nichi Nichi	Nishinihon Shimbun
Kyushu- Shimpou	
<b>Prefeitura Hokkaido</b>	
11 jornais de Hokkaido	Hokkaido Shimbun
<b>Outros Um jornal de Cada Prefeitura</b>	
	No total 54 jornais em todo o Japão

Quadro 3 – Fusões de Jornais no Japão Fonte: Yamamoto, 1998: 201.

Esta política trouxe vantagens a ambos os lados, tanto aos jornais quanto ao governo. Para as autoridades, era assim possível controlar com muita facilidade todas as informações difundidas devido à existência de um menor número de títulos. Para os jornais, uma vez que as regiões de venda estavam delimitadas, existindo exclusividade

para cada título em determinada região, o fim da concorrência permitia o crescimento do negócio (Freeman, 2000:98). Assim o oligopólio no mercado dos jornais no Japão foi realizado através de uma concertação de interesses entre o governo e os cinco jornais *Yomiuri, Asahi, Mainichi, Nikkei e Sankei*.

A política ‘Um Jornal Para Uma Prefeitura’, que criou monopólios de imprensa nas diversas regiões no Japão, foi seguida pela autorização às empresas dos membros principais do *Kisha Club* para a publicação e administração dos jornais (Yamamoto, 1998: 203). Assim, os jornais que tiveram sucesso no processo de fusão dominaram e monopolizaram o seu mercado. Porém esta pujança não se confinou ao mercado doméstico. Os jornais *Asahi, Mainichi* e *Yomiuri* expandiram a sua distribuição para os países que o Japão colonizava durante a Segunda Guerra Mundial. O quadro 4 mostra os jornais vendidos em cada um dos países colonizados pelo Japão. O jornal *Asahi* vendia os seus jornais na Indonésia e na Malásia. O jornal *Mainichi* estava presente nas Filipinas e na Indonésia. O jornal *Yomiuri* era distribuído na Birmânia e em nas Pequenas Ilhas da Sonda.

<b>Jornais</b>	<b>Região de Distribuição</b>	<b>Nome dos Jornais</b>
Asahi	Java (Indonésia)	Java Shimbun
	Borneo do Norte (Malay Islands)	Borneo Shimbun
Mainichi	Filipinas	Manila Shimbun
		Tribune
	Celebes (Indonésia/ Pulau Sulawesi)	Celebes Shimbun
	Manado (Indonésia/ Pulau Sulawesi)	Manado Shimbun
Yomiuri	Rangoon (Mianmar/Birmânia)	Birma Shimbun
		Greater Asia
	Lesser Sunda Islands	Seram Shimbun
Domei (Agência de Notícia) e outros 13 jornais	Singapura	Shonan Shimbun
	Malacca (Malásia)	Malacca Shimpo
	Sumatra (Indonésia/ Pulau Sumatera)	Sumatra Shimbun
	Indonésia	Palembang

Quadro 4 – Regiões de distribuição de cada jornal fora do Japão (Yamamoto, 1998: 203)

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1946, sob a ordem do General americano Douglas MacArthur, o Comandante Supremo das Forças Aliadas, que assumiu o poder no Japão após a rendição deste na II Guerra Mundial, todas as leis que reprimiam a liberdade de expressão foram abolidas, sendo também encerrados os jornais Japoneses no Sudeste Asiático. Contudo, MacArthur deixou as cinco principais empresas de imprensa continuarem a sua atividade (Freeman, 2000:102), pensando que ao abolir todas as barreiras de entrada, novas empresa haveriam de surgir aumentando a concorrência. No início, foram expulsos 315 dirigentes dos media pela responsabilidade que lhes foi atribuída na guerra, em associação com o governo. Contudo, quando o comandante geral se demitiu e Ridgway foi substituído, a política de Douglas MacArthur mudou e muitas pessoas envolvidas nos jornais voltaram ao mundo dos *media* (Tsuchiya, 2009: 230).

Afinal, as cinco empresas principais dos jornais, *Yomiuri*, *Asahi*, *Mainichi*, *Nikkei* e *Sankei* e esses dirigentes sobreviveram, e uma vez que estas empresas já estavam estabelecidas e dominavam o mercado, outros títulos foram incapazes de sobreviver e de

concorrer com as empresas já instaladas. Ainda assim, a estrutura dos *media* do Japão contemporâneo é uma herança do sistema nascido na época da Segunda Guerra Mundial (Asano, 2011:46).

## 2.5. O Sistema Mediático Japonês e a Concentração de Propriedade

Globalmente, o número de meios de comunicação, incorporados em gigantes conglomerados da área de entretenimento está a aumentar progressivamente. A conglomeração dos *media* consagrados à distribuição de notícias tem estado em crescimento nestes últimos trinta anos (Curran, 2002: 220) e tal tem também acontecido no Japão. Tal como nos EUA, França, Inglaterra e Itália, o fenómeno de concentração de propriedade também é visível no mundo mediático do Japão.

Durante meio século, os cinco jornais '*Yomiuri*', '*Asahi*', '*Mainichi*', '*Sankei*' e '*Nikkei*' cresceram através do desenvolvimento de conglomerados mediáticos, tal como acontece noutros países ocidentais com empresas como a *News Corporation* de Rupert Murdoch, a *Hollinger International* de Conrad Black, e a *Fininvest* de Silvio Berlusconi.

### (1) Rádio

Após a Segunda Guerra Mundial, *Yomiuri*, *Asahi*, *Mainichi*, *Nikkei* e *Sankei* expandiram o seu poder, tendo liderado a criação de estações de rádio e de TV. Relativamente às estações de rádio, as três leis que entraram em vigor em 1950, '*Dempa Hou (Lei do Rádio)*' '*Housou Hou (Lei da Transmissão)*' '*Denpa Kanri Inikai Setchi Hou (Lei para o Estabelecimento do Conselho Administrativo do Rádio)*', abriram caminho à inauguração de novas estações de Rádio com alvarás preliminares (Osaka, 2014: 87). De

entre 16 alvarás preliminares, 15 foram atribuídos às grandes empresas de jornais *Yomiuri*, *Asahi*, *Sankei*, *Mainichi*, *Nikkei*<sup>3</sup> (Osaka, 2014:88).

## (2) Televisão

As iniciativas de abertura das estações de TV surgiram apenas três dias após o começo das transmissões de rádio. No dia 4 de Setembro de 1951, Matsutaro Shoriki, o proprietário do *Yomiuri*, apresentou o projeto de mil milhões de ienes ‘*Nihon Televi Housoumou Setsuritu Kousou* (Projeto para o Estabelecimento das Redes de Televisão em Todo o Japão)’, solicitando o financiamento por parte das grandes empresas de jornais (Tsuchiya, 2009:231). O *Asahi* e o *Mainichi* apoiaram este projeto. Em Agosto de 1953, com 800 milhões de ienes de financiamento (Tsuchiya, 2009:231), o jornal *Yomiuri* abriu o seu canal ‘*Nihon-Televi (NTV)*’, a primeira estação pública de TV (Osaka, 2014:91). Seguiram-se-lhe o *Mainichi*, o *Asahi*, *Sankei* e *TV-Tokyo* (actual acionista é o *Nikkei*), que inauguraram os seus canais em 1955, em 1959, em 1959, e em 1964 respectivamente, o que criou a base dos conglomerados de media que hoje em dia dominam o mercado japonês (Osaka, 2014: 1). A partir desse momento, esses cinco jornais criaram os seus grupos mediáticos e começaram sucessivamente a abrir novas estações em todas as prefeituras do Japão.

Actualmente existem 129 canais em sinal aberto em todo o país, mas de entre estes 116 são controlados pelos grupos mediáticos dos jornais *Yomiuri*, *Asahi*, *Mainichi*, *Nikkei* e *Sankei*. O Quadro 5 mostra todos os canais em sinal aberto no Japão. Na coluna da esquerda constam os nomes de todas as 47 prefeituras do Japão. Nas linhas horizontais da tabela são apresentados os canais em emissão de sinal aberto em cada prefeitura. Por

---

<sup>3</sup> O único alvará fora dos jornais era *Pia Sociedade de São Paulo* (Osaka, 2014:88)

exemplo, de acordo com o quadro, na prefeitura de Hokkaido, podem ser vistos cinco canais de sinal aberto: *HBC*, *STV*, *UHB*, *HTB* e *TVH*. Todavia, o *HBC* pertence ao grupo do jornal *Mainichi*, o *STV* ao grupo do jornal *Yomiuri*, e o *UHB* e o *HTB*, por sua vez, são detidos pela empresa do jornal *Sankei* e do jornal *Asahi*.

Prefeitura	Grupo Jornal Mainichi	Grupo Jornal Yomiuri	Grupo Jornal Sankei	Grupo Jornal Asahi	Grupo Jornal Nikkei	Estações Independentes
Tokyo	Tokyo– Broadcasting- System(TBS)	Nihon- Televi(NTV)	Fuji-Television (Fuji TV)	'Televi- Asahi(EX)'	Tokyo– Broadcasting- System(TBS)	XTV
Gunma						GTV
Tochigi						GYT
Ibaraki						
Saitama						TVS
Chiba						CTC
Kanagawa						TVK
Hokkaido	HBC	STV	UHB	HTB	TVH	
Aomori	ATV	RBA		ABA		
Iwate	IBC	TVI	MIT	IAT		
Miyagi	TBC	MMT	OX	KHB		
Akita		ABS	AKT	AAB		
Yamagata	TUY	YBC	SAY	YTS		
Fukushima	TUF	FCT	FTV	KFB		
Niigata	BSN	TeNY	NST	2IUX		
Nagano	SBC	TSB	NBS	ABN		
Yamanashi	UTY	YBS				
Shizuoka	SBS	SDT	SUT	SATV		
Toyama	TUT	KNB	BBT			
Ishikawa	MRO	KTK	ITC	HAB		
Fukui		FBC	FTB			
Aichi	CBC	CTV	THK	NBN	TVA	
Gifu						GBS
Mie						MTV
Osaka	MBS	YTV	KTV	ABC	TVO	
Shiga						BBC
Kyoto						KBS
Nara						TVN
Hyogo						SUN
Wakayama						WTV
Tottori						
Shimane	BSS	NKT	TSK			
Okayama	RSK	RNC	OHK	KSB	TSC	
Kagawa						
Tokushima		JRT				
Ehime	ITV	RNB	EBC	EAT		
Kouchi	KUTV	RKC	KSS			
Hiroshima	RCC	HTV	TSS	HOME		
Yamaguchi	TYS	KRY		YAB		
Fukuoka	RKB	FBS		KBC	TVQ	
Saga			STS			
Nagasaki	NBC	NIB	KTN	NCC		
Kumamoto	RKK	NIB	TKU	KAB		
Oita	OBS	TOS	TOS	UMK		
Miyazaki	MRT	UMK	UMK			
Kagoshima	MBC	KYT	KTS	KKB		
Okinawa	RBC		OTV	OAB		

Quadro 5 - As Estações de TV abertas no Japão em 2013 ,Fonte: Osaka, 2014 :92-93

(3) A expansão das actividades económicas dos cinco grupos de jornais.

A forte influência dos cinco principais jornais, ‘Yomiuri’, ‘Asahi’, ‘Mainichi’, ‘Nikkei’ e ‘Sankei’ não se limita apenas à área dos *media*. Através das fusões, compras de bens, aquisição das acções etc, hoje em dia, os cinco jornais já criam verdadeiros conglomerados em diversas áreas de negócio. Vejamos alguns casos:

*The Yomiuri Shimbun Group*: o jornal *Yomiuri* tem continuado uma política de aquisição de bens e de acções, tendo conseguido criar o seu império *The Yomiuri Shimbun Group*. Além de possuir 30 estações de TV em todo o Japão, *The Yomiuri Shimbun Group* é constituído por mais de 150 empresas e entidades, de entre as quais se encontram uma orquestra sinfónica, uma academia de ciências, uma equipa de baseball, agências de viagens e imobiliárias, somando um total 655800 milhões de ienes no seu *operating revenue* de 2015<sup>4</sup>.

*The Asahi Shimbun Company*: também o jornal *Asahi* criou o seu grupo, *The Asahi Shimbun Company*, possuindo várias empresas e entidades, incluindo jornais e centros culturais, cujo *operating revenue* total de 2015 atingiu acerca de 43610 milhões de ienes<sup>5</sup>.

*The Mainichi Newspapers Group Holdings*: à semelhança do jornal *Yomiuri* e *Asahi*, o jornal *Mainichi* também constituiu o seu grupo, *The Mainichi Newspapers Group Holdings*, que possui cerca de 90 empresas e entidades, cujas plataformas de media são não só jornais, mas também estações de televisão, empresas de cinema, agências de

---

<sup>4</sup> <https://info.yomiuri.co.jp/english/about.html>

<sup>5</sup> <http://www.asahi.com/shimbun/company/group/> <http://www.asahi.com/shimbun/company/outline/>

publicidade, e grupos de caligrafia. Em 2011, os seus bens no total somaram mais de 1530 milhões de ienes<sup>6</sup>.

*Fujisankei Communications Group (FCG)*: Tal como os três exemplos acima citados, o jornal *Sankei* criou o grupo conglomerado *Fujisankei Communications Group (FCG)*. Além dos jornais e das estações de TV, o *Fujisankei Communications Group*, o maior conglomerado de media do Japão, possui 94 empresas, incluindo estações de TV e de Rádio, outras plataformas de imprensa, empresas de cinema, música, e agências imobiliárias, bem como três museus, somando no total mais de 16 mil trabalhadores. Entre o dia 1 de Abril de 2014 e 31 de Março de 2015, a *operating revenue* do grupo somou 2560 milhões de ienes.

*Nikkei Inc*<sup>7</sup>: o Jornal *Nikkei* também criou o seu império mediático, que abrange vários sectores da economia no Japão, cujo nome é *Nikkei Inc*. Possui não só o Jornal *Nikkei* e o *Financial Times*, como também possui mais de 100 empresas e entidades tais como revistas, media digitais e estações de TV, cujo lucro de 2015 atingiu mais de 1010 milhões de ienes.

---

<sup>6</sup> <http://www.mainichi.co.jp/corporate/relation>

<sup>7</sup> <http://www.nikkei.co.jp/nikkeiinfo/media/paper/>

## Capítulo III – O *Kisha Club*

### 3.1 Sobre o *Kisha Club*

Os media tornaram-se cada vez mais orientados para a rentabilidade das suas transmissões, e as actividades desenvolvidas pelo governo têm um forte impacto nos próprios negócios dos meios de comunicação. Por outro lado, o próprio governo precisa do apoio dos media a fim de manter o seu lugar no poder, o que conduz a relações nem sempre transparentes entre o governo e os media (Curran, 2002:220).

Tal como no Ocidente, a liberdade de expressão é considerada importante no Japão. Após a Segunda Guerra Mundial, todas as leis repressoras da liberdade de expressão e de Imprensa foram abolidas pelo *General Headquarters* (GHQ). A Constituição Japonesa, que entrou em vigor em 1947, proíbe a censura no seu artigo XXI, artigo esse baseado na ideia de que o acesso às informações pelos cidadãos é um dos elementos mais importantes para a efetivação de uma sociedade democrática. Todavia, no *ranking* mundial da liberdade de imprensa, publicado pelos Repórteres Sem Fronteiras em 2016, o Japão ficou em 72º lugar (Anexo B). Em comparação com outros países democráticos, como, por exemplo, Portugal, que está em 23º lugar, a avaliação do Japão relativa à liberdade de imprensa é significativamente inferior. Procurando as causas impeditivas da livre circulação do fluxo de informações, deparamo-nos com as barreiras que o *Kisha Club* e as fontes de informação têm vindo a construir ao longo dos anos.

Além dos Repórteres Sem Fronteiras, também os jornalistas *freelance* que trabalham no Japão, assim como diversas organizações internacionais, tais como a OCDE e a Amnistia Internacional (Asano, 2011:190, 219), têm exigido várias vezes a reforma do *Kisha Club*. O relatório dos Repórteres Sem Fronteiras de 2012 mencionou o sistema

do *Kisha Club* num tom crítico. Por outro lado, também os jornalistas estrangeiros, através do *FCCJ (Foreign Correspondent's Club: O Clube para os jornalistas estrangeiros no Japão)*, enviaram, em mais de 60 ocasiões nos últimos 30 anos, solicitações tendo em vista a reforma do *Kisha Club* (Asano, 2011: 190), e a *Amnistia Internacional* referiu que o Japão não tem liberdade de imprensa (Asano, 2011:116). No *Dialogue of EU Priority Proposals for Regulatory Reform in Japan*, a Comissão Europeia mencionou que o sistema do *Kisha Club* discrimina as entidades de imprensa dos países estrangeiros, tendo exigido a abolição da exclusividade de participação nas conferências de imprensa aos membros do *Kisha Club*. Também na *EU-Japan High-Level Meeting on Regulatory Reforms*, que se realizou no dia 14 de Novembro de 2003, a UE solicitou a abolição do *Kisha Club* (Asano, 2011:110). Adicionalmente, no dia 16 de Outubro de 2003, a delegação da Comissão Europeia no Japão mencionou o sistema do *Kisha Club*, nas páginas 19 e 20, na seção das *EU Priority Proposals for Regulatory Reform in Japan* (Anexo C).

### **3.1.1 O Nascimento do *Kisha Club***

Tendo em conta a visão de diversas organizações internacionais de que o *Kisha Club* é responsável por impedir a existência de uma verdadeira liberdade de imprensa no Japão, torna-se imperativo compreender o modo como este funciona e como surgiu.

O *Kisha Club* nasceu em 1890, aquando de um período de convulsões democráticas. Quando a Assembleia Geral, sede das discussões políticas no Japão, foi inaugurada, os jornalistas juntaram-se para exigir o direito a assistir às sessões (Haruhara, 2003:73). Ou seja, o objetivo da criação do *Kisha Club* era garantir que os seus membros tivessem o direito de recolher informações tendo em vista a sua posterior publicação. Tal

possibilitaria, segundo os jornalistas, o cumprimento do direito do povo japonês de aceder a informações de interesse público.

Nesta época, nos anos 70 e 80 do século XIX, os movimentos pró-democracia estavam a ganhar cada vez mais força e apoio, pelo povo e pelos ativistas, o que forçou o Estado a prometer o estabelecimento da Assembleia Legislativa do Japão, em 1890. Nesse mesmo ano, com o intuito de exigir o fornecimento de informações por parte das autoridades, as empresas de jornais, incluindo os cinco principais jornais, uniram-se tendo em vista a criação de um clube denominado '*Gikai-Deiri-Kishadan* (Grupo de Jornalistas para entrar na Assembleia), que estaria na origem do *Kisha Club* (Haruhara, 2003:73). Nesse sentido, o *Kisha Club* era um grupo de empresas de jornais que se solidarizaram e associaram com o objectivo de assistir às sessões da Assembleia, sede da política japonesa.

Todavia, desde o início, o *Kisha Club* teve de fazer face a interferências por parte do governo, que ditou as regras do seu funcionamento em troca da autorização para que os jornalistas pudessem assistir às sessões da Assembleia. Num primeiro momento, foi determinado que tal privilégio apenas seria concedido aos jornalistas que pertenciam a jornais diários e a agências de notícias reconhecidas pelo governo e que tivessem mais de dois anos consecutivos de actividade. O objectivo do governo era assim eliminar os jornais-membros que não eram a favor da sua linha política, uma vez que este requisito excluiu a participação das empresas de jornais que tinham visto a sua publicação suspensa nos dois anos anteriores (Freeman, 2000: 91).

Em segundo lugar, o governo passou a distribuir apenas 20 bilhetes de permissão de assistência por cada sessão (Freeman, 2000: 91). Colocados perante estas condições, os participantes no *Kisha Club* passaram a ter de escolher quem deveriam ser os membros

a assistir à sessão, tendo assim este clube começado a funcionar como uma espécie de elo de ligação entre o governo e a imprensa. Na verdade, os jornais que constituíam o núcleo duro e que se assumiram como os principais *keyplayers* do *Kisha Club*, começaram a ter controlo sobre as informações funcionando em cartel.

### **3.1.2. Características do *Kisha Club***

As características principais do *Kisha Club* são três: (1) a exclusividade deste grupo no que concerne ao acesso às informações relativas às entidades a ele vinculadas (principalmente informações das autoridades oficiais), (2) a garantia do acesso automático às informações para os jornalistas-membros sem necessidade de esforço investigativo, (3) e a existência de regras muito restritas e de um sistema coercivo dentro do *Kisha Club*.

Segundo a União Europeia, através das potenciais sanções com as quais os jornalistas dos membros do *Kisha Club* são passíveis de serem penalizados, de entre as quais se inclui a expulsão do clube, as autoridades e o *Kisha Club* podem impedir a divulgação dos factos e das informações que lhes são desfavoráveis. Tal prática não encontra qualquer obstáculo, ainda que seja contrária ao interesse público. Para além disso, uma vez que os meios de comunicação membros do *Kisha Club* dependem de uma única fonte de informação (as autoridades oficiais), as notícias que chegam até ao público dão apenas uma perspetiva dos acontecimentos, não existindo a possibilidade de *cross-check* e de confronto de diferentes versões da mesma notícia, o que provoca o decréscimo da qualidade da informação. Nesse sentido, o *Kisha Club* não está a cumprir o objetivo da sua própria criação, que era o de garantir ‘o direito de acesso às informações por parte

do povo'. Pelo contrário, o que ocorre é que o *Kisha Club* carteliza as informações e exclui outros jornalistas. A delegação da União Europeia que esteve no Japão fez duas solicitações, acrescentando que não existe nenhuma hipótese para a existência de uma verdadeira liberdade de imprensa que não passe pela abolição do sistema do *Kisha Club* (Anexo C)

A primeira solicitação da União Europeia é que o *Ministry of Foreign Affairs press card*, que é emitido para as organizações de *media* estrangeiros, passe a funcionar como autorização para a cobertura de todos os eventos realizados no Japão, com o mesmo nível de acesso que aquele que é garantido aos jornalistas japoneses. A segunda é a abolição do Sistema *Kisha Club*, derrubando-se a restrição ao livre fluxo de informações por parte de todos aqueles cuja missão é informar o público.

Até este ponto, apresentámos as características gerais do *Kisha Club* e as opiniões das organizações internacionais. Nos subcapítulos seguintes explicaremos detalhadamente o modo de funcionamento do *Kisha Club*.

## **3.2 A Exclusividade do *Kisha Club***

### **3.2.1 Os membros do *Kisha Club***

Não é qualquer jornalista que pode entrar nas conferências de imprensa das autoridades ou das entidades do Estado. Para participar, é necessário que a empresa a que o jornalista está vinculado seja membro do *Kisha Club*. O quadro 6 apresenta alguns exemplos dos diferentes clubes do *Kisha Club*, sendo que existem perto de 100 apenas em Tóquio. Cada clube permite o acesso a um conjunto de fontes oficiais.

<b>Afiliação</b>	<b>Nome do Clube</b>
<b>Primeiro Ministro, Residência Oficial do Primeiro Ministro, etc</b>	<i>Nagata Club</i>
<b>Escritório do Gabinete Ministerial,</b>	<i>Naikaku Kisha Club</i>
<b>Assembleia da Câmara Baixa</b>	<i>Shugiin Kisha Club</i>
<b>Assembleia da Câmara Alta</b>	<i>Sangiin Kisha Club</i>
<b>Ministério da Justiça</b>	<i>Housou Kisha Club</i>
<b>Ministério das Finanças</b>	<i>Zaisei Kenkyuukai</i>
<b>Ministério dos Negócios Estrangeiros</b>	<i>Kasumi Club</i>
<b>Banco do Japão</b>	<i>Nichigin Club</i>
<b>Secretaria da Casa Imperial</b>	<i>Kunaicho Kishakai</i>
<b>Secretaria Geral de Segurança da Polícia</b>	<i>Keishi Cho</i>
<b>Tribunais</b>	<i>Shiho Kisha Club</i>
<b>Câmara Municipal de Tóquio</b>	<i>Tokyotocho Kisha Club</i>
<b>Partido Liberal Democrata</b>	<i>Hiraga Club</i>
<b>Federação das Organizações Económicas, Câmara de Comércio e Indústria do Japão</b>	<i>Keizai Dantai Kishakai (Zaikai Club)</i>
	etc

Quadro 6 - Exemplos dos alguns Kisha Clubs em Tokyo (Freeman, 2000:127)

Relativamente aos requisitos, cada clube exige o cumprimento de condições específicas para as empresas dos *media* se tornarem membros. Olhando para o Gráfico 3, ficamos a saber que só 4,3% dos clubes não colocam quaisquer requisitos.

Os requisitos para participar no Kisha Club(%)

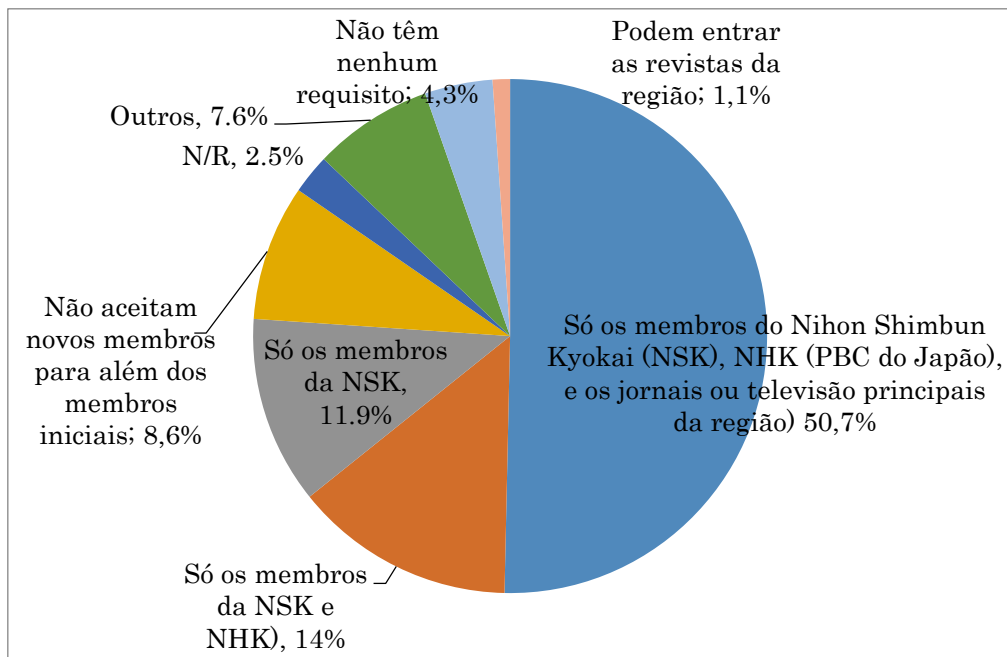


Gráfico 3- Os requisitos para participar no Kisha Club(%) (Freeman, 2000: 149)

Ao nível da imprensa, os membros permanentes do *Kisha Club* são as 17 empresas do Quadro 7 discriminadas. Ou seja, não apenas os jornalistas estrangeiros e *freelance*, mas também os jornalistas japoneses que escrevem para revistas e jornais que não constam do Quadro 7 encontram-se excluídos do *Kisha Club* e não têm acesso às informações das autoridades. Esta exclusão é um facto para todas as entidades dos media no Japão à excepção das 17 empresas discriminadas (Freeman, 2000: 47).

<i>Membros (Inside media)</i>		<i>Não Membros (Outside media)</i>
<i>General national newspapers Jornais Gerais Nacionais</i>	<u><i>Yomiuri Shimbun</i></u> <u><i>Asahi Shimbun</i></u> <u><i>Mainichi Shimbun</i></u> <u><i>Sankei Shimbun</i></u>	<i>Weekly magazines</i> <i>Monthly magazines</i>
		<i>Specialty/trade papers</i> <i>Free papers</i> <i>Local/community papers</i>
<i>Bus. Newspaper Jornais da Economia</i>	<u><i>Nihon Keizai Shimbun</i></u>	<i>Commercial radio</i> <i>Commercial television</i> <i>(other than Big 5 left)</i>
<i>General regional newspapers Grandes Jornais da Região</i>	<u><i>Hokkaido Shimbun</i></u> <u><i>Tokyo Shimbun</i></u> <u><i>Chunishi Shimbun</i></u> <u><i>Nishi-Nippon Shimbun</i></u>	<i>Foreign news agencies</i> <i>Foreign newspapers</i> <i>Foreign magazines</i> <i>Foreign TV</i> <i>Foreign radio</i>
<i>News agencies Agências de Notícias</i>	<u><i>Kyodo News</i></u> <u><i>Jiji Press</i></u>	
<i>Television Estação de Televisão</i>	<u><i>NHK (inclui. Radio)</i></u> <u><i>Nippon Television Network</i></u> <u><i>TV Asahi</i></u> <u><i>Tokyo Broadcasting System</i></u> <u><i>Fuji Television Network</i></u> <u><i>TV Tokyo</i></u>	<i>Internet media</i> <i>Freelance journalists</i>

Quadro 7 – Membros e Não-Membros do *Kisha Club* (Legewie, 2010:6, CNC-Communications & Network Consulting Japan K.K, p6)

No setor dos jornais diários, apenas 10% não pertencem às empresas que são membros do *Kisha Club* (Legewie, 2010: 14), e os cinco jornais principais de informação generalista, *Yomiuri*, *Asahi*, *Mainichi*, *Sankei* e *Nihon Keizai* (Nikkei), são detidos pelas cinco maiores empresas de imprensa do Japão. Para além destas cinco grandes empresas, os jornais *Hokkaido*, *Tokyo*, *Chu-nichi*, *Nishi-Nihon*, os quatro maiores jornais regionais, também são membros do *Kisha Club*. No sector televisivo, cada estação de televisão - *Nippon Television Network*, *TV Asahi*, *Tokyo Broadcasting System*, *Fuji Television Network* e *TV Tokyo* - possui filiação às empresas de jornais que são membros do *Kisha Club*.

### 3.2.2 Restrição Prioritária: *Kondan*, (a) *On-Record*, e (b) *Off-Record*

Os membros do *Kisha Club* participam regularmente nas conferências de imprensa do Gabinete Ministerial, e às vezes recebem alinhamentos e esboços de textos que já estão prontos para serem colocados diretamente nos jornais.

Existem dois tipos distintos de conferências de imprensa do *Kisha Club*: um destes tipos corresponde às conferências oficiais, realizadas regularmente com o objetivo de o seu conteúdo ser publicado nos jornais. O outro são as conferências informais, que se denominam '*Kondan*'. Transpondo para a língua portuguesa, significa literalmente 'Conversação para Confraternização'. A *Kondan* encontra-se dividida em duas partes distintas, (a) *On-Record*, e (b) *Off-Record*. Na parte *On-Record*, os participantes podem escrever nos seus jornais os conteúdos debatidos na *Kondan* em troca do compromisso de não divulgarem o nome da fonte. Na *Off-Record*, é estritamente proibido divulgar essas informações no exterior. As fontes durante o *Off-Record* falam francamente em frente aos jornalistas na condição de que as informações só possam ser partilhadas entre os membros (Fackler, 2012:9). De acordo com a tradição, durante esta confraternização, não é permitido gravar as conversas, e nem mesmo sequer tomar notas. Após as reuniões, os jornalistas que participaram nessas conversas reúnem-se com os colegas membros do *Kisha Club* para partilharem as informações (Freeman, 2000:195).

Quanto às participações dos não-membros, eles podem participar apenas no caso da existência de autorização por parte do organizador da conferência, que é o *Kisha Club*. Olhemos para o caso do '*Naikaku-Kishakai*', que corresponde a um dos maiores clubes do *Kisha Club*. Neste clube, o organizador das conferências de imprensa, que alterna em turnos de três meses de duração entre os diversos membros do *Kisha Club*, avisa

antecipadamente a Residência do governo relativamente às questões que serão colocadas ao executivo. Baseando-se nessas questões para as quais se encontra prevenido, o primeiro-ministro responde nas conferências de imprensa, não surgindo perguntas extra no seguimento das respostas do governo (Asano, 2011:23).

Embora desde 1993 as organizações de imprensa estrangeiras tenham sido autorizadas a participar nas conferências de imprensa como observadores na posição de semi-membros do *Kisha Club*, esses jornalistas estrangeiros não podem fazer perguntas, dado que ainda não são ‘membros oficiais’. Ou seja, os jornalistas estrangeiros não têm praticamente nenhuma autonomia durante as conferências, limitando-se apenas a escutar as respostas às questões colocadas pelos membros oficiais e que foram previamente enviadas às autoridades (Asano, 2011:55).

Quanto aos alinhamentos e aos esboços, geralmente são distribuídos apenas aos membros. Os membros do *Kisha Club* possuem acordos que definem que estes recebem os artigos standardizados fornecidos pelas fontes de informação (Freeman, 2000:213). Todavia, os jornalistas-não membros não podem receber esses esboços e alinhamentos. No Japão até existe um caso judicial entre um jornalista e um tribunal de Justiça, visto que os tribunais de Justiça também adoptam o sistema do *Kisha Club*, denominado ‘*Shiho Kisha Club*’ (*Kisha Club* na Justiça em português), no âmbito do qual para os jornalistas receberem os resumos das sentenças é preciso que as suas empresas sejam membros do *Kisha Club*. Os jornalistas não-membros do *Kisha Club* não podem recebê-los.<sup>8</sup> Tendo

---

<sup>8</sup> Em 1999, um jornalista *freelance*, Yu Terasawa, moveu uma ação contra o *Matsuyama District Court* no *Tokyo District Court*, alegando que o tribunal tinha distribuído o resumo da sentença apenas aos membros do *Kisha Club*. O jornalista salientou que a distribuição discriminatória só aos jornalistas dos membros do Club violava o Artigo XXI (Liberdade de expressão e Direito ao acesso de informação) e o Artigo XIV (Princípio da Igualdade e Proibição da Discriminação) da Constituição Japonesa. Contudo, em 2000 o *Tokyo District Court* decretou que a ação do *Matsuyama District Court* não violava a Constituição Japonesa, uma vez que as informações, ou seja nesse caso os resumos da sentença, conseguiam chegar até à população do Japão através dos media do *Kisha Club*. Terasawa recorreu da sentença para o *Tokyo High Court*. Porém, o tribunal superior em Tóquio rejeitou este apelo do jornalista *freelance*, explicando que uma vez que os membros do *Kisha Club* eram merecedores de confiança, não era racional tratá-los de forma diferenciada em comparação com os restantes jornalistas (Asano, 2011: 45).

em conta este processo acima enunciado, os jornais principais não demonstram a iniciativa de diferenciar os seus artigos através da originalidade. Enquanto que o jornalista do *Kisha Club* defende este hábito sob a justificação da sua ‘comodidade’, o jornalista *freelance* critica este hábito, definindo-o como um sistema que impossibilita a originalidade.

### **3.2.3 Apoio ao financiamento para os membros do *Kisha Club***

Existem inúmeras despesas dos membros do *Kisha Club* que são financiadas pelas autoridades do Japão, como, por exemplo, o aluguer dos escritórios. Os ministérios e órgãos do Estado oferecem salas, mesas, cadeiras, entre outros materiais de trabalho aos jornalistas do *Kisha Club*, fazendo com que eles trabalhem nos edifícios destes mesmos organismos fornecedores destes materiais (Freeman, 2000:135). Por exemplo, no *Kokkai Kisha Kaikan*, o *Kisha Club* da Assembleia, em Tokyo, os custos anuais com o aluguer do espaço e o consumo de electricidade atingem os 800 milhões de ienes (Asano, 2011:55) - (o que corresponde a cerca de 7 milhões de euros) - sendo este valor pago através dos impostos japoneses. Apesar de serem financiados por fundos públicos, no âmbito do trabalho jornalístico a sua utilização encontra-se restringida meramente aos membros do *Kisha Club* (Asano, 2011:145).

No Japão, além do *Kisha Club* existem outros grupos jornalísticos, tais como o FCCJ (*Foreign Correspondent's Club*: um Clube para os jornalistas estrangeiros no Japão) e o FPAJ (*Free Press Association of Japan*: um Clube para os todos os jornalistas), cujos estatutos contemplam o livre acesso à informação, característica incontestável no artigo 3 da FCCJ, que estipula a proteção da liberdade de cobertura e troca de informação. Paralelamente, a FPAJ estipula igualmente no artigo 3 dos seus estatutos que a associação

deve proteger a liberdade de cobertura e reportagem de todos os jornalistas, o que garantirá o direito das pessoas a aceder à informação, e contribuirá para o reforço da democracia através da liberdade de expressão.

Comparando o modo de financiamento do FPAJ, do FCCJ e do *Kisha Club*, ficamos claramente a saber que os membros deste último usufruem de um tratamento economicamente favorável por parte do governo e das fontes oficiais de informação (Asano, 2011:239).

	FPAJ	FCCJ	<i>Kisha Club</i>
O local para fazer as conferências de imprensa	Pagamento: A associação prepara e paga o custo de 100 mil ienes da sala de conferências (*) através das quotas dos sócios.	Pagamento: Dentro da sua sede que fica no 20º andar do edifício que a associação paga com as quotas dos seus sócios.	Grátis (Pago pelos impostos) As salas das conferências de imprensa encontram-se dentro dos edifícios dos órgãos públicos.
Escritor para os jornalistas	Não tem.	Pago por cada sócio que desejar usar o escritório.	Grátis (Pago pelos impostos)
A Segurança	Pagamento: A associação paga e contrata vigilância através das quotas dos sócios	Pagamento: A associação paga e contrata vigilância através das quotas dos sócios.	Grátis (Pago pelos impostos) Agentes da Segurança Pública fazem patrulha
As quotas dos sócios	Pagamento: Cada sócio paga ¥10,000 por ano e faz doações à FPAJ	Pagamento: Cada sócio paga ¥10,000 por ano e faz doações à FPAJ Taxa de admissão: ¥37,500 Mensalidade: ¥11,000 O depósito de fiança: ¥40,000 Doação mensal: ¥400	Pagamento: Cada sócio paga Entre algumas centenas e milhares de ienes por mês
Os requisitos para serem membros	Aberto a todos os jornalistas com o objetivo de fazer cobertura, reportagens ou escrever jornais.	Aberto a todos os jornalistas estrangeiros que têm o objetivo de fazer cobertura, reportagens ou escrever jornais no Japão, e também aos jornalistas japoneses que têm experiência na cobertura, reportagem e escrita de jornais no Estrangeiro.	Fechado. Só os jornalistas dos membros da <i>Nihon Shimbun Kyokai</i> (NSK) ou das grandes empresas dos media.
Coordenador das conferências de imprensa	Vinculado à Associação	Vinculado à Associação	Vinculado às autoridades. (Ex: Nas conferências de imprensa do Gabinete, a porta-voz que desempenha o papel de mestre de cerimónia e vai apontar os interpelantes. Caso estes tentem fazer perguntas desfavoráveis para o Gabinete, a porta-voz não os vai nomear.
			(*¥124.3/€ 16 de agosto de 2015)

Quadro 8 - Comparação do modo de financiamento do FPAJ, do FCCJ e do *Kisha Club* (Asano, 2011:239)

### **3.3. Regras e Punições**

Cada *Kisha Club* possui os seus estatutos. Embora distintos, estes possuem em comum a existência de regras de comportamento a ser seguidas pelos jornalistas, e as sanções a impor aos infractores e às empresas em que estes trabalhem. Ou seja, as fontes de informação impõem regras específicas em benefício próprio, e os membros do *Kisha Club* aceitam esses regulamentos em troca de acesso às informações. Desta forma, as notícias são controladas pelas fontes, e nos jornais são publicados apenas os conteúdos filtrados por ambas as partes: fontes de informação e jornalistas.

#### **3.3.1. As Regras Oficiais**

Nos estatutos encontram-se estipuladas as regras de comportamento a que os jornalistas estão sujeitos, patentes particularmente nos Acordos de Cobertura dos *Media* (*Agreement on media coverage*), e nos Acordos do Quadro-Negro (*Blackboard Agreement*).

(A) Acordo de Cobertura dos *Media* (*Agreement on media coverage*) :

Existem acordos assinados entre os media e as autoridades policiais, denominados ‘Acordos de Cobertura dos *Media* (*Agreement on media coverage*)’, com o objetivo de garantir que a ação dos media não dificulta as investigações criminais em andamento. Estes acordos entram em vigor em caso de situações que estão listadas, como são os casos de sequestros e de outras ocorrências criminais semelhantes. Neste tipo de casos, os media

aceitam auto-censurar-se de modo a proteger as vítimas e a não provocar os agressores.

Este acordo surgiu em sequência de um caso que ocorreu em 1960, no qual um menor de idade sequestrado foi morto pelo agressor, que posteriormente confessou que entrou num estado de descontrolo psicológico motivado pela confusão e pelo pânico devido à abundância e ao sensacionalismo das notícias publicadas nos jornais relativamente ao sequestro. O acordo, atualmente em vigor, foi proposto pelas autoridades da polícia à '*Nihon Shimbun Kyokai*' (NSK), o topo do *Kisha Club*, e apenas no caso de (1) os reféns serem salvos, (2) os reféns serem mortos, ou (3) os criminosos serem capturados, as restrições que advém do acordo deixam de estar em vigor.<sup>9</sup>

#### (B) Acordo do Quadro-Negro (*Blackboard Agreement*)

Além das entidades policiais, também outras autoridades estabelecem acordos para regular o fluxo de informações que deve chegar ao público por intermédio dos membros do *Kisha Club*. Por exemplo, vários ministérios do Japão, nomeadamente o Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Ministério das Finanças e o Ministério da Economia, também adoptam o sistema do *Kisha Club*. Segundo um inquérito realizado pelo sindicato dos trabalhadores da Imprensa em 1993, mais de metade (53%) dos jornalistas dos membros do *Kisha Club*, que faziam a cobertura dos trabalhos desenvolvidos nesses ministérios, confessaram que a publicação das notícias era alvo de restrições, ou pelo menos atrasada, com uma frequência superior a seis vezes por mês, de modo a respeitar o chamado 'Acordo do Quadro-Negro' (Freeman, 2000:106).

A designação de Acordo do Quadro-Negro deriva do quadro-negro situado nas

---

<sup>9</sup> [http://www.pressnet.or.jp/statement/report/760706\\_94.html](http://www.pressnet.or.jp/statement/report/760706_94.html) .

salas nas quais têm lugar as conferências de imprensa do *Kisha Club*. Este quadro é utilizado pelas fontes de informação para aí escreverem a data e a hora em que as notícias podem ser divulgadas. A não oposição aos *timings* escritos no quadro-negro pressupõe a aceitação por parte dos jornalistas-membros (i) da não divulgação das notícias antes da data e da hora expostos no quadro, e (ii) da não investigação da notícia em questão tendo em vista a averiguação de detalhes para além daqueles que são revelados pelas fontes de informação oficiais (Freeman, 2000:41). Deste modo, as fontes pretendem que os membros principais do *Kisha Club* divulguem as informações apenas na hora prevista. Até lá os jornalistas membros do *Kisha Club* são informados dos aspetos que as fontes consideram importantes em relação a cada uma das notícias, processo denominado de '*Benkyo-kai* 'ou '*Kenkyukai*', em português 'Reunião para o Estudo' (Freeman, 2000:41).

Contudo, uma vez que o Acordo do Quadro-Negro pressupõe que a decisão do *timing* da divulgação e os conteúdos e ângulo das notícias cabem às fontes de informação, os jornalistas já não têm margem de manobra para fazerem reportagens individuais nem recolher informações por intermédio dos seus próprios meios.

Aparentemente, estes acordos trazem desvantagens para os principais membros do *Kisha Club*. Contudo, dado que estes acordos também eliminam a concorrência entre as grandes empresas mediáticas, estas aceitam estes acordos em troca dessa estabilidade. Para os jornais principais do Japão, a maior preocupação é evitar que as empresas rivais escrevam notícias diferentes daquelas que eles próprios publicam. Segundo o inquérito elaborado pelo *Mainichi Shimbun Roren* (Associação dos Trabalhadores do Jornal Mainichi), 53.3% dos questionados responderam que, ao nível dos *Kisha Club* incorporados nos ministérios, por mais de 6 ocasiões mensais há reuniões no âmbito do Acordo do Quadro Negro, e 13.3% dos inquiridos responderam que a quantidade mensal

dessas reuniões se situa entre três e cinco. Visto que todos os jornalistas dos membros principais do *Kisha Club* divulgam os mesmos conteúdos ao mesmo tempo, os artigos dos jornais principais do Japão têm a aparência de que os seus conteúdos foram desenvolvidos por intermédio de um processo de *copy & paste* do *press release* das autoridades (Freeman, 2000:195).

### **3.3.2. As Regras não escritas e o Ambiente de Auto-Censura**

Uma das regras não-escritas que influencia o processo de difusão da informação para a esfera pública corresponde ao ambiente de auto-censura. Este ambiente baseia-se na ideia do ‘respeito pela uniformidade de todos os membros principais do *Kisha Club*’. As empresas dos *media* pertencentes ao *Kisha Club* têm a tendência de praticar auto-censura ao ponto do ‘suicídio da liberdade de expressão’ (Uesugi, 110). Segundo Freeman, este ambiente disciplina os comportamentos dos jornalistas como se se tratassem de regras formais legitimadas por documentação oficial (Freeman, 2000:180). Martin Fackler, um jornalista do *New York Times* em Tokyo, critica os *media* do *Kisha Club*, afirmando que os seus principais membros não abordam os assuntos e os problemas que o Japão verdadeiramente tem que resolver, tais como a desigualdade intergeracional e a estagnação do sistema burocrático (Fackler, 2012:6). Ele escreveu um artigo sobre ‘A Classe Baixa na Sociedade do Japão’. Na fase em que estava a recolher informações, confrontou-se com o facto de no Japão não existirem bancos de dados estatísticos tendo em vista a quantificação da proporção da população que se encontra em situação de pobreza. Embora ele requeresse por múltiplas ocasiões os dados ao Ministério da Saúde, Trabalho e Bem Estar, recebia constantemente a resposta de que esses dados não existiam.

Nenhum jornalista do *Kisha Club* tinha procurado escrever esse tipo de artigo, apesar da pobreza ser um dos assuntos que poderiam suscitar o interesse dos leitores.

Em 2009, apenas quando o Partido Democrata do Japão (PDJ) subiu ao poder, pela primeira vez em mais de 50 anos, o novo ministro da Saúde ordenou uma pesquisa sobre a Taxa de Pobreza Relativa, que corresponde à percentagem de pessoas que auferem um rendimento inferior a metade da média nacional, conforme a fórmula definida pela OCDE. O resultado que saiu em 2010 foi surpreendente. A taxa de pobreza relativa do Japão era de 16%, e a taxa de pobreza relativa das crianças era de 15.7%. Esta percentagem é a segunda maior na OCDE, sendo apenas ultrapassada pelos EUA (17.1%). O governo japonês queria manter a ideia de que ‘no Japão, todos os cidadãos desfrutam de igualdade e possuem um nível de vida típico da classe média, sem situações de pobreza’ (Fackler, 2012: 166). Seguindo essa perspectiva, os jornalistas dos membros principais do *Kisha Club* não tiveram a iniciativa de aprofundar este tema, tendo passado muitas décadas até que os dados da pobreza do Japão surgissem à tona de água, o que eventualmente apenas ocorreu aquando de uma mudança na hegemonia partidária.

### **3.3.3. Punições e Sanções Coletivas**

Caso os membros infringjam as regras, as fontes de informação ou os próprios membros do *Kisha Club* punem os infratores. O Gráfico 4 baseia-se num inquérito elaborado pelo Sindicato de Trabalhadores do Jornal *Mainichi* (empresa filiada no *Kisha Club*) entre Maio e Junho de 1993. O objetivo é o de dar a conhecer as sanções mais frequentemente aplicadas aos jornalistas que infringiram o Acordo do Quadro-Negro dentro do *Kisha Club* (Freeman, 2000: 206).

### As sanções aos membros principais do Kisha Club que infringem o Acordo do Quadro-Negro (%)

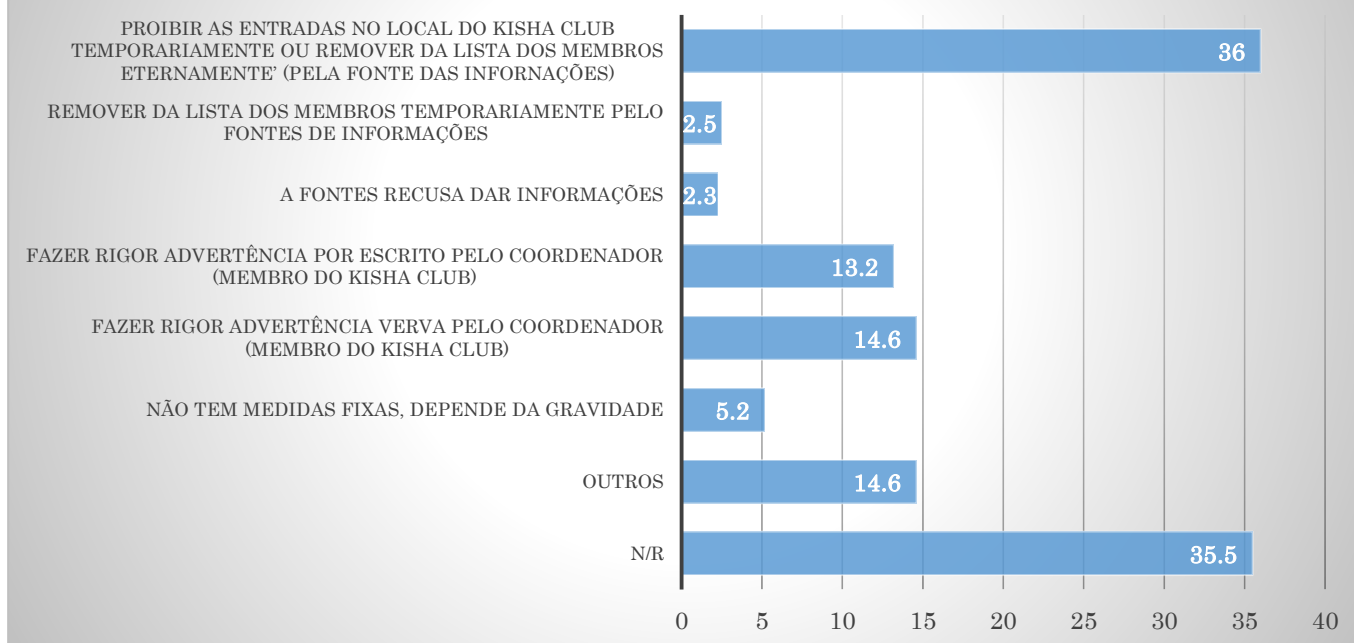


Gráfico 4 - As sanções aos membros principais do Kisha Club que infringem o Acordo do Quadro-Negro

(Freeman, 2000: 207)

Entre as sanções mais comuns encontram-se *'Fazer Advertência'*, *'Forçar um Pedido de Desculpa'*, *'Remoção temporária da lista de membros'*, *'Remoção permanente da lista de membros'*, sendo a sanção mais comum a *'Proibição de entrada nos locais de atividade do Kisha Club'* (Freeman, 2000: 209). No sistema do *Kisha Club*, o alvo das sanções é o grupo. Ou seja, mesmo que apenas um jornalista infrinja o regulamento por sua própria decisão individual, todos os jornalistas que pertencem à mesma empresa de *media* vão sofrer sanções e nenhum deles vai conseguir desenvolver atividades jornalísticas através do *Kisha Club*. Os jornalistas sancionados não podem frequentar os espaços do *Kisha Club* - não podem entrar no escritório, nem participar nas conferências

de imprensa ou *Kondan*, e perdem todo o acesso às fontes de informação.

Curiosamente, essas sanções são apoiadas não só pelas fontes de informação, mas também pelas próprias empresas e jornalistas do *Kisha Club*. Isto acontece porque quando um jornalista divulga notícias previamente à data de publicação estipulada no quadro negro, os restantes membros acreditam que se não existir uma sanção imposta pela própria empresa, as fontes de informação limitarão a quantidade de informação partilhada, o que vai diminuir a capacidade de venda de exemplares dessa empresa de jornais. Um dos aspetos mais problemáticos dessas regras é que essas sanções são aplicáveis não só aos jornalistas que infringem o Acordo Quadro-Negro, mas também aos jornalistas que tentam recolher ou divulgar informações fora das atividades uniformizadas que foram determinadas pelos membros do *Kisha Club*. Tal é, aliás, considerado como uma ofensa à honra do *Kisha Club*, podendo originar punições por parte dos outros membros. Para além disso, caso os membros não concordem com a política das fontes de informação, também é possível sofrerem sanções. Como exemplo, o comunicado abaixo foi publicado pela TBS (filiada ao jornal *Mainichi*) durante a campanha eleitoral da Assembleia em 2013.

平成 25 年 7 月 4 日 ( 4 de Julho de 2013)

平河クラブ 各位 (Estimados membros de Club Hirakawa)

総裁・幹事長室(Secretário-Geral do PLD)

TBS に対する取材・出演の一時停止について (A recusa da participação nas entrevistas e nos programas da TBS)

6 月 26 日放送の TBS「NEWS23」の国会最終日に関する報道で、電気事業法改正法案など重要法案の廃案の責任がすべて与党側にあると視聴者が誤解するような内容がありました。わが党は、同報道の構成内容が公正公平を欠くものと判断し、TBS に対して同番組上での訂正と謝罪を求めて抗議しましたが、いまだ誠意ある回答は得られておりません ( O vosso programa 'NEWS23' do dia 26 de Junho, transmitiu comentários de maneira a que o público pensasse que a culpa de os projectos-lei terem sido chumbados era do nosso partido. )

本日、参議院選挙の公示日を迎えましたが、わが党は安倍総裁を先頭に、まさに“死命を賭して、この参院選に臨んでおり、公正公平が求められるべき報道番組を通してわが党へのマイナスイメージを巧妙に浮き立たせたとしか受け止められない、今回の TBS の報道姿勢を看過することはできません。

(A campanha eleitoral começou oficialmente hoje. O nosso partido está a esforçar-se arduamente para ganhar esta eleição. Mesmo assim, o programa passou de forma subtil uma imagem negativa ao público. Não podemos ignorar esta situação.)

TBS より、個々の報道内容を構成するパーツはすべて事実であり、全体を通して見てもらえば公正公平を欠いていない、といった趣旨の説明がありましたが、パーツが足りない、あるいはパーツを並べる順番によっては事実と違う印象が出るのではないかというのがわが党の主張です。

( A TBS insiste que todas as peças são verdadeiras e o conteúdo geral não trata o PLD de maneira desequilibrada. Por outro lado, o PLD conclui que a falta de algumas partes ou a sua ordem dão outra sensação em relação aos factos.)

TBS より納得のいく対応がなされない以上、わが党としては当面、党役員会出席メンバーについては TBS からの取材要請、また出演要請に応えることはできないとの判断に至りましたので、お知らせします。( Informamos que não podemos aceitar as entrevistas e participação nos vossos programas enquanto a TBS não resolver este assunto de modo aceitável)

なお、わが党の主張については報道各社に対しあらためて申し述べません。当該番組の VTR 等をご覧いただき、当否については報道各社の判断に委ねたいと思います。

(Já não vamos emitir mais nenhuma opinião. Revejam o programa e reconsiderem vossas opiniões.)

A TBS, que é um membro do *Kisha Club*, criticou o Partido Liberal Democrata (PLD: o partido do governo actual do Japão), e, imediatamente após ter recebido este comunicado em que o partido acusou a empresa de ter feito uma cobertura que não respeitou as regras, a TBS pediu desculpa ao PLD, prometendo que ia fazer uma cobertura ‘*neutra*’, a fim de evitar deixar de usufruir do acesso privilegiado às informações provenientes dos órgãos do governo.

Hoje em dia, o que se revela bastante grave do ponto de vista da liberdade de imprensa, muitas sanções do *Kisha Club* já estão no patamar da censura e do controlo da liberdade de expressão, ultrapassando a justificação de punir os jornalistas que não cumprem os compromissos do anonimato (Freeman, 2000: 216). Normalmente, no mundo dos jornalistas, o acordo com as fontes baseia-se na sua deontologia ou na protecção das pessoas que lhes dão as informações (Freeman, 2000: 170). Por outro lado, no *Kisha Club*, os acordos servem para “evitar concorrência com os seus rivais da imprensa” ou para “criar um ambiente de cartel a fim de produzirem um resultado uniformizado e homogéneo” com outros membros principais do *Kisha Club* (Fackler, 2012: 114). Na realidade, existe registado um caso de um jornalista que foi expulso do clube por ter entrevistado as fontes uma por uma (cara a cara) sem permissão do *Kisha Club*. Também, quando as fontes de informação (principalmente autoridades) sabem que um jornalista está a fazer pesquisa relativamente a um assunto cujo esclarecimento não lhes é conveniente, estas sugerem aos membros uma auto-censura tendo em vista o não-aprofundamento da investigação. Para não perderem a sua posição vantajosa perante a concorrência, no que concerne ao acesso privilegiado à informação, os membros aceitam esta auto-censura, e como tal exigem aos jornalistas que fazem investigação que abandonem os dossiers mais delicados nos quais estão a trabalhar (Freeman, 2000: 170).

Assim, os membros principais do *Kisha Club* vigiam-se e exigem e executam autocensura mutuamente. Desta forma, os jornalistas dos membros principais do *Kisha Club* apoiam as sanções impostas pelas fontes de informação, ao contrário de outros clubes de jornalistas estrangeiros que se unem e lutam contra os poderes instituídos para protegerem a liberdade de expressão (Freeman, 2000: 214).

## II – Parte Empírica

Nesta parte da dissertação são apresentados os resultados do trabalho empírico realizado com o intuito de compreender a influência do *Kisha Club* na produção noticiosa dos principais jornais que se publicam no Japão. Em primeiro lugar, a fim de tomar conhecimento da opinião dos leitores sobre os jornais, nomeadamente os que são detidos pelas cinco principais empresas dos membros do *Kisha Club*, serão analisados inquéritos que foram aplicados em três prefeituras japonesas: Tokyo, Kanawaga e Chiba.

Num segundo momento serão contrastadas as visões de jornalistas *freelance* e jornalistas de empresas membros do *Kisha Club* sobre o sistema do *Kisha Club*. Mais concretamente será apresentada a análise de duas entrevistas: uma realizada a um jornalista *freelance* e outra a uma jornalista de um jornal membro do *Kisha Club*. Pretende-se assim saber qual a opinião de cada um sobre o trabalho do outro, e quais são diferenças entre ambas estas formas de jornalismo.

No último capítulo, procuraremos compreender de que modo os jornalistas dos membros do *Kisha Club* escrevem os seus artigos, e saber se eles próprios escrevem com base nos textos esboçados pelas fontes de informações, como referido na Parte I. Para tal será analisado o conteúdo de cinco jornais publicado a propósito de dois temas: os Censos de 2015 e as candidaturas às eleições da Câmara Municipal de Tóquio.

#### 4. Os inquéritos aos leitores dos jornais

Entre 30 de Julho e 30 de Agosto de 2015, em três prefeituras japonesas - Tokyo, Kanawaga e Chiba - realizei um inquérito, junto de uma amostra de 83 pessoas, relativo aos seus hábitos de leitura de jornais. Apenas forem inquiridas pessoas que afirmaram ler jornais com frequência no seu dia-a-dia.

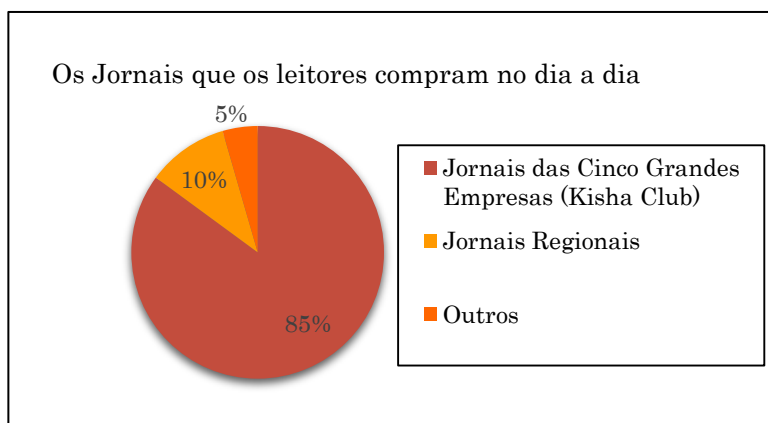


Gráfico 5 – Os Jornais que os leitores compram no dia a dia

Como referi na parte teórica, apenas 10% dos jornais diários em circulação não pertencem às empresas do *Kisha Club* (Legewie, 2010: 14). Olhando para os resultados do inquérito, também, de entre os leitores de jornais, 85% das pessoas escolheram os cinco grandes jornais: *Asahi*, *Yomiuri*, *Nikkei*, *Sankei* e *Mainichi*, os membros do *Kisha Club*, e só 10% compram jornais regionais, e 5 % das pessoas compram outro tipo de jornais, tais como um jornal de previdência social. Tal revela a existência de uma grande concentração das preferências dos leitores pelos cinco jornais japoneses de maior tiragem.

#### 4.1 Nível de Satisfação dos leitores

Quanto ao nível de satisfação dos leitores em relação aos jornais, 29% declararam estar satisfeitos com os seus jornais de eleição, 58% dos leitores responderam estar mais ou menos satisfeitos, e 13% dos leitores não muito satisfeitos ou até mesmo nada satisfeitos.

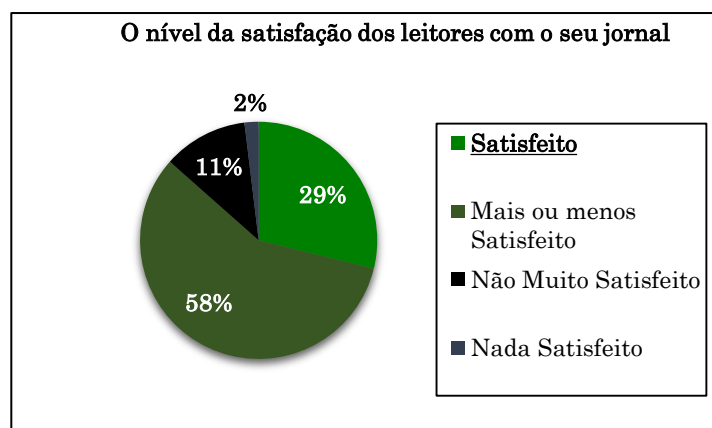


Gráfico 6 – O Nível da Satisfação dos leitores com os seu jornal

Os inquiridos foram questionados sobre a principal razão pela qual escolhem o seu jornal de eleição, devendo seleccionar uma de seis hipóteses de resposta. Curiosamente, 47% dos leitores respondeu que o motivo da sua escolha é mero ‘hábito’.

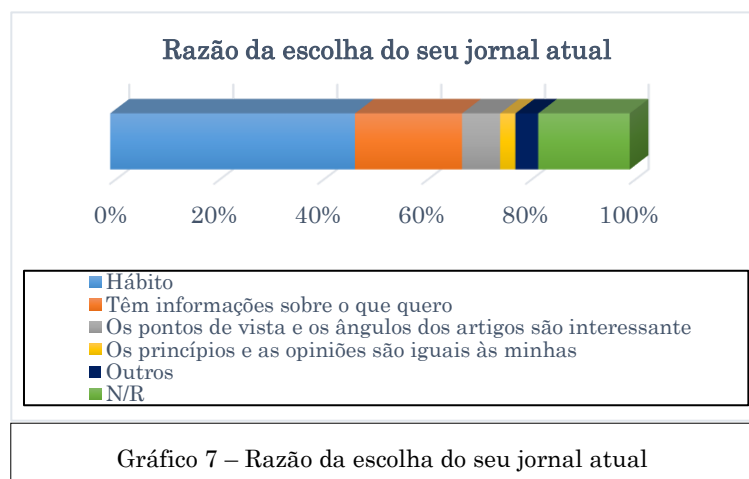
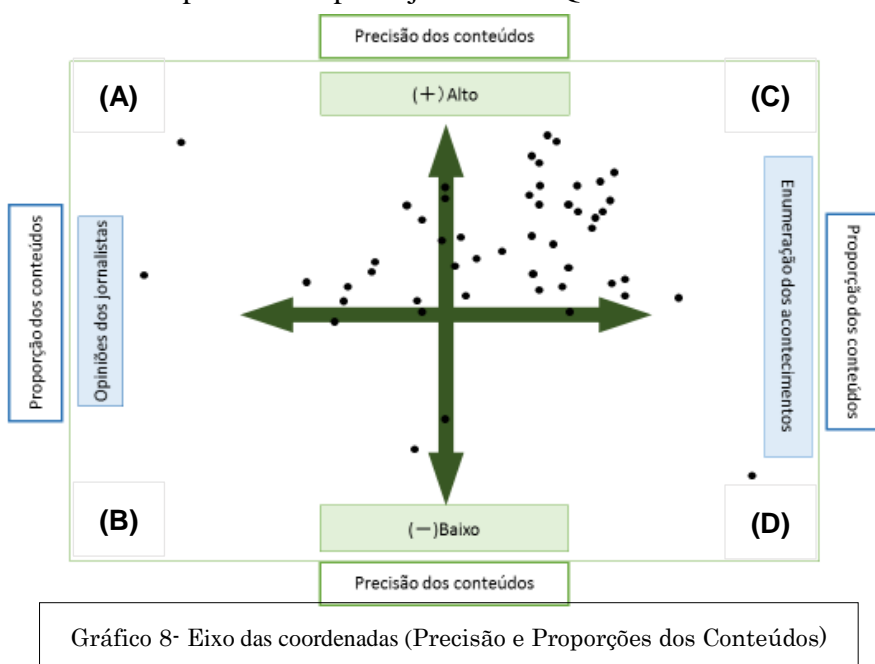


Gráfico 7 – Razão da escolha do seu jornal atual

## 4.2 Precisão dos Conteúdos e Proporção dos Conteúdos

A seguir, para analisar as impressões dos leitores relativas aos conteúdos dos jornais de sua eleição, olhemos para o eixo das coordenadas apresentado no Gráfico 8. O eixo horizontal mostra o que os inquiridos consideram ser a proporção dos conteúdos de opinião e de enumeração de acontecimentos produzidos pelos jornalistas. Quanto mais à esquerda o ponto está colocado, mais as opiniões dos jornalistas ocupam o conteúdo dos jornais. Quanto mais à direita o ponto fica, mais espaço se consagra à enumeração dos acontecimentos. O eixo vertical mostra o nível da



precisão dos conteúdos. Quanto mais alto o ponto está colocado, mais os leitores consideram correctos os conteúdos. Pelo contrário, quanto mais baixo o ponto, mais os leitores sentem que os conteúdos são errados.

Assim, dividem-se as respostas pelos seguintes quatro grupos; (A), (B), (C) e (D).

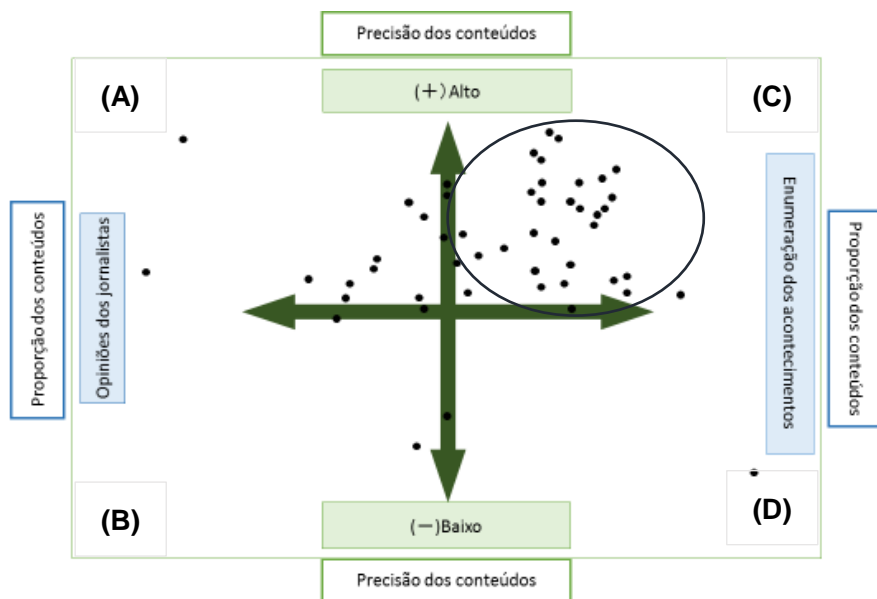


Gráfico 9- Eixo das coordenadas (Precisão e Proporções dos Conteúdos)- Zona C

Olhando para a distribuição das respostas, a maioria situa-se no o Grupo (C), o que mostra que os leitores pensam que os conteúdos dos jornais combinam uma taxa de informação precisa relativamente alta e uma

maior proporção de artigos dedicados à enumeração de acontecimentos do que artigos de opinião. É também de destacar que 65% dos leitores sentem que os seus jornais têm mais relato de acontecimentos do que opiniões dos jornalistas, tendo apenas cerca de um quarto dos inquiridos respondido que os jornais contêm mais opiniões dos jornalistas do que relato dos acontecimentos.

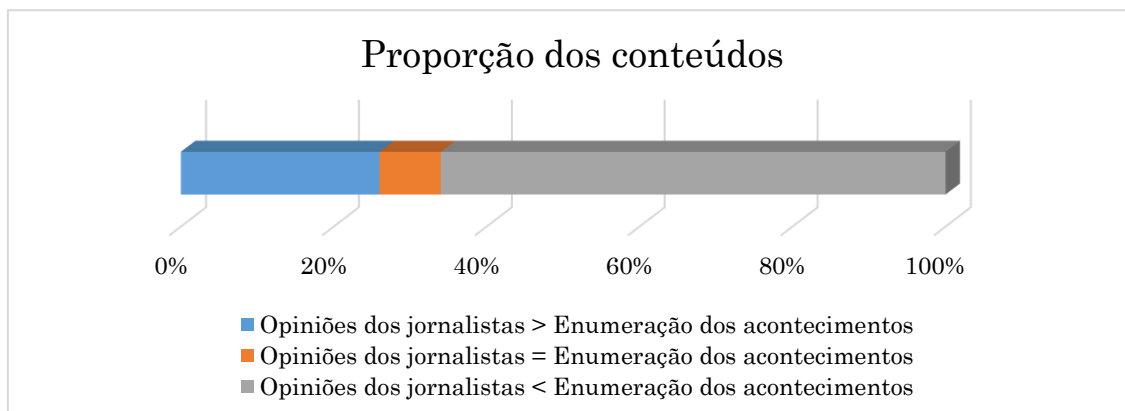


Gráfico 10- Proporção dos conteúdos (Opiniões dos jornalistas e Enumeração dos acontecimentos)

Voltando para a análise do eixo das coordenadas, vejamos novamente o Grupo

C. Curiosamente, no Grupo C, apesar de ter respondido que os seus jornais têm uma alta proporção de artigos dedicados à enumeração dos acontecimentos, alguns inquiridos não atribuíram uma pontuação muito elevada à precisão dos conteúdos.

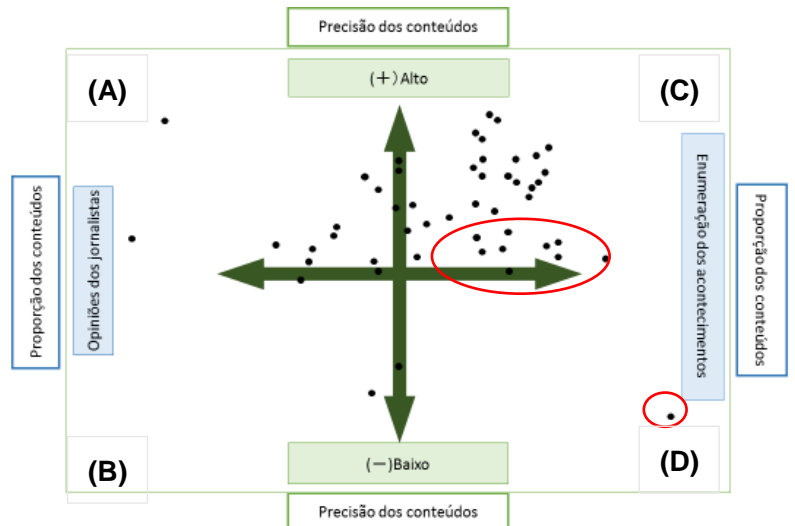


Gráfico 11- Eixo das coordenadas (Precisão e Proporções dos Conteúdos)- Zona C2

Por outro lado, quem respondeu que os seus jornais têm mais artigos de opinião do que de relato de acontecimentos, não atribuiu uma pontuação tão elevada ao nível de precisão dos conteúdos, e, de entre os que consideraram que os jornais têm uma alta taxa de artigos de opinião quase ninguém considerou existir uma alta taxa de precisão da informação.

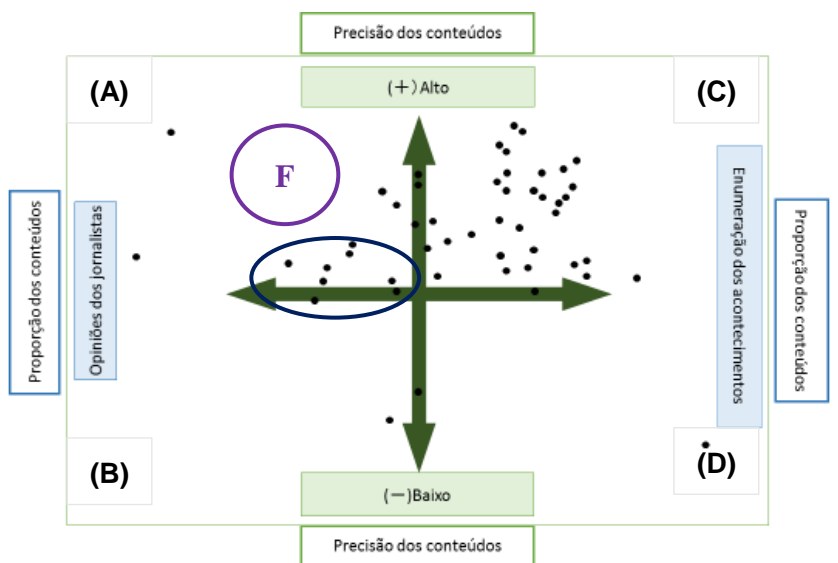


Gráfico 12- Eixo das coordenadas (Precisão e Proporções dos Conteúdos)- Zona A

### 4.3. Os comentários dos leitores

No inquérito, através de uma questão aberta, perguntei aos leitores o que falta ou desejam mais nos jornais que leem habitualmente. No caso de retirarmos as opiniões dos

que mencionaram a expansão do espaço dos artigos dedicados a várias áreas, os comentários mais frequentes foram sobre a “Precisão” dos artigos. Olhando para os detalhes dos comentários, as respostas dos leitores eram, por exemplo, ‘A análise dos artigos é insuficiente’, ‘Não há explicações sobre como é que chegaram a essa conclusão’, ‘A apresentação das provas para explicar como é que chegaram às suas conclusões’, ‘Há muitas opiniões dos jornais sem provas nem explicações’. Estes comentários foram redigidos tendencialmente por inquiridos que escolheram que nos jornais se consagra mais espaço a conteúdos dedicados à enumeração dos acontecimentos, mas que atribuíram um resultado não tão alto à precisão dos conteúdos. Os leitores deste grupo têm insatisfação com os artigos redigidos pelos jornalistas do *Kisha Club*, os quais só publicam as informações adquiridas pelas autoridades sem examinar os conteúdos. Algumas pessoas consideram que este processo sem examinação nem confirmação dos factos é o que origina a publicação de informações e notícias falsas.

Outro dos comentários que também apareceu com a mesma frequência dizia respeito à ‘falta das opiniões ou da competência dos jornalistas’. Frases tais como ‘Não se vê a direcção das opiniões dos jornalistas, onde querem chegar. Estão perdidos.’, ‘falta das opiniões dos jornalistas’, ‘falta das informações adquiridas através dos seus próprios esforços como jornalistas profissionais’, mostram uma das características do *Kisha Club*, cujos membros quotidianamente recebem os alinhamentos e instruções na mesma sala e ao mesmo tempo que outros membros, e escrevem os seus artigos sem originalidade e de um modo uniformizado.

O terceiro tipo de comentário mais frequente foi a ‘falta de especialização’, que tem também ligação com o sistema do *Kisha Club*. Como referi na parte I, uma vez que as informações já são cartelizadas e monopolizadas, sendo oferecidas em simultâneo aos

vários membros do *Kisha Club*, não existe necessidade de competição entre os jornalistas, o que os desincentiva de investir na diferenciação dos seus conteúdos. Até houve um comentário dizendo: ‘Caso queira informações correctas, não dependo dos jornais, mas visito as páginas de *internet* ou *blogs* apresentados por professores catedráticos ou por especialistas nas instituições.’, o que mostra uma grande desconfiança nos jornais.

A quarta resposta mais frequente foi a ‘falta de imparcialidade’, comentário feito por cinco pessoas. Os inquiridos que responderam neste sentido têm a sensação de que os jornalistas não escrevem as suas opiniões, mas só citam os comentários ou opiniões de especialistas ou de intelectuais, com uma intenção de aproximar o ponto de vista dos leitores do ponto de vista do governo.

<b>Precisão 7</b>
-Quero precisão dos artigos -Análise com Precisão e alta qualidade (2 pessoas) -A precisão das informações e a apresentação das provas para explicar como é que chegaram às suas conclusões. -Há muitas opiniões dos jornais <u>sem prova nem explicação</u> . -Às vezes, as informações divulgadas revelam-se erradas posteriormente -Dado que as informações e as situações de hoje em dia estão a tornar-se cada vez mais complexos, não podemos e conseguimos tomar decisões ou julgar correctamente através apenas dos artigos de uma empresa de jornais.
<b>Opiniões dos jornalistas / Competência dos Jornalistas 7</b>
-Levantamento dos problemas pelos jornalistas aos leitores ou à sociedade -Os métodos de levantamento e pesquisa do problema e a apresentação das questões são insuficientes -As opiniões dos jornalistas -As informações adquiridas através dos seus próprios esforços como jornalistas profissionais -Não se vê a direção das opiniões dos jornalistas nem onde querem chegar. Estão perdidos. -A competência de recolher informações como jornalistas (2 pessoas)
<b>Especialidade 5</b>
-O nível da especialização de cada área é baixo (3 pessoas) -Quero mais especialidade para o aprofundamento dos artigos -Caso queira informações correctas, não dependo dos jornais, mas visito as páginas de <i>internet</i> ou <i>blogs</i> apresentados por professores catedráticos ou por especialistas nas instituições.
<b>Imparcialidade 5</b>
-Falta imparcialidade -Tem parcialidade dos especialistas e dos intelectuais contratados e citados nos jornais. -Tem alta parcialidade no pensamento. -Quero as ideias diversificadas -Mais imparcialidade na coluna ou no espaço editorial
<b>Objectividade 3</b>
-Quero mais objectividade (3 pessoas)
<b>Detalhes das Informações 2</b>
-Divulgação dos detalhes sobre os factos -Continuidade aos acontecimentos (Muitas vezes, os jornais apresentam assuntos só num período curto, mas não seguem esses assuntos. Por isso, nem sabemos como é que estão actualmente a correr esses assuntos.)
<b>Áreas Específicas 7</b>
-Os Assuntos Políticos (2 pessoas) -Demonstram pouco estudo sobre as regiões e pouca informação necessária para outras prefeituras -As informações na área da Educação -As informações nas áreas da Economia -Mais Caricaturas no espaço dos jornais (2 pessoas) -Mais notícias sobre o desporto
<b>Outros 2</b>
-O preço é caro. -O aparecimento dos nomes dos jornalistas que escrevem as suas opiniões e os pensamentos nos artigos

Quadro 9 — Opiniões dos leitores sobre os jornais que lêem.

## **5. A Visão dos Jornalistas**

(membros e não-membros do *Kisha Club*)

Este capítulo examina as relações entre os jornalistas *freelance* e os jornalistas de instituições-membros do *Kisha Club*, analisando duas entrevistas realizadas a um jornalista *freelance* e a um jornalista de uma empresa membro do *Kisha Club*, as quais foram realizadas no Japão em 2015 (Anexo D e Anexo E). A primeira entrevista foi com um jornalista japonês *freelance*, Hironobu KUBOTA, no dia 31 de Julho de 2015 com duração de duas horas, das 14:00 às 16:00, na Prefeitura de Kanagawa. Os locais principais nos quais ele desempenha a sua actividade são o Afeganistão, o Iraque e a Síria. A segunda entrevista foi com uma jornalista que trabalha para um órgão membro do *Kisha Club*, tendo sido realizada no dia 23 de Agosto de 2015, com duração de duas horas, das 17:00 às 19:00, em Tóquio, sob a condição do seu nome não ser divulgado. Em ambas as entrevistas foi utilizado o mesmo guião de modo a podermos comparar as respostas e compreender de que modo as suas perceções sobre o jornalismo são ou não coincidentes nos vários aspetos abordados.

<b>Comparação dos pontos de vista entre os jornalistas do <i>Kisha Club</i> e <i>Freelance</i></b>	
<b><i>Freelance</i></b>	<b><i>Kisha Club</i></b>
<b>1. Modo de Trabalho</b>	
<b>1-(1) Maneira de Recolher as informações</b>	
Ir ao local do acontecimento, e fazer filmagens e entrevistas, ficando vários dias no local.	Esperar pela chamada para a conferência de imprensa ou pelo alinhamento da notícia
<b>1-(2) Local de Trabalho</b>	
Local do acontecimento ( <i>on the spot</i> )	Escritórios cedidos pelas autoridades ou pelas instituições (No mesmo edifício das autoridades).
<b>1-(3) Reconhecimento da profissão de outro como colega jornalista</b>	
Negativo	Negativo
<b>2. Sistema do <i>Kisha Club</i></b>	
<b>2-(1) Papel Principal</b>	
Aliança corrupta com as autoridades Cartel entre os membros do <i>Kisha Club</i>	Aumento da solidariedade dos jornalistas para exigir as informações, e conveniência prática.
<b>2-(2) Exclusividade do acesso às informações</b>	
Opinião Negativa	Opinião Positiva
<b>2-(3) Fundo Financeiro</b>	
Independente do sistema, mas poucos fundos	Bastante apoiado pelas autoridades
<b>2-(4) Necessidade do <i>Kisha Club</i></b>	
Opinião Negativa	Opinião Positiva
<b>3. Distância</b>	
<b>3-(1) com as Autoridades</b>	
Distante	Próxima
<b>3-(2) com os Leitores/ Pessoas locais</b>	
Próxima	Distante
<b><i>Freelance</i></b>	
	Longe
<b><i>Kisha Club</i></b>	
Longe	
<b>4. Opiniões sobre as notícias do Japão</b>	
<b>4-(1) Parcialidade das notícias pelos <i>Media</i> do Japão</b>	
Parciais, devido à conformidade e cartelização dos membros do <i>Kisha Club</i>	Parciais, devido à exigência dos leitores

Quadro 10- Comparação dos pontos de vista entre os jornalistas do *Kisha Club* e *Freelance*

## 5.1 Negação mútua sobre o reconhecimento como colegas de profissão / colegas jornalistas

Primeiramente, olhando para a posição de ambos os jornalistas sobre o reconhecimento do outro como um jornalista profissional, perguntei se reconheciam como jornalista os que exerciam a profissão como *freelance* ou como membros do *Kisha Club*:

*(KUBOTA Jornalista freelance) -Eu não admito que eles (jornalistas dos membros do Kisha Club) são jornalistas. São sim comerciantes... O trabalho dos verdadeiros jornalistas é correr para o local dos acontecimentos e divulgar os factos. Contudo, esses jornalistas (do Kisha Club) não vão para os locais quando o nível de perigo sobe um pouco, dizendo que é arriscado... Nos locais onde eu faço atividades jornalísticas... nunca se encontram jornalistas das grandes empresas de media do Japão...*

O jornalista *freelance* KUBOTA, mostrou não reconhecer os jornalistas membros do *Kisha Club* como verdadeiros ‘jornalistas’. Analisando os seus comentários para procurar as razões do porquê desta resposta deparamo-nos com o que ele considera ser uma lacuna no processo de trabalho dos jornalistas do *Kisha Club*. Para este jornalista *freelance*, só escrever os artigos não é suficiente para se ser ‘jornalista’. Kubota considera que a profissão também requer o processo de ver os locais dos acontecimentos com os seus próprios olhos, e recolher as informações com os seus esforços. Nesse sentido, os jornalistas dos membros do *Kisha Club*, que recebem esboços produzidos pelas autoridades no escritório, não são reconhecidos por ele como ‘jornalistas’.

A seguir, olhemos o ponto de vista da jornalista do membro do *Kisha Club*.

*(Jornalista do membro do Kisha Club) - Não temos nenhum ponto de contacto nos nossos trabalhos... Os freelance nem sequer têm permissão para entrar nos escritórios do Kisha Club. Nesse sentido, jornalistas freelance e jornalistas do Kisha Club não são colegas. É verdade que desse ponto de vista, nós, os jornalistas do Kisha Club, somos fechados.*

A jornalista do membro do *Kisha Club* também mencionou que não tinha forma de encontrar jornalistas *freelance* devido à diferença de local e da maneira de trabalho, dado que o seu escritório e as conferências de imprensa são reservados exclusivamente aos jornalistas dos membros do *Kisha Club*. Curiosamente, ela também negou ser colega dos jornalistas *freelance*, usando as seguintes frases:

*(Jornalista do membro do Kisha Club) - Temos um processo sistematizado tendo em vista a abertura da participação nas conferências aos alheios. Caso os jornalistas não-membros do Kisha Club queiram participar, primeiramente, eles têm que avisar o coordenador da conferência, que é membro do Kisha Club. Posteriormente, o coordenador pede-nos a nós, jornalistas, autorização para a entrada do freelance.*

A jornalista do membro do *Kisha Club* usou a palavra ‘alheio’ para os jornalistas *freelance*, dizendo que para estes participarem na conferência de Imprensa é preciso autorização por parte dos jornalistas do *Kisha Club*. Esta frase mostra a mentalidade da jornalista do membro do *Kisha Club*. Ou seja, esta jornalista considera que os jornalistas dos membros do *Kisha Club* e as autoridades pertencem ao mesmo grupo exclusivo, e que os jornalistas *freelance* se encontram fora desta aliança.

As duas entrevistas mostraram que apesar destes dois jornalistas terem a função

de escrever artigos para os jornais, ambos não querem reconhecer os outros como ‘verdadeiros jornalistas’.

Sobre os tratamentos aos jornalistas *freelance* pelos jornalistas dos membros do *Kisha Club*, algumas das frases pronunciadas pela jornalista *freelance* KUBOTA são elucidativas:

*(KUBOTA Jornalista freelance)- ... há muitas conferências de imprensa direcionadas só aos jornalistas do Kisha Club. Mesmo que os jornalistas freelance consigam entrar nas conferências, só os jornalistas dos membros do Kisha Club; Yomiuri, Asahi, Mainichi, Sankei, Nikkei, têm direito a fazer perguntas. Caso os jornalistas freelance as façam, os jornalistas dos membros vão criticá-los, reclamando ‘porque é que você está a fazer perguntas?’...*

Segundo o jornalista *freelance* KUBOTA, quando os jornalistas *freelance* fazem perguntas não planeadas às autoridades, são os jornalistas dos membros do *Kisha Club* que os criticam. Esta atitude, de que as perguntas desfavoráveis às autoridades também incomodam os jornalistas dos membros do *Kisha Club*, mostra que os jornalistas dos membros do *Kisha Club* não têm consciência de pertencer ao mesmo grupo dos *freelance*, mas a sua lealdade reside antes nas autoridades.

## **5.2 As opiniões sobre a existência do *Kisha Club***

Sobre a existência do *Kisha Club*, o jornalista *freelance* mostrou-se contra este tipo de organização pelas seguintes razões:

*(KUBOTA Jornalista freelance) -O Sistema do Kisha Club existe para gerar e desenvolver essas corrupções... Mas quem consegue criticar o governo, quando esse mesmo governo faz o pagamento das rendas dos escritórios do Kisha*

Club?... Nós, freelance, chamamos aquele ambiente entre os jornalistas dos membros do Kisha Club e as autoridades de 'harmonia planeada'. Por exemplo, na conferência de imprensa do porta-voz do gabinete, os participantes, jornalistas dos membros do Kisha Club, calculam o nível de incômodo que as suas questões poderão ter nas fontes de informação. 'Podemos perguntar até este ponto. Intromissão para além deste ponto poderá incomodar o governo.' Assim, eles convivem numa harmonia falsa.

Analisando as opiniões de KUBOTA, para o *freelance*, o sistema promove a corrupção entre os membros e as autoridades, o que priva esses jornalistas de espírito e de ambiente de crítica às autoridades. KUBOTA também criticou o ambiente das Conferências de Imprensa, nas quais os jornalistas dos membros medem as perguntas toleráveis para as autoridades, utilizando expressões como 'harmonia planeada' e 'harmonia falsa'.

Por outro lado, a jornalista do *Kisha Club* defendeu o sistema, justificando o seu papel com seguintes razões:

(Jornalista do membro do *Kisha Club*) -... graças ao *Kisha Club*, nós, os membros, podemos entrar nas conferências de imprensa. As autoridades têm a obrigação de permitir a entrada na sala de conferências de imprensa a todos os jornalistas filiados, sem qualquer diferenciação entre estes... o *Kisha Club* nasceu para lutar contra os poderes instituídos. Unificamo-nos e mostramos solidariedade para fazer atividades como jornalistas... Um dos propósitos da existência do *Kisha Club* é a existência da comodidade. Na eventualidade da ocorrência de um escândalo ou corrupção..., se não houvesse nenhuma ligação entre os jornalistas e as autoridades, cada jornalista iria entrevistar as autoridades consecutivamente, abordando ininterrupta e repetidamente os

*mesmos conteúdos... parece-me mais razoável o Kisha Club organizar e coordenar as conferências de imprensa... Tudo isto tendo em vista minimizar o trabalho das fontes de informação... do ponto de vista prático, parece-me viável a existência do Kisha Club... graças a nós, existem disponíveis notícias relacionadas com as autoridades para serem disponibilizadas aos cidadãos.*

A jornalista do membro do *Kisha Club* apresentou uma das razões da existência deste sistema, dizendo que graças ao *Kisha Club*, as autoridades têm que fornecer informações aos jornalistas. Por outro lado, curiosamente, ela mencionou que uma das outras funções do grupo é minimizar o trabalho das autoridades. Ou seja, inconscientemente, ela assume a visão e o ponto de vista das autoridades, o que mostra um tipo de sincronização inconsciente entre os jornalistas dos membros do *Kisha Club* e as autoridades.

### **5.3. Distância entre os jornalistas e os cidadãos**

Quanto à distância entre os jornalistas e os cidadãos, o jornalista *freelance* KUBOTA, explicou a forma como se procura aproximar das várias populações com quem contacta na sua profissão:

*(KUBOTA) Eu não tiro fotos no primeiro dia da atividade jornalística, mesmo que queira muito, mas espero até as pessoas locais começarem a confiar em mim... Os jornalistas das grandes empresas... tinham uma hora de encerramento muito apertada... eles não tinham outra forma de agir senão apressar-se, e só registaram a opinião de quem ouviram nesse momento... eles encaixam essas opiniões na estrutura padronizada 'início, meio, e fim'. Por isso, eles recolhem as informações relativas ao que eles querem e esperam....*

Para o Jornalista *freelance* KUBOTA, o mais importante na recolha das informações é adquirir a confiança das pessoas locais e tentar ver o acontecimento através

de vários ângulos. Todavia, segundo este jornalista, os jornalistas membros do *Kisha Club*, devido ao limite de tempo muito apertado, não têm oportunidade de tomar conhecimento das verdadeiras opiniões das populações locais, aliás, nem sequer querem, dado que o trabalho deles é procurar provas para os artigos ou programas antecipadamente preparados, o que tira a oportunidade de os jornalistas membros do *Kisha Club* se aproximarem humanamente das pessoas locais.

Além desta observação do jornalista *freelance* KUBOTA, a jornalista da empresa-membro do *Kisha Club* admitiu os maus comportamentos e atitudes dos colegas face às pessoas locais quando as suas empresas decidem enviar os seus jornalistas para os locais dos acontecimentos.

*(Jornalista do membro do Kisha Club) -... geralmente. Dezenas de jornalistas, que até antes das ocorrências nunca tinham sido conhecedores dos espaços nos quais as reportagens vão ter lugar, chegam a esses locais. Muitas vezes os comportamentos destes não são os mais adequados. Eles arruinam o ambiente das aldeias sossegadas.*

Podemos considerar que esta jornalista se considera mais próxima dos cidadãos que outros jornalistas membros do *Kisha Club*. Por outro lado, sem pensar ou despreocupadamente, ela adjetivou alguns leitores dos jornais da seguinte maneira:

*(membro do Kisha Club)- ... surgem fãs estranhos, afirmando que ‘Sou seu fã. Leio os seus artigos!’*

Enquanto ela tratou as autoridades como “nós”, os seus leitores são ‘estranhos’. Assim, estas duas entrevistas são reveladoras da distância de ambos os jornalistas em relação ao universo de entrevistados e leitores.

## **6. Dois estudos de caso sobre o *Kisha Club* e o Condicionamento de Produção de Notícias nos Jornais do Japão**

No Capítulo III, referiu-se que os membros do *Kisha Club* participam regularmente nas conferências de imprensa do Escritório do Gabinete Ministerial, e às vezes recebem alinhamentos e esboços de textos que já estão prontos para serem colocados directamente nos jornais. Desta forma, os jornalistas-membros obtêm as informações que escrevem maquinalmente nos seus artigos, sem alteração das palavras fornecidas pelas fontes de informação (Freeman, 2000:41). Desta forma, os membros do *Kisha Club* possuem acordos que definem que estes recebem os artigos estandardizados fornecidos pelas fontes de informação e pelos seus colegas das outras empresas do *Kisha Club* que escrevam os mesmos conteúdos simultaneamente (Freeman, 2000:213). Neste capítulo são analisados os artigos completos dos cinco jornais de informação geral - *Asahi*, *Mainichi*, *Sankei*, *Yomiuri*, e *Nihon Keizai (Nikkei)* -(Anexo G, Anexo H), membros e keyplayers do *Kisha Club*, do dia 30 de Junho de 2016, cuja data foi arbitrariamente escolhida durante a minha estadia no Japão. O primeiro tema dos artigos analisados é ‘Os Censos de 2015’ (Anexo G), visto que nesse dia todos estes jornais abordavam este tema. Estes dados foram divulgados pelo Ministério dos Assuntos Internos e das Comunicações. O Ministério lançou o relatório dos Censos de 2015 com mais de setenta páginas, porém, ao mesmo tempo, resumiu-as em cinco páginas dirigidas aos *media* (Anexo F) Nas transições dos jornais que se seguem, as partes sublinhadas são as frases que estão no esboço de cinco páginas, e as partes assinaladas com tracejado são aquelas que foram alteradas meramente para facilitar a compreensão mas cujos conteúdos

também se encontram no relatório das autoridades.<sup>10</sup>As partes não sublinhadas são as frases que cada jornal escreveu com conteúdos que não estavam no esboço preparado pelo Ministério, ou seja, são informações que resultam da consulta do relatório original. Posto que o Jornal *Nikkei* publicou os artigos sobre os Censos de 2015 em duas páginas diferentes, estas duas páginas são objeto de análise.

Dado que a temática dos censos pode ser classificada como uma notícia assente em dados de carácter quantitativo, para apresentar um outro ângulo de análise e aumentar a sua abrangência, neste capítulo também se analisa outro tipo de notícia, desta vez sem qualquer elemento de carácter numérico, cujo tema é o surgimento de novos candidatos para as eleições à presidência da Câmara Municipal de Tóquio (Anexo H). As partes sublinhadas são as frases que estão escritas nos artigos dos outros jornais dos membros do *Kisha Club*. À semelhança do verificado com a notícia dos censos, também no caso das eleições autárquicas em Tóquio os conteúdos das notícias em todos os jornais são muito similares. A comparação dessa similaridade será demonstrada nas páginas seguintes, utilizando a mesma metodologia que será seguida aquando da análise das notícias sobre os censos. Nesta análise, posto que o Jornal *Yomiuri* publicou os artigos sobre a candidatura à presidência da Câmara Municipal de Tóquio em duas páginas diferentes, estas duas páginas são analisadas.

## **6.1. Notícias sobre os Censos de 2015**

### **6.1.1. Jornal *Asahi***

---

<sup>10</sup> (Por Exemplo: No esboço pelo Ministério: escreve-se ‘26.7%’ →No artigo dos jornais escreve-se ‘mais de um quarto’)

‘ - Os últimos dados de Censo 2015: 26.7% da População tem mais de 65 anos e 12.7% menos de 15 anos’

No dia 29, o Ministério dos Assuntos Internos e Comunicações divulgou os últimos dados dos Censos de 2015. As pessoas com mais de 65 anos correspondem a 26.7% da população, o que representa um aumento de 3.7% em relação a há 10 anos atrás, tendo-se atingido um record. Por outro lado, a taxa da população com menos de 15 anos é de 12.7%, o que representa um record mínimo. Pela primeira vez desde 1920, data do primeiro Censo no Japão, a proporção de cidadãos com mais 65 anos superou a de cidadãos com idade inferior a 15 anos em todas as prefeituras. O número da população com mais de 65 anos é de 33.422.000. Esta percentagem de população com mais de 65 anos é superior à da Itália (22.4%) e à da Alemanha (21.2%), que se tinham tornado os países mais envelhecidos de entre os países desenvolvidos. Olhando para o ranking das prefeituras no Japão, a prefeitura com a taxa mais alta da população com mais de 65 anos é a prefeitura de Akita (33.5%), seguida por Kochi (32.9%) e Shimane (32.6%). Pelo contrário, as prefeituras com a menor percentagem de população com mais de 65 anos são Okinawa (19.7%), Tóquio (22.9%) e Aichi (23.8%). O número da população com menos 15 anos é de 15.864.000, 12.7% da população total. Esta percentagem é 0.5% mais baixa que no censo anterior. Desde 1980, a percentagem da população com menos de 15 anos tem continuado a diminuir. No que diz respeito à taxa de participação no mercado de trabalho, que corresponde ao número total de pessoas que estão a trabalhar e estão à procura de trabalho, 70.8% dos homens estão a participar, percentagem essa menor quando comparada com os resultados anteriores. Uma das razões consideradas é como sendo uma consequência do envelhecimento da população. A taxa de participação das mulheres no mercado trabalho é de 49.8%, o valor mais elevado desde 1975. A faixa etária das mulheres trabalhadoras é muito larga, e a taxa de participação na faixa etária

entre os 25 anos e os 29 anos atingiu 80.9%, sendo que pela primeira vez no estudo ultrapassou 80%. Todavia, quanto ao tipo de trabalho das mulheres, 43.0% das trabalhadoras dedicam-se ao trabalho a tempo parcial, ou ao trabalho extranumerário. Este número ainda é superior à percentagem das trabalhadoras regulares, *full-time*, com contrato de emprego vitalício, 38.9%, apesar desta percentagem dos trabalhadores homens ser de 64.4%. Os Censos são realizados de cinco em cinco anos, no dia 1 de Outubro os dados contém os números previstos. A população total do Japão, que já foi divulgada neste Fevereiro, é de 127.110.000, inferior à de há 5 anos.

### **6.1.2. Jornal *Mainichi***

‘Os últimos dados dos Censos de 2015: Mais de um quarto da população tem mais de 65 anos e há um recorde em relação à população com menos de 15 anos.’

Segundo os últimos dados dos Censos de 2015 divulgados pelo Ministério dos Assuntos Internos e Comunicações no dia 29, as pessoas com mais de 65 anos representam 26.7% da população, cuja percentagem ficou 3.7% mais alta que a de há 10 anos e atingiu um recorde, sendo agora um quarto da população constituída por idosos. A taxa da população com menos de 15 anos converteu-se em 12.7%, cuja percentagem é 5% inferior à dos Censos de 2010 e constitui um recorde mínimo. O processo de envelhecimento e baixa natalidade está a avançar, o que trará dificuldades ao nível dos recursos financeiros da Segurança Social e de conservação da dinâmica das regiões. No que diz respeito à taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho, que corresponde à proporção das mulheres que estão a trabalhar ou estão à procura de trabalho, estas encontram-se nas diversas faixas etárias. Mas, no entanto, nas idades em que precisam de cuidar dos filhos, esta taxa é mais baixa em comparação com as faixas etárias

seguintes, e a Curva M ainda se mantém no gráfico. O número das pessoas que moram sozinhas atingiu um recorde. A percentagem da população com mais de 65 anos é superior à da Itália (22.4%) e à da Alemanha (21.2%), tendo-se tornado o Japão no país com valores superiores de entre os países desenvolvidos. Por outro lado, a percentagem da população com menos de 15 anos é a mais baixa de entre estes países (desde 1980). Olhando para as prefeituras no Japão, a taxa da população com mais de 65 anos subiu em todas as prefeituras. Em 41 prefeituras, esta taxa ultrapassou os 25%, e dentro dessas prefeituras, 12 marcaram mais de 30%. A taxa mais alta da população com mais de 65 anos verifica-se na prefeitura de Akita (33.5%), seguida por Kochi (32.9%) e Shimane (32.6%). As prefeituras com a menor percentagem (menos de 25%) de cidadãos com mais de 65 anos são seis, Saitama, Tóquio, Kanagawa, Aichi, Shiga e, Okinawa. Mesmo sendo Okinawa a prefeitura com a menor taxa de população acima dos 65 anos (19.7%), esta percentagem ultrapassou a da população com menos de 15 anos. A proporção de população com uma idade superior a 65 anos superou a da população com idade inferior a 15 anos em todas as prefeituras. A taxa de participação no mercado trabalho das mulheres é de 49.8%, um valor 0.2% mais alto que no censo anterior. A taxa de participação no mercado de trabalho nas pessoas que têm entre 25 anos e 29 anos atingiu 80.9%, tendo pela primeira vez desde 1950 ultrapassado os 80%. Mas nas idades em que é necessário cuidar dos filhos, entre os 30 e os 39 anos, esta taxa é a mais baixa em comparação com as faixas etárias seguintes. A percentagem de pessoas que moram sozinhas atingiu um recorde, que é de 32.5%. A quantidade de pessoas, nomeadamente de jovens não casados e de idosos que vivem sozinhos, está a aumentar cada vez mais. Na faixa etária com mais de 65 anos, um oitavo dos homens e um quinto das mulheres moram sozinhos.

### 6.1.3. Jornal *Sankei*

‘Mais de um quarto da População tem mais de 65 anos pela primeira vez nos Censos. A Mudança da Estrutura da Sociedade em Envelhecimento.’

No dia 29, o Ministério dos Assuntos Internos e das Comunicações divulgou os últimos dados do Censo de 2015. As pessoas com mais de 65 anos correspondem a 26.7% do total nacional, mais de um quarto da população, tendo-se atingido um recorde desde o primeiro censo em 1920. Mesmo em Tóquio, cuja população de trabalhadores ativos é grande, a taxa de envelhecimento aumentou, o que revela uma grande mudança estrutural de uma sociedade em envelhecimento e com menos filhos. A população total do Japão, é de 127.110.000, 947.000 inferior à de há 5 anos. Pela primeira vez desde o primeiro censo, o número total da população japonesa diminuiu. O número total da população com mais de 65 anos é de 33.422.000, 3.7% mais alto que no censo anterior. Olhando para o ranking das prefeituras no Japão, as prefeituras com a menor percentagem de população acima dos 65 anos são Okinawa (19.7%) e Tóquio (22.9%) . As prefeituras com a taxa mais alta de população com mais de 65 anos é a prefeitura de Akita (33.5%), seguida de Kochi (32.9%) e Shimane (32.6%). Esta percentagem subiu em todas as prefeituras. De entre as pessoas que têm mais de 65 anos, 1.685.000 estão em lares de idosos, valor total 1.4 vezes mais alto que no censo anterior. Na faixa etária com mais de 65 anos, um oitavo dos homens e um quinto das mulheres moram sozinhos. O número das pessoas que moram sozinhas atingiu um recorde, de 32.5%. A quantidade de pessoas, nomeadamente de jovens não casados e de idosos que vivem sozinhos está a aumentar cada vez mais. A percentagem de pessoas acima dos 65 anos é superior à de outros países desenvolvidos, e a taxa da população com menos de 15 anos detém um recorde negativo. No que diz

respeito à taxa de participação no mercado de trabalho, a faixa etária de mulheres trabalhadoras é muito larga, e a taxa de participação das pessoas que têm entre 25 anos e 29 anos atingiu 80.9%, tendo pela primeira vez nos registos ultrapassado os 80%. Mas nas idades em que a população precisa de cuidar dos filhos, esta taxa é a mais baixa em comparação com as faixas etárias seguintes, e a Curva em forma de M ainda se mantém no gráfico

#### **6.1.4. Jornal Yomiuri**

‘Mais de um quarto da População tem mais de 65 anos, de acordo com os últimos dados no Censo de 2015’

No dia 29, o Ministério dos Assuntos Internos e Comunicações divulgou os últimos dados dos Censos de 2015. As pessoas com mais de 65 anos representam 26.7% da população, valor 3.7% mais alto que há 10 anos, tendo-se atingido um recorde. As pessoas com mais de 65 anos constituem mais de um quarto da população, tendo-se atingido um recorde desde o primeiro censo de 1920. Pela primeira vez desde 1920, o primeiro Censo no Japão, em todas as prefeituras a proporção de indivíduos com idade superior a 65 anos superou a de indivíduos com idade inferior a 15 anos. A população total do Japão é de 127.110.000, e o valor da população com mais de 65 anos é de 33.422.000. As pessoas entre os 16 e os 64 anos são 75.920.000 (menos 3.2% que aquando do censo anterior), e o número da população com menos 15 anos é de 15.864.000, 12.7% da população total. Esta percentagem é 0.5% mais baixa que no censo anterior. A população de todas as faixas etárias, à excepção das pessoas com mais de 65 anos, diminuiu em comparação com a população do censo anterior. Mesmo no passado, sendo

Okinawa a única prefeitura cuja percentagem da população com menos de 15 anos ultrapassou a percentagem da população com mais de 65 anos, agora a percentagem da população com mais de 65 anos ultrapassou a de que tem menos de 15 anos. A população no mercado do trabalho com mais de 15 anos é de 60.750.000, valor 2.950.000 inferior ao censo anterior. No que diz respeito à taxa de participação no mercado de trabalho, que corresponde ao número total das pessoas que estão a trabalhar e estão à procura do trabalho, a taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho é de 49.8%, 0.2% mais alto que no censo anterior. Na faixa etária entre os 25 anos e os 29 anos, a percentagem de mulheres que participam no mercado de trabalho atingiu os 80.9%, tendo pela primeira vez no estudo ultrapassado os 80%. As mulheres na faixa etária dos 35 aos 39 anos que participam no mercado de trabalho subiu para 72.4%, valor 4.4% mais alto que no censo anterior. Mas nas idades em que ainda precisam de cuidar dos filhos, esta taxa é mais baixa em comparação com as faixas etárias seguintes, e a Curva em forma de M ainda se mantém no gráfico. A percentagem da população com mais de 65 anos é mais elevada no Japão do que nos restantes países desenvolvidos por três anos consecutivos. Estes dados foram calculados através de uma amostra de 1% do censo de 2015.

### **6.1.5 Jornal Nikkei (1)**

‘Mais de 50% das mulheres e das pessoas com mais de 65 anos no mercado de trabalho – Os Censos de 2015- compensação no mercado de trabalho.’

No dia 29, o Ministério de Assuntos Internos e Comunicações divulgou os últimos dados do Censo de 2015. Pela primeira vez, mais de 50% da população de mulheres está no mercado de trabalho. Também na população com mais de 65 anos, mais

de metade das pessoas ainda estão inseridas no mercado de trabalho. Como consequência do envelhecimento da população, a população no mercado de trabalho com mais de 14 anos é de 60.750.000, 2.950.000 menos que no Censo anterior, o que indica que haverá menos de 60 milhões de pessoas no mercado de trabalho no futuro próximo. Para resolver a falta de mão-de-obra na área de cuidados a idosos, as mulheres trabalhadoras e trabalhadores sêniores estão a aumentar cada vez mais a sua presença.

#### **6.1.6. Jornal *Nikkei* (2)**

‘O número de trabalhadores na área de cuidados a idosos está a aumentar’

O censo é realizado de cinco em cinco anos. Juntando-se o número das mulheres no mercado de trabalho e o número dos trabalhadores com mais de 65 anos, conclui-se que pela primeira vez mais de metade da população pertencente a estes grupos (51.7%) encontra-se inserida no mercado de trabalho, sendo o número anterior de 48.9%. Uma das razões deste fenómeno é porque os homens com mais de 60 anos, que antigamente constituíam uma parte significativa da população no mercado de trabalho, atingiram a idade de reforma e saíram do mercado. Outra razão é a transição da área de trabalho que tem a maior demanda, havendo uma transição da necessidade de mão-da-obra fabril para a área de cuidados a idosos. No que diz respeito à taxa de participação no mercado dos trabalhadores, que é o número total das pessoas que estão a trabalhar e estão à procura do trabalho, 70.8% dos homens encontram-se inseridos neste mercado, um valor 3% mais baixo que anteriormente, e cuja percentagem é a menor em comparação com o passado. Uma das razões consideradas é a consequência do envelhecimento da população. A taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho é de 49.8%, um valor 0.2% mais

alto que no censo anterior. O número dos trabalhadores masculinos ficou 4.3% mais baixo do que há 10 anos, e o número das trabalhadoras femininas ficou quase igual. A população dos trabalhadores com mais de 65 anos, juntando-se homens e mulheres, é de 7.580.000, 27% mais alta que há 10 anos. A transição da demanda sobre a mão-de-obra da área de fabricação para a área de cuidados a idosos vai dar mais oportunidade de emprego para as mulheres e as pessoas com mais de 65 anos. Na proporção de mão-de-obra no mercado laboral, a manufatura ocupa 15.7%, um valor 0.4% inferior ao de há 10 anos, e a área de saúde e de care-workers é de 12.2%, 2.0% mais alto que no Censo anterior. Devido ao envelhecimento demográfico, a demanda dos serviços de cuidadores de idosos está a aumentar. No mercado de trabalho, a percentagem de vendas a retalho subiu 0.1% e fixou-se em 16.5%. A taxa de participação das mulheres no mercado trabalho é cada vez maior. O desafio delas é haver compatibilidade entre trabalhar e cuidar dos filhos. A faixa etária de mulheres trabalhadoras é muito larga, sendo a taxa de participação entre os 25 anos e os 29 anos de 80.9%, que é a percentagem mais alta de entre todas as faixas etárias. A faixa etária entre os 35 anos e 39 anos de mulheres que participam no mercado de trabalho é de 72.4%, sendo uma das razões consideradas deste declínio o casamento e o nascimento dos filhos. Após a puerícia dos seus filhos, as mães voltam para o mercado de trabalho, e a percentagem da participação das mulheres neste sobe novamente, o que conduz a um valor de 75.7% entre 40 e 44 anos, e de 78% entre 45 e 49 anos. A resolução desta Curva M servirá de suporte à economia japonesa. A forma de empregabilidade entre homens e mulheres ainda é muito diferenciada. No mercado de trabalho dos homens, só 18% dos trabalhadores dedica-se ao trabalho irregular, tais como os trabalhos a tempo parcial, extranumerário, ou com tempo determinado. Por outro lado, no mercado de trabalho das mulheres, esta percentagem é de 54%, mais de metade. Olhando para as

faixas etárias das mulheres no mercado do trabalho, entre 25 e 29 anos, a percentagem das trabalhadoras em trabalho irregular é de cerca de 30%. Porém, na faixa etária entre 40 e 44 anos, esta percentagem é superior a 50%. O potencial do crescimento económico do Japão mantém-se em 0%, e uma destas razões é derivado este fenómeno do mercado de trabalho. Se as mulheres que querem trabalhar, mesmo após o casamento e o nascimento dos filhos, conseguirem continuar a trabalhar, elas compensarão esta falta de mão-de-obra. Segundo o professor da Universidade de Keio, Yoshio Higuchi, o aproveitamento das mulheres e das pessoas com mais de 65 anos está a desenvolver-se, e para acelerar este crescimento, é necessário as empresas avançarem as reformas do modo de trabalho a fim de os trabalhadores poderem exercer a sua competência e o talento num tempo limitado, bem como resolver as desigualdades. O Primeiro Ministro Abe está a procurar a expansão da área do trabalho para as mulheres e as pessoas com mais de 65 anos, com o *slogan* de ‘A Sociedade para Actuação de todos os 100 milhões’, que ainda está em vias de se realizar. O Partido Liberal Democrata e o Partido Democrático declararam o compromisso oficial para diminuir a desigualdade salarial entre os trabalhadores regulares e os trabalhadores irregulares. O melhoramento do tratamento dos trabalhadores irregulares e a diminuição das horas extras no trabalho também têm que ser resolvidos futuramente.

### **6.1.7 Análise das Notícias**

Confirma-se que, com exceção do artigo do *Nikkei*, que focou o seu artigo na temática do mercado de trabalho, os outros quatro jornais dos membros do *Kisha Club* aproveitaram as informações das autoridades e introduziram muito pouca informação

original.

Uma vez que este trabalho tem como propósito a análise do *Kisha Club*, procura-se evitar questionar a qualidade dos artigos. No entanto, parece claro que o artigo do *Nikkei* tem investigação insuficiente para informar os leitores e várias questões pertinentes podem ser colocadas, tais como: (1) porque é que neste artigo as mulheres trabalhadoras não são tratadas do mesmo modo que os trabalhadores homens cuja faixa etária é igual, sendo tratadas conjuntamente com as pessoas que têm mais de 65 anos?; (2) porque é que o artigo considera, sem nenhuma prova, que cuidar dos idosos é uma profissão tendencialmente atribuível às mulheres?; (3) do ponto de vista prático, seria possível as pessoas com mais de 65 anos trabalharem realmente como *careworkers*?; (4) porque é que o artigo exige a compatibilidade entre o trabalho e cuidar dos filhos apenas às mulheres?; (5) não haverá uma nuance discriminatória na utilização da palavra ‘aproveitamento’ das mulheres e das pessoas com mais de 65 anos?; (6) porque é que no fim do artigo se faz repentinamente publicidade às políticas dos dois maiores partidos, o Partido Liberal Democrata, atualmente no poder, e o Partido Democrático, o maior partido da oposição?

## **6.2 A Candidatura da Sra. Koike à presidência da Câmara Municipal de Tóquio**

### **6.2.1 Jornal *Yomiuri* (1)**

‘A seleção da cara para a Câmara Municipal de Tóquio atravessa um período de confusão.’ ‘A Sra. Koike candidatou-se.’ ‘Eleição da Câmara Municipal de Tóquio de 2016’ ‘Os candidatos à partida mais expectáveis negaram a sua candidatura consecutivamente’

No dia 29 de Junho, a deputada da Câmara dos Representantes, Yuriko Koike (63 anos), declarou a sua candidatura à eleição da presidência da Câmara Municipal de Tóquio, cuja abertura oficial da campanha será no dia 14 de Julho, e cuja votação decorrerá no dia 31 de Julho. Até este ponto era considerado como vantajoso e adequado a apresentação de uma candidatura por uma pessoa cujo nome é do conhecimento do domínio público ser feito aquando da abertura do período de candidaturas às eleições. Todavia, dado que a declaração da ex-Ministra do Meio Ambiente e ex-Ministra da Defesa, ou seja, por uma pessoa cujo nome é do domínio popular, foi feita antes das demais candidaturas, o costume foi derrubado e a seleção dos candidatos ficou confusa. O Toren (grupo dos deputados municipais de Tóquio) do Partido Liberal Democrata (PLD) reuniu os deputados com cargos elevados e realizou uma sessão extraordinária. Após a reunião, Ishihara, Ministro da Revitalização da Economia e presidente do Toren do PLD, disse que não sabia a intenção dela sobre a sua candidatura, e mostrou o seu incómodo. Quanto aos candidatos, ele mencionou que só ‘estamos na fase de contactar as instâncias mais elevadas’ e evitou a responder de forma clara. O Toren está à procura dos candidatos, não de entre a área política, mas entre a área administrativa ou operativa. Deste modo, e conforme a sua pesquisa da opinião pública, foi concluído que o candidato mais forte vai ser o Sr. Shun Sakurai (62 anos), antigo vice-ministro administrativo do Ministério dos Assuntos Internos e Comunicações, com as razões de que o Sr. Sakurai é o pai de Sho Sakurai, o membro dos ‘Arashi’, um dos Grupos famosos de J-POP, e tem competência de trabalho técnico. Porém, o Sr. Sakurai negou esta possibilidade em frente dos media, dizendo ‘Estou honrado, mas não me vou candidatar. Não tenho vocação para ser presidente da Câmara Municipal de Tóquio.’ No dia 29, ele teve um encontro com Ishihara, Ministro da Revitalização da Economia em

Tóquio, mas ele mantinha a mesma resposta.

Também surgiram neste processo os nomes do Sr. Hiroya Masuda, ex-presidente da Câmara Municipal de Iwate e ex-Ministro dos Assuntos Internos e Comunicações, e da Sra. Atsuko Muraki, ex-Vice-Ministra administrativa do Ministério da Saúde. O Sr. Masuda respondeu aos media, dizendo ‘Não me vou candidatar’, e a Sra. Muraki, surgida como candidata proposta pelo *Toren*, também afirmou com muita firmeza que ‘A possibilidade de me candidatar é zero’ O Partido Democrático do Japão (PDJ), realizou uma reunião, discutindo as medidas para esta eleição. O Toren do PDJ considera que o Sr. Yoshihiro Katayama (64 anos), ex-presidente da Câmara Municipal de Tottori e ex-Ministro dos Assuntos Internos e Comunicações na época em que o PDJ era o partido do poder, seria um dos candidatos mais fortes. Porém, o Sr. Katayama negou a possibilidade da sua candidatura no dia 26 num programa de um canal privado. O nome do Sr. Masayasu Kitagawa (71 anos), ex-presidente da Câmara Municipal de Mie, também surgiu, mas ele afirmou negativamente a sua candidatura perante a pergunta do jornal *Yomiuri*. Nesse dia, o PDJ apresentou quatro nomes que o partido poderia apoiar nas eleições: Kenji Eda, representante dos deputados do PDJ na Assembleia, Akihisa Nagashima, ex-Ministro da Defesa, Mito Kakizawa, deputado da Câmara Baixa, e Banri Kaieda, ex-presidente do PDJ. Jin Matsubara, presidente do Toren do PDJ disse que queria avançar a seleção dos candidatos que o PDJ e os outros partidos podiam apoiar. O Sr. Hideo Higashikokubaru (58 anos), ex-Presidente da Câmara Municipal de Miyazaki e ex-candidato da eleição presidencial da Câmara Municipal de Tóquio de 2011, afirmou negativamente a sua candidatura, dizendo que tinha os seus negócios, através da sua empresa. O Sr. Toru Hashimoto, ex-Presidente da Câmara Municipal de Osaka (47anos), também negou a sua candidatura ‘Vou dizer claramente que não me vou candidatar.’ no

dia 20 através da Internet. Por outro lado, O Sr. Yutaka Takehana, ex-burocrata da Secretaria Geral de Segurança, disse que no caso de conseguir ter apoio do PLD e do Komei, ia pensar na sua candidatura. Quanto ao Sr. Kenji Utsunomiya (69 anos), ex-presidente da *Japan Federation of Bar Associations* (a Federação Japonesa do Corpo de Advogados), afirmou que já tinha recebido a proposta da sua candidatura pelas várias entidades, e declarou que estava pronto para se candidatar.

### **6.2.2 Jornal *Yomiuri* (2)**

‘O Partido Liberal Democrata (PLD) atravessa um período de instabilidade na escolha dos seus representantes -A candidatura repentina da Sra. Koike para a presidência da Câmara Municipal de Tóquio-

No dia 29 de Junho, a Sra. Yuriko Koike, do Partido Liberal Democrata (PLD) e ex-ministra da Defesa declarou a sua candidatura às eleições para a presidência da Câmara Municipal de Tóquio, cujas datas do anúncio oficial e da votação serão respectivamente no dia 14 de Julho e no dia 31 de Julho, mas o *Toren* (grupo dos deputados municipais de Tóquio) do PLD está a solicitar ao Sr. Sakurai, o antigo vice-ministro administrativo do Ministério dos Assuntos Internos e Comunicações, a sua candidatura. Após a demissão do Sr. Youichi Masuzoe, a eleição do presidente da Câmara Municipal de Tóquio atravessa um período de instabilidade. No seio do PLD, há opiniões que indicam que os membros NÃO o pretendem apoiar. O PLD atravessará incertezas no âmbito da escolha dos seus representantes. “Para realizar a minha visão de uma Tóquio cheia de esperança, pretendo desafiar-me com um estado de espírito como aquele que teria caso fosse saltar num precipício’, a Sra. Koike afirmou a sua decisão na conferência de Imprensa. Ela disse que até esse momento ainda não tinha nenhum apoio do PLD, mas que ia solicitar-lhes

esse apoio, acrescentando que já tinha informado o Sr. Tanigaki, o secretário-geral do PLD. Um dos motivos pelos quais a Sra. Koike declarou a sua candidatura era para travar os movimentos de solicitação do PLD ao Sr. Sakurai para a sua candidatura. Contudo, o Sr. Sakurai afirmou que mesmo que recebesse tal solicitação, não se iria candidatar, e que essa decisão não iria mudar. Na conferência de imprensa, a Sra. Koike ironizou que já existiam 160 mil funcionários públicos na Câmara Municipal de Tóquio e não precisavam de acrescentar ainda mais um funcionário administrativo. Ela também se apresentou como ministra (ela era então ministra do Meio-Ambiente), tendo promovido o 'Cool Biz' (Campanha de vestir roupa de negócios casual durante o Verão em vez de se utilizar demasiado o ar-condicionado). O PLD e o Toren do PLD demonstram poucas iniciativas de apoio à Sra. Koike, visto que ela já esteve em partidos diferentes, e esta candidatura foi feita sem consulta nem aviso prévio aos deputados municipais do PLD. Os deputados dos cargos elevados e Nobuteru Ishihara, Ministro da Revitalização da Economia, realizaram uma reunião na sede do PLD para discutirem a direcção futura, e também escolher os representantes do PLD. O Vice-Chefe de Gabinete do governo, Kouichi Hagiuda, mostrou o seu incómodo.

### **6.2.3 Jornal Asahi**

'O PLD está a solicitar ao Sr. Sakurai a sua candidatura'

No dia 29 de Junho, o Sr. Nobuteru Ishihara, o presidente do Toren (grupo dos deputados municipais de Tóquio) do PLD fez uma reunião com o Sr. Sakurai, o antigo vice-ministro administrativo do Ministério dos Assuntos Internos e Comunicações, e solicitou-lhe a sua candidatura às eleições para a presidência da Câmara Municipal de Tóquio, cujas datas do anúncio oficial e da votação serão respectivamente no dia 14 de Julho e 31 de Julho

O Sr. Sakurai revela uma atitude prudente, mas o PLD está a continuar a tentar persuadi-lo. Por outro lado, a Sra. Yuriko Koike, deputada do Partido Liberal Democrata (PLD) e ex-ministra da Defesa declarou a sua candidatura sem a existência de um acordo com o seu partido, como tal mostrando agora o PLD a sua perturbação e incómodo. O Sr. Sakurai, com quem o Sr. Ishihara se reuniu, é uma das opções a que o Toren do PLD vai dar apoio para a eleição. Os antigos Presidentes da Câmara Municipal de Tóquio, que o PLD tinha apoiado e tinha levado à vitória nas eleições, tais como Naoki Inose, e Youichi Masuzoe, demitiram-se a meio dos seus mandatos devido a problemas de ‘política e corrupção financeira’. Por isso, o PLD estava à procura dos seus candidatos fora dos deputados da assembleia legislativa aos quais, pelo menos, não se direccionarão críticas relacionadas com a política e corrupção financeira. As vozes de apoio ao ex-burocrata Sr. Sakurai, estão fortes e os deputados dos membros do Toren solicitaram-lhe a sua candidatura. O Sr. Sakurai já tinha negado a sua possibilidade da candidatura em frente dos media no dia 15 (de Junho). Contudo, o PLD ainda tem insistido no apoio a ele, dado que o filho do Sr. Sakurai é membro dos ‘Arashi’, um dos Grupos J-POP mais famosos no Japão, e o PLD acredita que o Sr. Sakurai vai ser um ‘forte candidato’. Faltando só duas semanas até à abertura da campanha eleitoral, o Presidente do Toren do PLD, Ishihara, começou a aproximar-se directamente do Sr. Sakurai. Alguns membros do Toren do PLD disseram que o Sr. Sakurai se tinha negado teimosamente a avançar no processo. Quanto à Sra. Koike, que declarou a sua candidatura sem um acordo com o seu partido, o PLD, os membros do PLD criticam-na como sendo uma ‘precipitação’ ou um ‘incómodo’.

Os deputados em cargos elevados do PLD realizaram uma reunião para discutirem as medidas. Após a reunião, o Sr. Ishihara, Presidente do Toren do PLD, mostrou o seu incómodo na conferência de imprensa, dizendo que ‘Quando a decisão sobre a política da

eleição presidencial da Câmara Municipal de Tóquio foi delegada para a administração do Toren da PLD, a Sra. Koike estava lá, mas ela não explicou para todos. O PLD não vai apoiar a Sra. Koike, dizemo-lo com 150% de firmeza. Segundo os deputados em cargos elevados do PLD, a Sra Koike candidatou-se tendo em conta o resultado da rejeição da candidatura do Sr. Sakurai à eleição. Segundo eles, a Sra. Koike pensou ‘Se o Sr. Sakurai não se candidatar, por fim, é capaz de eu ser a única candidatura do PLD’ e apostou a sua sorte nesse momento. O Toren do PLD tem que decidir a sua candidatura representante no máximo até ao início da próxima semana. Alguns membros do PLD dizem ‘Se ninguém senão a Sra. Koike levantar a sua mão, é possível o PLD concluir que a única opção é a Sra. Koike.’ Outros dizem que ‘Mesmo que a Sra. Koike se candidate, o Gabinete também irá tomar alguma medida séria, o que acelerará a candidatura do Sr. Sakurai. Nesse caso, a Sra. Koike desistirá da sua candidatura.’ “Pretendo desafiar-me com um estado de espírito como aquele que teria caso fosse saltar num precipício”, a Sra. Koike afirmou a sua decisão na conferência da Imprensa. Na conferência de imprensa, a Sra. Koike sublinhou ‘o que a capital Tóquio precisa não é de mais um funcionário administrativo, mas sim da paixão e visão. Por outro lado, a Sra. Koike repetia várias vezes ‘Quero candidatar-se como deputada do PLD’, tendo negado a possibilidade de sair do seu partido. Sendo questionada a sua atitude no caso de não conseguir ter apoio pelo PLD, ela só respondeu que ia vendo e ainda mostrou a sua esperança de apoio pelo seu partido. Quanto aos outros partidos, estão com dificuldade em seleccionar os seus candidatos. O Secretário-Geral do Partido Democrata do Japão (PDJ), Yukio Edano, negou a possibilidade do apoio à Sra. Koike, dizendo ‘nem pensar’. Por outro lado, está a ter dificuldade em escolher o seu candidato. Os quatro partidos da oposição confirmaram a sua cooperação mútua no apoio conjunto a um candidato na eleição para

a presidência da câmara municipal de Tóquio, mas ainda não conseguiram encontrar um candidato forte. Na noite do dia 29 de Junho, o Toren do Partido Democrata do Japão (PDJ) realizou uma reunião extraordinária para discutir a estratégia da eleição, e decidiu informar que vai lançar quatro candidatos, os Deputados da Câmara Baixa, Kenji Eda, Akihisa Nagashima e Mito Kakizawa, e o ex-presidente do PDJ, Banri Kaieda, à sede do DPJ. Segundo os membros dos cargos altos do Toden do PDJ, a sede do partido continua a propor ao Sr. Yoshihiro Katayama, ex-presidente da Câmara Municipal de Tottori, a sua candidatura, mas está na situação difícil. Outra opção como candidato será Kenji Utsunomiya, ex-presidente do Japan Federation of Bar Association (JFBA), mas os partidos da oposição pensam que este candidato não é adequado para representante dos quatro partidos.

Até ao presente, as três pessoas; o presidente do Partido Smile Mac Akasaka, ex-presidente da junta de freguesia de Chozo Nakagawa, e o ex-presidente da Zaitokukai (Associação de Cidadãos Contra os Privilégios Especiais dos nipo-coreanos) Makoto Sakurai, declararam oficialmente a sua candidatura à eleição da Câmara Municipal de Tóquio.

#### **6.2.4 Jornal *Mainichi***

‘A Sra. Koike vai-se candidatar - O Partido Liberal Democrata está surpreendido.- O Toren está a pedir ao Sr. Sakurai para ser o seu candidato’ ‘Ambos os partidos, o partido do poder e os partidos da oposição, estão confusos na escolha dos seus representantes’

No dia 29 de Junho, a Sra. Yuriko Koike, do Partido Liberal Democrata (PLD) e ex-ministra da Defesa declarou a sua candidatura às eleições para a presidência da Câmara Municipal de Tóquio, cujas datas do anúncio oficial e da votação serão respectivamente

no dia 14 de Julho e no dia 31 de Julho, tendo esta candidatura sido feita sem consulta nem aviso prévio aos deputados municipais do PLD. O Toren (grupo dos deputados municipais de Tóquio) do PLD NÃO deseja apoiá-la, e em vez disso, está a solicitar ao Sr. Sakurai, antigo vice-ministro administrativo do Ministério dos Assuntos Internos e Comunicações, a candidatar-se. Porém o Sr. Sakurai está a recusar tal solicitação com firmeza. Também nos restantes partidos, a escolha dos seus representantes atravessa um período de indecisão. ‘Quero desafiar-me com um estado de espírito equivalente aquele que teria caso fosse saltar de um precipício’”, a Sra. Koike afirmou a sua decisão na conferência de Imprensa. Quando lhe foi perguntado se se ia candidatar mesmo que não tivesse o apoio do seu partido, respondeu que visto que ela era deputada do PLD, queria agir com prudência. Ela definiu a sua meta como convertendo-se na primeira mulher a ocupar o cargo de presidente da Câmara Municipal de Tóquio, e propôs a redução do mandato de presidente para três anos e meio, com o objectivo do final da próxima eleição de presidente da Câmara Municipal de Tóquio não ficar calendarizada para 2020, o ano em que Tóquio vai receber os Jogos Olímpicos. Na noite de véspera do dia 28 de Junho, a Sra. Koike convocou os deputados da sua junta freguesia do PLD e declarou a sua candidatura, tendo pedido as assinaturas deles num papel em que está escrito ‘No caso da sua candidatura, vou apoiar’. Nesse local, não estavam presentes deputados municipais de Tóquio. Os deputados em cargos altos disseram que não tinham ouvido nada sobre essa candidatura, e realizaram uma reunião na sede do PLD para discutir as prioridades futuras. Eles estavam muito agitados e perguntaram-lhes qual seria a forma de candidatura. Após a reunião, o presidente do grupo dos Deputados de Tóquio, Nobuteru Ishihara, Ministro da Revitalização da Economia, fez uma conferência da Imprensa e disse que o grupo ainda não tinha escolhido o seu representante, e acrescentou que a Sra. Koike não

os tinha informado de nada e o grupo não tinha elementos para a avaliar, mostrando o seu incómodo. No Toren, a voz para apoiar o Sr. Sakurai está a aumentar, e segundo os membros do Toren, o grupo solicitou a este uma candidatura. Contudo, o Sr. Sakurai foi à residência do primeiro-ministro dizer que mesmo que recebesse uma solicitação, não se iria candidatar e essa decisão não iria mudar. Mesmo assim, dentro do grupo, existem opiniões de que o próximo presidente deve ser uma pessoa com experiência administrativa, e o Sr. Sakurai seria ideal, visto que já dois presidentes das câmaras municipais demitiram-se devido a problemas de 'política e corrupção financeira'. Também, o nome da Sra. Atsuko Muraki, ex-vice –ministra administrativa do Ministério da Saúde, está na lista do grupo Toren. O Ministério dos Assuntos Internos e Comunicações está a implementar uma política que se chama 'Henzei Zesei (diminuir a desigualdade de distribuição), a qual utiliza impostos municipais das grandes prefeituras para fundos financeiros do Estado, e os altos funcionários de Tóquio estão preocupados com a possibilidade de que as receitas de Tóquio vão ser absorvidas pelo governo. Quanto à Sra. Atsuko Muraki, há opiniões dizendo que a estimativa dela é muito elevada, e ela tem muita atenção à segurança social e não vai desviar fundos orçamentais de Tóquio para o Estado. Alguns altos funcionários informaram o Toren dos seus desejos de ela ser presidente de Tóquio. Dentro do PLD, também alguns elementos possuem alta estima pelo Sr. Hiroya Masuda, ex-presidente da Câmara Municipal de Iwate e ex-Ministro dos Assuntos Internos e Comunicações, elogiando a competência do seu trabalho administrativo. O Toren já tem confirmação do seu delegado poder seleccionar o representante para a candidatura, e vai apresentá-lo no início de Julho. Alguns dizem que se o Toren não conseguir chegar à conclusão de quem vai apoiar, o Toren vai solicitar ao Sr. Ishiba a sua candidatura. O Sr. Yutaka Takehana, ex-vice-presidente da Câmara

Municipal de Tóquio e Ex- burocrata da Secretaria Geral de Segurança, já informou a sua candidatura ao pessoal executivo. ‘O Partido Democrático do Japão (PDJ) tem a ideia de juntar o seu apoio aos outros partidos.’ No dia 29 de Junho, o *Toren* (grupo dos deputados municipais de Tóquio) do PDJ realizou uma reunião da comissão eleitoral e chegou a um acordo de ir apresentar um dos quatro ex- ou actuais deputados da Câmara Baixa da Assembleia Geral para a candidatura. O *Toren* do PDJ vai escolher o seu representante à candidatura até ao dia 10 de Julho no dia da eleição, deixando ainda a possibilidade de escolher um candidato fora do partido e analisando os movimentos dos partidos do poder.

Segundo Jin Matsubara, presidente do *Toren* do PDJ, o *Toren* do PDJ decidiu solicitar ao Sr. Kenji Eda, representante dos deputados do PDJ na Assembleia, ao Sr. Akihisa Nagashima, ex-vice ministro da Defesa e actual secretário-geral do *Toren* do PDJ, ao Sr. Mito Kakisawa, representante da Comissão eleitoral do PDJ e representante da presidência do *Toren* do PDJ, e ao Sr. Banri Kaieda, ex-deputado da Câmara Baixa da Assembleia e conselheiro supremo do PDJ, as suas candidaturas, acrescentando que estes quatro são capazes de ter apoio pelos outros quatro partidos da oposição, e que vai entrando em contacto com cada um deles. Os deputados municipais de Tóquio do PDJ tinham pedido ao *Toren* do PDJ para solicitar a candidatura ao Sr. Yoshihiro Katayama, ex-presidente da Câmara Municipal de Tottori e actual professor da Universidade de Keio, acrescentando que é melhor não causar confusão na política de Tóquio e devia escolher uma figura para o PLD, o Partido *Komei* e o DPJ, todos poderem apoiar. Todavia, a sede do DPJ decidiu-se pela cooperação dos quatro partidos do poder, visando a eleição da próxima Câmara Baixa. Considerando a dificuldade actual de escolher um candidato fora do DPJ, o *Toren* do DPJ vai avançar o processo da selecção da candidatura com estes quatro. Além destes candidatos, Kenji Utsunomiya, ex-presidente da *Japan Federation*

of Bar Associations (a Federação Japonesa do Corpo de Advogados), declarou que estava pronto para se candidatar caso recebesse a solicitação no quadro da colaboração com os partidos da oposição.

### **6.2.5 Jornal *Sankei* (1)**

‘A Sra. Koike declarou a sua candidatura à presidência da Câmara Municipal de Tóquio, e o PLD solicita ao Sr. Sakurai a sua candidatura.’

Devido à demissão do Sr. Youichi Masuzoe, o presidente do grupo dos Deputados de Tóquio, Nobuteru Ishihara, Ministro da Revitalização da Economia, encontrou-se com o antigo vice-ministro administrativo do Ministério dos Assuntos Internos e Comunicações para solicitar a sua candidatura para as eleições da presidência da Câmara Municipal de Tóquio, cujas datas do anúncio oficial e da votação serão respectivamente no dia 14 de Julho e no dia 31 de Julho. Porém o Sr. Sakurai está a recusar tal solicitação com firmeza. No entanto o PLD ainda vai continuar a tentar persuadi-lo. Por outro lado, a Sra. Koike declarou a sua candidatura. O presidente Ishihara explicou a sua pretensão, mas o Sr. Sakurai rejeitou a proposta, dizendo que não pretendia importunar a sua família. Após a reunião, o presidente do grupo dos Deputados de Tóquio, Nobuteru Ishihara, Ministro da Revitalização da Economia, fez uma conferência de Imprensa e disse que o grupo ainda não tinha escolhido o seu representante. Na conferência de Imprensa, a Sra. Koike declarou que queria desafiar-se com um estado de espírito equivalente aquele que teria caso fosse saltar de um precipício”, Ela disse que até esse momento ainda não tinha nenhum apoio do PLD, mas pretende obter apoio do PLD visto que é uma deputada do PLD, pretendendo jogar com prudência.

### 6.2.6 Jornal *Sankei* (2)

‘A Sra. Koike declarou a sua candidatura à presidência da Câmara Municipal de Tóquio Para travar a candidatura do Sr. Sakurai? O Partido Liberal Democrata (PLD) está no meio da confusão e do ‘incómodo’.’

Um dos motivos pelos quais a Sra. Koike declarou a sua candidatura foi para travar os movimentos da solicitação do PLD para a candidatura do Sr. Sakurai. Na conferência de imprensa, a Sra. Koike ironizou que não é necessário contratar ainda mais um funcionário administrativo, acrescentando que o mais necessário é uma política que por si própria tenha energia para ultrapassar os desafios. Alguns líderes partidários dizem que a Sra. Koike pretende tentar bloquear a persuasão do PLD dirigida ao Sr. Sakurai assente sob a postura de que ‘não há outro candidato no PLD’.

Algumas fontes dizem que uma vez que existe alguma distância entre a Sra. Koike e o primeiro-ministro Abe, a Sra. Koike decidiu expandir a sua área de atividade por si própria. Na conferência de imprensa, a Sra. Koike disse que ela era deputada do PLD, e sublinhou que queria solicitar o apoio do Toren e do PLD. Pelo contrário, o Toren e os líderes do PLD têm opiniões negativas. Segundo um deputado, ela tem esperança de ser apoiada pelo facto de não haver outro representante ideal no PLD, e no caso de aparecer um candidato apoiado pelo PLD, vai desistir da sua candidatura em troca de alguma alternativa tal como um novo cargo no Gabinete. O Partido Liberal Democrata (PLD) atravessa um período de confusão. O Vice-Chefe de Gabinete do governo, Kouichi Hagiuda, mostrou o seu incómodo, dizendo que isto foi levado em frente sem consulta nem aviso prévio aos deputados municipais do PLD. O presidente do grupo dos Deputados de Tóquio, Nobuteru Ishihara, Ministro da Revitalização da Economia, telefonou à Sra. Koike mas esta não lhe atendeu. Os líderes do PLD mostraram o seu

desagrado, classificando tal com uma acção terrorista da Sra. Koike, expressando uma sensação de desorganização no seio do PLD. Quanto ao Partido Democrático do Japão (PDJ), segundo Jin Matsubara, presidente do Toren do PDJ, este partido apresentou os nomes do Sr. Kenji Eda, representante dos deputados do PDJ na Assembleia, do Sr. Akihisa Nagashima, ex-vice ministro da Defesa, do Sr. Mito Kakisawa, e do Sr. Banri Kaieda, ex-deputado da Câmara Baixa da Assembleia e conselheiro supremo do PDJ nas suas candidaturas, acrescentando que estes quatro poderão ter o apoio dos outros quatro partidos da oposição, e que vai aproximando-se da sua decisão final.

### **6.2.7 Jornal *Nikkei***

‘A candidatura da Sra. Koike para a presidência da Câmara Municipal de Tóquio.’ ‘O Partido Liberal Democrata (PLD) está confuso na escolha dos seus representantes.’ ‘O PLD ainda não tem vontade de a apoiar, e em vez disso, está a fazer solicitações ao Sr. Sakurai para este se candidatar. Porém o Sr. Sakurai está a recusá-las com firmeza.’  
O Partido Liberal Democrata (PLD) atravessa um período de confusão para escolher os seus representantes para a eleição para a presidência da Câmara Municipal de Tóquio, cujas datas do anúncio oficial e da votação serão respetivamente o dia 14 de Julho e o dia 31 de Julho. No dia 29 de Junho, a Sra. Yuriko Koike, ex-ministra da Defesa, declarou a sua candidatura à eleição para a presidência da Câmara Municipal de Tóquio sem apoio do Toren (grupo dos deputados municipais de Tóquio) do PLD. No mesmo dia, o Toren do PLD fez uma solicitação oficial ao Sr. Sakurai, antigo vice-ministro administrativo do Ministério dos Assuntos Internos e Comunicações, para este se candidatar. Porém o Sr. Sakurai recusou a proposta com firmeza. O PLD também está a tentar procurar outros candidatos que possa apoiar. Os deputados do PLD e Nobuteru Ishihara, o presidente do

grupo dos Deputados de Tóquio e Ministro da Revitalização da Economia, realizaram uma reunião na sede do PLD para discutirem as prioridades futuras, e a escolha dos representantes do PLD. Ishihara disse que até esse momento, não havia nenhum representante para a candidatura, e o Toren já tem confirmação do seu delegado de poder para escolher o representante para a candidatura, e vai apresentá-lo no início de Julho. A aposta do Toren do PLD é o apoio do Sr. Sakurai. Para além da experiência administrativa, ele é o pai de um cantor, membro dos ARASHI, o que trará mais votos de jovens e de mulheres. Os líderes do Torem estão a fazer uma solicitação ao Sr. Sakurai tendo em vista este candidatar-se. Porém o Sr. Sakurai está a recusá-la com firmeza. A candidatura da Sra. Koike está a causar confusão no PLD para a escolha dos seus representantes. Algumas fontes dizem que uma vez que o Sr. Sakurai é prudente, a candidatura da Sra. Koike vai aumentar a dificuldade de ele poder ser persuadido a candidatar-se. Outra fonte do Torem do PLD mostrou o seu incómodo com a candidatura da Sra. Koike sem consulta nem aviso prévio, e acrescentou que o PLD não a deve apoiar. Por outro lado, uma vez que o Sr. Sakurai está a recusar candidatar-se com firmeza, as opções do PLD estão limitadas. Só para preparar os cartazes dos candidatos às eleições demoraria 10 dias. Nesse sentido, o prazo para a escolha dos representantes será até ao fim desta semana. Algumas fontes dizem que caso não haja outros candidatos ideais, apoiar a Sra. Koike também é uma das opções.

---

### **6.2.8 Análise dos Artigos**

Resumindo todos os artigos, os conteúdos são basicamente os seguintes: ‘A Sra. Koike candidatou-se à eleição presidencial da Câmara Municipal de Tóquio sem

autorização do seu partido, o PLD, o que surpreendeu e incomodou os membros da cúpula do partido. Por isso, o PLD está à procura de outro candidato adequado para derrubar a Sra. Koike, mas ainda não conseguiu ter um bom resultado.’

Além da semelhança desses conteúdos, o que se nota pela observação destes cinco jornais, *Yomiuri*, *Asahi*, *Mainichi*, *Nikkei* e *Sankei*, são três características que surgem como consequência do sistema do *Kisha Club*. Primeiramente, apesar de cinco jornais terem escrito textos sobre a candidatura da Sra. Yuriko Koike, no dia 30 de Junho de 2016 nenhum artigo apresentava qualquer informação sobre a carreira da candidata, que poderia ser importante para os leitores decidirem se a deveriam ou não apoiar. Estes artigos noticiam apenas a declaração de candidatura pela Sra. Koike, e as críticas e opiniões dos membros do PLD e dos outros partidos. Esta maneira de escrever mostra as auto-restrições dos jornalistas dos membros do *Kisha Club*. De acordo com os artigos, a candidatura da Sra. Koike era repentina e não tinha sido produto de uma consulta com o PLD. Ou seja, parece claro que a razão pela qual não divulgaram mais informações sobre a Sra. Koike foi o facto de o PLD, que é um partido do poder e com boas relações com o *Kisha Club*, ainda não ter aprovado a sua candidatura. Além disso, como o Jornal *Sankei* escreveu no seu artigo, entre a Sra. Koike e o primeiro-ministro Abe existe alguma distância. Deste modo, escrever artigos que pudessem ser considerados a favor da Sra. Koike equivaleria a apresentar artigos indesejáveis do ponto de vista do governo japonês.

Para compreender melhor estas notícias, é importante ter em conta que a Câmara Municipal de Tóquio também adopta o sistema do *Kisha Club*. Os membros do *Kisha Club* são os que se apresentam no quadro abaixo:

Lista dos Membros do <i>Kisha Club</i> na Câmara Municipal de Tóquio ( <i>Tokyo Tocho Kisha Club</i> )			
Jornal		TV	Outros
Asahi	Cross-Ownership	TV Asahi	Kyodo (Agência das Notícias)
Mainichi	Cross-Ownership	TBS	Jiji (Agência das Notícias)
Yomiuri	Cross-Ownership	Nihon TV	NHK (Canal Público)
Sankei	Cross-Ownership	Fuji TV	
Nikkei	Cross-Ownership	TV Tokyo	

Quadro 10- Lista dos Membros do *Kisha Club* na Câmara Municipal de Tóquio (*Tokyo Tocho Kisha Club*)(<http://mbcpr02.sakura.ne.jp/kclub/05/0501/>)<sup>11</sup>

A Câmara Municipal de Tóquio oferece informações e escritório para os membros do *Kisha Club*. Os jornalistas trabalham no 6º andar do edifício da Câmara Municipal. Por isso, estes jornalistas também têm que prestar atenção às relações com a Câmara. No caso de os jornalistas escreverem críticas dirigidas à Sra. Yuriko Koike e se ela for posteriormente eleita<sup>12</sup>, deixarão de conseguir ter acesso às informações do governo metropolitano através do *Kisha Club* da Câmara Municipal de Tóquio. Tendo presente esse dilema, os jornalistas evitam escrever textos opinativos ou apresentar dados que não lhes sejam fornecidos pelo *Kisha Club*, citando apenas as frases das fontes de informação com expressões tais como ‘segundo o’, ‘o PLD disse’, ‘na Conferência de Imprensa’.

Uma segunda característica a ter em conta é o ângulo dos artigos, totalmente paralelo aos poderes instituídos. O foco de todos os artigos é a confusão interna no PLD. Os jornalistas escreveram os seus artigos como se fossem uma transmissão direta da discussão interna do Partido, nem sequer mencionando a visão da Sra. Koike para a cidade de Tóquio.

<sup>11</sup> <http://mbcpr02.sakura.ne.jp/kclub/05/0501/> 20161225access

<sup>12</sup> (na verdade foi mesmo ela no dia .... de Julho)

## Conclusão

O Capítulo I confirmou a importância da liberdade da Imprensa e o papel dos *media* como *watchdog*, e analisou cinco formas tradicionais de controlo das actividades dos *media*. Além destas cinco formas, há um outro factor que actualmente limita as actividades jornalísticas: a concentração de propriedade. O Capítulo II analisou a história e o funcionamento dos *media* no Japão. Na parte consagrada à história, confirmou-se que o governo japonês conseguia controlar o fluxo de informações através da política de encerramento do país ao exterior, entre o século XVII e XIX, tendo posteriormente o sistema de publicação de jornais sido importado do Ocidente aquando da retoma das relações exteriores, tendo, no entanto, sido excluído o conceito de *watchdog*. O surgimento dos cinco jornais principais do Japão e dos membros principais do *Kisha Club*: ‘*Yomiuri*’, ‘*Asahi*’, ‘*Mainichi*’, ‘*Nikkei*’ e ‘*Sankei*’ - ocorreu na segunda metade do século XIX. Na década de 40, como resultado de uma concertação de interesses entre o governo e estes jornais, o número de títulos em circulação no país foi reduzido através de fusões obrigatórias. Assim, a estrutura do sistema mediático contemporâneo no Japão é baseada numa herança do sistema dessa época, e os cinco jornais ainda mantêm a sua grande dimensão económica, representando actualmente cerca de 90% da venda de jornais diários no país. Tal como nos EUA, França, Inglaterra e Itália, estes cinco jornais japoneses criaram os seus grupos de media que atuam também noutros setores de atividade.

O Capítulo III analisou o funcionamento do sistema do *Kisha Club*. Originalmente, este surgiu para garantir o acesso dos seus jornalistas às informações da Assembleia Geral, inaugurada em 1890. Todavia, o funcionamento do *Kisha Club* tem-se

afastado muito desse objectivo. As suas três características principais no presente são (1) a exclusividade deste grupo no acesso às informações provenientes das autoridades (2) a garantia do acesso automático às informações para os jornalistas-membros sem necessidade de esforço investigativo, (3) a existência de regras muito estreitas, assim como punições e sanções rigorosas aplicadas aos infratores dessas regras. Os membros do *Kisha Club* vigiam-se uns aos outros e executam auto-censura.

O Capítulo IV analisou a opinião dos leitores sobre os jornais através de um inquérito. Quanto à satisfação em relação aos jornais, só 29% declararam a sua alta satisfação, e quase metade dos questionados indicou o seu motivo da escolha dos jornais como mero ‘hábito’, o que mostrou a passividade dos leitores na busca de informação. Os leitores também respondem que a sua insatisfação vem da falta de especialização e da imparcialidade dos jornalistas, o que mostra uma das características do *Kisha Club*, dado que os membros quotidianamente recebem os alinhamentos e instruções na mesma sala, e escrevem os seus artigos sem originalidade e de um modo uniformizado.

O Capítulo V analisou as opiniões dos jornalistas *freelance* e do *Kisha Club* entrevistados para esta dissertação. Os jornalistas que trabalham nestes dois sistemas não reconheceram o outro como ‘verdadeiros jornalistas’, visto que o jornalista *freelance* defende que para se ser jornalista é necessário recolher as informações com esforço próprio, passando pelo processo de ver os locais dos acontecimentos com os seus próprios olhos, enquanto que a jornalista do *Kisha Club* considera que os jornalistas-membros e as autoridades pertencem ao mesmo grupo exclusivo, e que os jornalistas *freelance* se encontram fora desta aliança. Quanto às opiniões relativas à existência do *Kisha Club*, para o jornalista *freelance* o sistema promove a corrupção entre os membros e as autoridades e priva esses jornalistas de espírito e de ambiente de crítica às autoridades.

Por seu lado, a jornalista do *Kisha Club* defendeu o sistema e considerou que este garante aos jornalistas o acesso às informações provenientes das autoridades, justificando que o *Kisha Club* ajuda a reduzir o seu trabalho. Acerca da distância entre os jornalistas e os cidadãos, o jornalista *freelance* afirmou que o mais importante na recolha das informações é adquirir a confiança das pessoas locais. Por outro lado, a jornalista do *Kisha Club* inconscientemente mostrou uma postura de afastamento em relação aos leitores, chamando alguns leitores de ‘*fãs estranhos*’.

O Capítulo VI analisou os artigos dos cinco jornais dos membros do *Kisha Club* sobre os temas ‘os Censos de 2015’ e ‘Candidaturas à eleição presidencial da Câmara Municipal de Tóquio’. Sobre os Censos de 2015, quase todos os artigos mostraram um alto paralelismo entre as notícias publicadas nos jornais e o *press release* das autoridades, o que é revelador de uma característica do *Kisha Club*: os membros recebem os artigos fornecidos pelas fontes de informação e escrevem os mesmos conteúdos simultaneamente recorrendo ao *copy & paste* do *press release* das autoridades.

Assim, este trabalho chegou à conclusão de que as razões pelas quais o Japão possui uma baixa avaliação da liberdade de expressão é sobretudo porque o sistema do *Kisha Club* ainda consegue sobreviver no século XXI, não obstante o Japão ser um país democrático. O sistema do *Kisha Club* dura já há quase 130 anos, tendo trazido grandes vantagens a ambos os *players*: às autoridades e às grandes empresas dos principais membros do clube. Estes dois *players* têm estreitado os seus laços de interesses desde há muitas décadas, conduzindo estas empresas a criarem os seus conglomerados, o que dificulta a participação de outras empresas de media no mercado e o seu acesso às informações das autoridades. Adicionalmente, devido à passividade dos leitores, mesmo que eles já se tenham apercebido dos conteúdos uniformizados e das informações

cartelizadas e filtradas, a verdade é que continuam a comprar os cinco jornais principais *keyplayers* do *Kisha Club*. Paralelamente, dado que existe um abismo profundo nas actividades e nos sentimentos entre os jornalistas *freelance* e os jornalistas-membros do *Kisha Club*, é difícil estes dois lados juntarem-se para quebrar este sistema.

Por todas essas razões, o *Kisha Club* ainda continua e tudo indica que continuará a existir no mundo mediático do Japão.

---

## **Bibliografia**

- ASANO, Kennichi (2011), *Kisha Club Kaitai Shinsho*, Tokyo: Gendai Jinbunsha.
  
- CURRAN, James (2002), *Media and Power*, London: Routledge.
  
- ELLIS, Krauss (2000), “*Broadcasting Politics in Japan: NHK and Television News*”, New York: Cornell University.
  
- FACKLER, Martin (2012), *Hontou no Koto wo Tsutaenai Nihon no Shimbun – Credibility Lost: The Crisis in Japanese Newspaper Journalism After Fukushima*, Tokyo: Futaba.
  
- FACKLER, Martin (2012), “*New Leaders in Japan Seek to End Cozy Ties to Press Clubs*”, *The New York Times*. Acedido em 10/02/2016 : [http://mobile.nytimes.com/2009/11/21/world/asia/21japan.html?referrer=&\\_r=0](http://mobile.nytimes.com/2009/11/21/world/asia/21japan.html?referrer=&_r=0)
  
- FREEMAN, Lurie Anne (2000), *Closing the Shop -Information Cartels and Japan's Mass Media*, New Jersey: Princeton University.
  
- HAKUHODO DY MEDIA PARTNERS INC (2015), *Media Guide 2015*. Tokyo: Kabushikigaisha Sendenkaigi
  
- HARUHARA, Akihiko (2003), *Nihon Shimbun Shi*, Tokyo: Shinsen Sha.

- IOKIBE, Makoto (1999), *The Diplomatic History of Postwar Japan*, Tokyo: Yu-hi kaku.
  
- ISHII, Susumu; GOMI, Fumihiko; SASAYAMA, Haruo; TAKANO Toshihiko (2011) *Shousetsu Nihon-shi B*, Tokyo: Yamakawa Shuppan.
  
- ITO, Masami (2010), *Broadcasting in Japan- Case-studies on Broadcasting Systems*, Tokyo: Routledge Library Editions.
  
- KEANE, John; (1991), *The Media and Democracy*, Cambridge: Polity Press.
  
- KITAOKA, Shinnichi (2011) *Nihon Seiji Shi –Gaikou to Kenryoku*. Tokyo: Yuhikaku.
  
- KONO, Kensuke; RAN Ko Yong; KEUNSIK Jung; RYOUNG Han Kee Hyungm Lee Hye, (2014), *Empire os Censorship*, Tokyo: Shin yo sha.
  
- LEGEWIE, Jochen (2007), *Japan's Media - Inside and Outside Powerbrokers- 1st edition*, Tokyo, CNC-Communications &Network Consulting Japan K.K.
  
- LEGEWIE, Jochen (2010), *Japan's Media- Inside and Outside Powerbrokers-2nd edition*, Tokyo: CNC-Communications &Network Consulting Japan K.K.
  
- MAESAKA, Toshiyuki (2005), *Media Control- Nihon no Sensou Houdou*. Tokyo: Shumpou Sha.

- MATOBA Toshihiro (2012), *Sengo Nihon Seitou-Seiji Shi Ron*, Tokyo: MINERVA shobou.
  
- MURAKAMI, Seiichi (2012), *Housou kyoku Menkyo wo Meguru Ipponka Chousei to Sono Kiketsu*, NHK, Acedido em :  
[https://www.nhk.or.jp/bunken/summary/research/report/2012\\_12/20121201.pdf](https://www.nhk.or.jp/bunken/summary/research/report/2012_12/20121201.pdf)
  
- NIWA, Yoshiyuki; FUJITA, Masafumi (2013), *Media ga Furueta- Media Quaked*. Tokyo: Tokyo University.
  
- NOZAWA, Shinpei (2010), *Yamakawa Shousetsu Nihonshi Zuroku*, Tokyo: Yamakawa Shuppan.
  
- OHONO, Tomokazu (2002), *Gekihen Kigyo Keiretsu to Gyoukai Chizu*, Tokyo: Nihon Jitsugyo Shuppan Sha.
  
- OUKA, Iwao (2014), *Nihon Seiji to Media*, Tokyo: Chuokoron.
  
- PAK, Hung Au; KEICHI, Kawai (2012) *Media Capture and Information Monopolization In Japan: Northwestern*.
  
- RIBEIRO, Nelson (2015), *Censorship and Scarcity. Controlling new and old media in Portugal, 1936-1945*, *Media History* 21 (1): 74-88.

- SATO, Makoto *et al* (2010) *Shousetsu Nihon Shi Kenkyu.*, Tokyo: Yamakawa Shuppan.
  
- SEIBIDO SHUPPAN HENSHUBU (2014), *Saishin Gyokai Chizu*, Tokyo: Seibido Publishing Company.
  
- SHIMOTANI, Masahiro (1999) *Nihon no Keiretsu to Kigyo Group 5 Ed.*, Tokyo: Yuhikaku.
  
- SHU, Satomi (2011), *Shimbun Tougou –Senjiki ni okeru Media to Kokka*, Tokyo: Keisou Shobou.
  
- TSUCHIYA, Leiko *et al* (2009), *Kindai Nihon Media Jinbutsushi*. Tokyo: Minerva Shobo.
  
- UESUGI, Takashi; UGAYA Hiromichi(2011), *Houdou Saigai*, Tokyo: Gento Sha.
  
- UESUGI, Takashi (2012), *Shimbun-Terebi wa naze Heiki de Uso wo tsukunoka*, Tokyo: Instituto de PHP.
  
- UESUGI, Takashi (2008), *Jornalism Ho-kai*, Tokyo: Gento-sha.

- UESUGI, Takashi (2012), *Media to Genpatsu no Futsugou na Shinjitsu*, Tokyo: Gijutsu Hyoron sha.
- UESUGI, Takashi (2010), *Kisha Club Hokai*, Tokyo: Sho-gakukan Company.
- YAMAMOTO, Fumio (1998), *Nihon Mass Communication Shi 2 Ed*, Tokyo: Tokai University.
- YAKUSHIJI, Katsuyuki (2014) *Gendai Nihon Seiji –Political Reform and Power Change*, Tokyo: Yuhikaku.

#### URL

Anexo A – World Press Freedom Index by Repórteres Sem Fronteira em 2016: Acedido em 02/06/2017. Disponível em: <https://rsf.org/en/ranking/2016>

Anexo B – EU Priority Proposals for Regulatory Reform in Japan 16 October 2003 16 October 2003 (pp19-20): Acedido em 02/06/2017 . Disponível em <http://www.mofa.go.jp/region/europe/eu/overview/dereg0410.pdf>

Anexo C – Opiniões das Nações Unidas (Human Rights Office of the High Commissioner) sobre a liberdade de expressão do Japão em 2016 Preliminary observations by the United Nations Special Rapporteur on the right to freedom of opinion and expression, Mr. David Kaye at the end of his visit to Japan (12-19 April 2016) Acedido em 05/06/2016. Disponível em <http://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=19842>

Press Release do Ministério dos Assuntos Internos e das Comunicações sobre os Censos de 2015: Acedido em 03/07/2016. Disponível em <http://www.stat.go.jp/data/kokusei/2015/kekka/pdf/youyaku.pdf>

## ANEXOS

- Anexo A – Opiniões das Nações Unidas (Human Rights Office of the High Commissioner) sobre a liberdade de expressão do Japão em 2016
- Anexo B – World Press Freedom Index by Repórteres Sem Fronteira em 2016
- Anexo C – EU Priority Proposals for Regulatory Reform in Japan 16 October 2003 16 October 2003 (pp19-20)
- Anexo D – Entrevista ao Jornalista *Freelance*
- Anexo E – Entrevista à Jornalista do *Kisha Club*
- Anexo F – Press Release do Ministério dos Assuntos Internos e das Comunicações sobre os Censos de 2015
- Anexo G – Artigos dos cinco jornais do Kisha Club sobre os Censos de 2015
- Anexo H – Artigos dos cinco jornais do Kisha Club sobre a Candidatura à Eleição Presidencial da Câmara Municipal de Tóquio

## Anexo A



Preliminary observations by the United Nations Special Rapporteur on the right to freedom of opinion and expression, Mr. David Kaye at the end of his visit to Japan (12-19 April 2016)

Tokyo (19 April 2016)

Ladies and Gentlemen,

I would like to start by expressing my sincere solidarity with the Japanese who were affected by the two recent earthquakes and are struggling to recover from this recent tragedy.

At the invitation of the Government, I spent the past week in Japan to explore key components of the freedom of expression under international human rights law. During my visit, I met with high representatives of the Ministry of Foreign Affairs, the Ministry of Justice, the Ministry for Internal Affairs and Communications, the Committee on Judicial Affairs of the House of Councillors. I also met representatives from the Cabinet Intelligence and Research Office, the Supreme Court, the National Police Agency, the Coast Guard, the National Center for Incident Readiness and Strategy for Cybersecurity, Public Security Intelligence Agency, and the Ministry of Education, Culture, Sports, Science and Technology. I am grateful for the work of the Ministry of Foreign Affairs in arranging official meetings and wish to thank all those officials with whom I met for their time and consideration, and I underline my desire to continue the dialogue initiated during this visit.

I also met with representatives of the Japan Broadcasting Corporation (NHK), as well as from the Japan Commercial Broadcasters Association, the Japan Newspaper Publishers & Editors Association, the Japan Magazine Publisher Association and the Japan Internet Providers Association. I also met individuals from civil society, including multiple non-governmental organizations, journalists, and lawyers. I am grateful to all of those who shared their perspectives and experiences with me over the past week, including the majority of journalists I met who requested anonymity out of concern for retaliation for sharing sensitive information.

I will present today only my preliminary remarks. I will prepare a fuller Mission Report to present to the Human Rights Council in 2017.

Introduction

Article 21 of the Constitution of Japan guarantees freedom of "speech, press and all other forms of expression" and prohibits censorship. That guarantee aligns with Article 19 of the International Covenant on Civil and Political Rights, which Japan ratified in 1979 and which protects everyone's right to seek, receive and impart information and ideas of all kinds. The importance of the right to freedom of opinion and expression is evident across Japanese society - in the richness of the arts, the breadth and depth of freedom on the internet and the regular protests one observes on the streets

and alarmingly in the wrong direction. This is especially acute in the context of media independence. Japan has well-earned pride in a Constitution that expressly protects the freedom of the press. Yet the independence of the press is facing serious threats: a weak system of legal protection, persistent Government exploitation of a media lacking in professional solidarity, and the recent adoption of the Specially Designated Secrets Act are all combining to impose what I perceive to be significant challenges especially to the mainstream media, where the vast majority of Japanese citizens get their news. Numerous journalists, many agreeing to meet with me only on condition of anonymity to protect their livelihoods, highlighted the pressure to avoid sensitive areas of public interest. Many claimed to have been sidelined or silenced following indirect pressure from leading politicians. A country with such strong democratic foundations should resist and protect against such interference. But my concerns are not limited to media independence, and I address these issues below.

In this statement, I highlight several areas of concern and identify some preliminary recommendations that I believe are essential to protect the independence of the media, promote access to information, and ensure the continuing vitality of the protections found in Article 21 of the Constitution and Article 19 of the ICCPR.

#### Media Independence

Japan enjoys a vibrant media with a diversity of voices. Article 3 of the Broadcast Act emphasizes the independence of the broadcast media, with which I will begin. The Broadcasting Ethics and Program Improvement Organization (BPO) seeks to implement a program of self-regulation. Despite these formal protections, a significant number of journalists I met feel intense pressure from the government, abetted by management, to conform their reporting to official policy preferences.

The Broadcast Act regulates both the public Japan Broadcasting Corporation (NHK) and commercial broadcasters, but rather than lodging authority over them in an independent third party, it is the Ministry of Internal Affairs and Communications that enjoys regulatory authority. The problems with this formal role are compounded by two factors: first, the Broadcast Act mixes elements of ethical obligation with government power, and second, current Government officials have repeatedly taken steps that are perceived by many in the broadcast media as intimidation. This view is not universally expressed; representatives from private media associations, in contrast to working journalists with whom I met, shared the belief that they are not under any pressure from the Government.

The Broadcast Act, in Article 4, lays down basic professional norms, providing that broadcasters "not harm public safety or good morals," "be politically fair," "not distort the facts," and "clarify the points at issue from as many angles as possible." These are fair expectations. But who should judge compliance with these broad and highly subjective concepts? I believe the Government - any government - should not be in the position of determining what is fair. This is a matter for public debate and Japan already has a body responsible for self-regulation, the BPO.

The Government takes a contrary view -- expressed in February by the Minister of Internal Affairs and Communications, and confirmed by her subordinates -- that, under Article 174 of the Broadcast Act, it may order the suspension of a broadcaster's license if it determines a violation of Article 4 of

the Act. Officials insisted that these remarks were merely a statement of law, not a threat, but I believe that, first, this legal view is not dictated by the Broadcast Act itself, and second, the statement has reasonably been perceived as a threat to restrict the media. I myself was asked repeatedly to comment on the Minister's remarks.

If the Minister's comments were isolated, I may be able to discount them in light of other factors. For instance, the Government has never suspended a broadcast license on the basis of programming content. However, other instances suggest genuine Government concern with the substance and tone of reporting. For instance, on 20 November 2014, the ruling Liberal Democratic Party leadership sent to broadcast networks a letter entitled "request for assurance of impartiality, neutrality and fairness of media reporting during the election." The letter asked for "neutrality and fairness" with respect to, for example, the number, speaking time and selection of guest speakers. The LDP wrote to TV Asahi less than a week later, criticizing a 24 November report on Abenomics on "Hodo Station" and demanding "fair and neutral programs." The letter mentioned that the program did not take into sufficient consideration the standard in Article 4(4) of the Broadcast Act.

I have also received reports that media, especially broadcast journalists, feel pressured through comments made by government officials in off-the-record sessions with media, the transcripts of which are widely circulated among journalists. For example, in an alleged off-the-record meeting with the press on 24 February 2015, Chief Cabinet Secretary Yoshihide Suga, while not naming names, reportedly criticized a television program for not being in compliance with his interpretation of the Broadcast Act.

Well-known broadcasters and commentators with reputations for tough questions have left long-term positions, allegedly because of an environment hostile to or fearing the consequences of criticism of the Government. This is surprising in an industry in which employees stay with companies for decades. One well-known commentator, Shigeaki Koga, alleged that, due to government pressure, he is no longer invited to appear on television programs.

Some interlocutors also expressed concern about pressures on NHK. The fact that the Diet appoints the members of NHK's Board of Governors, as well as approves the budget of the NHK, particularly when the Diet is so significantly controlled by one coalition, raises a perception that the broadcaster lacks independence. For example, at his inaugural press conference, Katsuto Momii, chairman of NHK, said: "It would not do for us to say 'left' when the government is saying 'right' [in international broadcasts]." This statement, later withdrawn by Mr. Momii, was taken by many as suggesting that the network's role is to advocate for government policies. The network's professional management team denied any such pressure, but widespread belief in it raises concerns and is said to influence programming and reporting choices.

Considering these concerns, I suggest a review of the current legal framework and, in particular, recommend the Government to repeal Article 4 and get itself out of the media-regulation business

The print media experiences similar problems. I have also received first-hand reports of newspapers delaying or cancelling the publication of articles, or demoting or transferring reporters after writing articles critical of the government. Several journalists told me that media outlets avoid covering topics that may lead to criticism by the government, such as the Fukushima disaster and historical issues such as "comfort women". A reporter was demoted and salary reduced after writing an article

regarding the Fukushima plant manager's testimony.

The media bears a significant share of responsibility for its vulnerability. Indeed, if journalists in Japan had professional media-wide institutions of independence, solidarity and self-regulation, they would likely be able to resist with ease attempts at Government influence. But they don't. The so-called "kisha club" system, or press clubs, value access and exclusion, to the detriment of freelance and online journalism.

Media management develop close relationships with senior government officials, in which the regulator and regulated dine together at Tokyo restaurants. And yet no broad union of journalists brings together mainstream and freelance reporters, limiting the possibility of solidarity and advocacy and shared purpose. Nor does any press council independently self-regulate across all areas of journalism. Instead, journalists feel compelled to speak with me on conditions of anonymity, fearful that management will retaliate against them for raising their voices and lacking any independent body to protect them.

Compounding these concerns is something that often gets overlooked: the constitutional amendment reforms reportedly supported by the Liberal Democratic Party include revision of Article 21 to state that "engaging in activities with the purpose of damaging the public interest or public order, or associating with others for such purposes, shall not be recognized." This broadly-worded proviso is inconsistent with ICCPR Article 19 and suggests discomfort with the freedom of expression. Those in the media believe reasonably that it is directed toward them.

On the interference in history teaching and reporting

The perception of Government influence over media content extends to historical issues. During my visit, I learned of two situations related to the "comfort women" crimes of World War II. International human rights mechanisms have repeatedly called upon Japan to deal with the issue forthrightly, including the Human Rights Committee in 2014. The issue is among other things one of freedom of expression - both media freedom and the right to know.

First is the harassment of Mr. Takashi Uemura, one of the earliest Japanese journalists to interview "comfort women" in Korea. Mr. Uemura left his position as a journalist with Asahi Shimbun, which was facing attack for a series of reports by other authors to which Uemura did not contribute (and that Asahi later retracted: Mr. Uemura's reporting stands). The university to which he moved faced pressures to remove him, and outside individuals threatened him and even his daughter with violence, including sexual violence and death. While Mr. Uemura received police protection, and some authorities supported the position of the University, this sort of case deserves a far stronger reproach by the authorities in support of the right of Mr. Uemura to carry out his essential work as a journalist. The "comfort women" issue is also subjected to Government influence by authorities in the preparation of school textbooks. I met with officials in the Ministry of Education's textbook division, where I learned about the Textbook Investigation Council, a body whose members are ultimately appointed by the Minister of Education and which has the authority to evaluate textbooks based on specified standards. The Ministry noted that there is some reference to comfort women in several high school world history textbooks. Outside experts presented me with reports that references to comfort women are being edited out from junior high school textbooks, where the teaching of Japanese history is compulsory. In one instance, despite a reference to "comfort women," a disclaimer indicates

the Government's contrary view that there was no forcible taking of women.

Government interference with how textbooks treat the reality of the crimes committed during the Second World War undermines the public's right to know and its ability to grapple with and understand its past. The Government should not only refrain from interfering in the interpretation of historical events but also support efforts to inform the public on these serious crimes. One step might involve reconsidering how the Textbook Investigation Council itself could be insulated from government influence.

#### The Specially Designated Secrets Act

Every government must ensure the protection of information vital to national security and public safety while also providing mechanisms to guarantee the right of access to information. Japanese law includes mechanisms to protect the public's right to know, including the Act on Access to Information Held by Administrative Organs. But the Specially Designated Secrets Act ("SDS") goes further than necessary in protecting information from disclosure, putting in peril the public's right to know in areas of immense public interest, such as nuclear power, national security and disaster preparedness. My predecessor as well as the Human Rights Committee raised concerns about the process by which the Act was adopted and the ways in which it deals with the public's right to know. I raised the following areas as questions in meetings with officials who were very generous with their time and sincere in their belief in the Act, but I regret that concerns remain.

First, as the Human Rights Committee noted in its 2014 periodic review, the SDS does not in my view adequately define the matters that can be designated secret or the preconditions for classification. The Government's implementation standards have sought to clarify the four specific categories (defense, diplomacy, prevention of specified harmful activities, prevention of terrorist activities) under which information may be designated as secret, and I appreciate this effort. But the specific subcategories remain overly broad, and I would urge continued work and vigilance to avoid the possibility that information may be designated as secret even if its disclosure would not jeopardize Japan's national security.

Second, the SDS puts journalists and their sources at risk of facing penalties. I recognize that Article 22 of the Act acknowledges the freedom of expression, a provision that one interlocutor called "better than nothing." It remains likely to concern journalists, who are after all not lawyers. Though officials explained that Article 22's use of the term "solely" should be understood to mean "mainly," I remain concerned about the way in which Article 22 would be interpreted by the Government in a case involving unauthorized disclosure. The Act further provides that a reporter's attempt to gain access to secret information will be protected if not deemed to have employed "extremely unjustifiable means," which are left undefined.

I was pleased to hear from officials that the Government does not intend to apply Article 25's harsh penalties to journalists, but the law should be so amended to eliminate any chilling effect on them. I also understand from our exchange that the unknowing disclosure of information by journalists will not be punished as long as the information is in the public interest and is acquired in the good faith and lawful pursuit of journalism. However, in keeping with the suggestion of the Human Rights Committee, I encourage the government to include an exception to guarantee that no individual - neither journalists nor government employees - is punished for disclosing information of public

interest that does not harm national security.

Third, apart from protections available for improper designations, whistleblower protections more generally appear weak. This remains an area of some uncertainty, particularly the interaction of the general Whistleblower Protection Act and the SDS, but at a minimum, the provisions penalizing disclosures by those authorized to have access to designated secrets should include an exception for individuals who leak information with the good faith belief that the release of the information would be in the public interest and would not jeopardize Japan's national security.

Fourth, the oversight mechanisms established by the SDS are not sufficiently independent and are not guaranteed access to the information in order to determine the appropriateness of its designation as secret. The standing committees in the Diet are the only mechanism outside of the administrative branch with oversight ability (and my efforts to meet with their members were unsuccessful). The Government has discretion over whether to grant the Diet committees access to specially designated state secrets. Therefore, the committees appear left without sufficiently specific information to determine whether the designation of information as secret was appropriate. Further, the committees' recommendations are not binding in nature. The Lower House has called on the government to improve its accountability, and I encourage the Government to pursue this goal by establishing independent oversight boards equipped with experts.

#### Discrimination and Hate Speech

In recent years, Japan has been faced with an upsurge in hateful expression directed toward minorities. Discriminatory acts remain the root of the problem, and yet Japan does not have comprehensive legislation to combat discrimination. Both the Committee on the Elimination of Racial Discrimination in 2014 and the Committee on the Elimination of Discrimination against Women in March of this year recommended that Japan adopt anti-discrimination laws. Such legislation is the critical first step toward dealing with hateful expression: Japan must adopt a broadly applicable anti-discrimination law. The first answer to hate speech is to have a law that prohibits acts of discrimination. Once that is in place, broad Government action against hateful expression -- such as educational and public statements against hatred -- can have a real impact on the fight against discrimination.

I met with the Committee of Judicial Affairs at the National Diet and had the opportunity to learn about proposed legislation to combat hate speech against minorities. I commend the Committee members for their collaboration and for acknowledging the careful balance between discouraging speech that is harmful to vulnerable groups and respecting the right to freedom of expression. It is my understanding that the proposed legislation would be a step in creating a culture in which hate speech is not acceptable, while not criminalizing expression. When it comes to the prevention and elimination of hate speech, I encourage efforts focusing on education and counter speech.

#### Restrictions on Election Campaigns

I heard repeated concerns over longstanding restrictions imposed on political campaign activities. The Government does not apply the restrictions on internet campaigning, which is obviously vital to increase the public's ability to access candidate information and participate fully in political life.

However, the Public Office Election Act continues to impose restrictions on regular campaign

activities. The Human Rights Committee has called Japan's attention to the need to repeal legislation imposing unreasonable restrictions on political campaigning, particularly as they are premised on the idea of protecting public welfare, as they undermine the right to freedom of expression and the right to take part in the conduct of public affairs. Campaign regulation may be permitted, in particular to ensure an open space in electoral process, but current restrictions appear unnecessary and disproportionate.

#### Digital Rights

I want to emphasize how important a model Japan presents in the area of freedom on the Internet. The country has a high level of internet penetration, and the government does not engage in content restrictions. The very low level of interference with digital freedoms illustrates the Government's commitment to freedom of expression.

As the Government considers legislation related to wiretaps and new approaches to cybersecurity, I hope that the spirit of freedom, communication security and innovation online is kept at the forefront of regulatory efforts. It is important that the Diet engage in open debate regarding such efforts, and that the law respect standards for protecting the rights to privacy and freedom of expression. Legislation must stipulate that State surveillance of communications must only occur under the most exceptional circumstances and exclusively under the supervision of an independent judicial authority. In particular, the law should adhere to basic principles that ensure that any electronic or digital surveillance not be applied on any discriminatory basis, such as to target or monitor minority groups.

#### The right to expression through public demonstrations

Japan enjoys a strong and admirable culture of public demonstration, sometimes involving quiet protests at street corners and sometimes marches whose small size is belied by the blaring of megaphones. Tens of thousands have been known to protest at the Diet. Nonetheless, some activists shared concerns about unnecessary restrictions on protest, recording of protesters, failure to deal with those who interfere with protests from the right-wing of the political spectrum, allegations of surveillance of the Muslim community, and other issues. I shared these concerns with members of the National Police Agency, who engaged in an open discussion with me. I remain committed to following these issues and continuing a dialogue about Japan's commitment to allowing full space for public protest.

I also shared my concerns about public protest in particular in Okinawa with the Coast Guard. I communicated to the authorities last year my concern regarding allegations of disproportionate restrictions on protest activity taking place in Okinawa. I have heard credible reports of excessive use of force and multiple arrests. I was especially concerned by reports on the use of force against journalists filming the protests. As much as the protection of national security provides for the implementation of restrictions in certain areas, careful review processes must be in place to avoid abuses. Here as well I intend to follow the situation in Okinawa carefully and express my concerns as necessary to encourage space for peaceful protest there.

<http://www.ohchr.org/en/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=19842&LangID=E>

## Anexo B World Press Freedom Index by Repórteres Sem Fronteira em 2016

[https://rsf.org/en/ranking\\_table](https://rsf.org/en/ranking_table)

1	Finland	47	Poland	93	Liberia	139	Venezuela
2	Netherlands	48	Mauritania	94	Bhutan	140	South Sudan
3	Norway	49	Romania	95	Kenya	141	Sri Lanka
4	Denmark	50	Comoros	96	Tunisia	142	Ethiopia
5	New Zealand	51	Taiwan	97	Bolivia	143	Myanmar
6	Costa Rica	52	Niger	98	Lebanon	144	Bangladesh
7	Switzerland	53	Haiti	99	East Timor	145	Gambia
8	Sweden	54	Argentina	100	Gabon	146	Malaysia
9	Ireland	55	Papua New Guinea	101	Israel	147	Pakistan
10	Jamaica	56	Madagascar	102	Uganda	148	Russian Federation
11	Austria	57	Guyana	103	Kuwait	149	Mexico
12	Slovakia	58	El Salvador	104	Brazil	150	Tajikistan
13	Belgium	59	Serbia	105	Nepal	151	Turkey
14	Estonia	60	Mongolia	106	Montenegro	152	The Democratic Republic Of The Congo
15	Luxembourg	61	Mauritius	107	Ukraine	153	Swaziland
16	Germany	62	Dominican Republic	108	Guinea	154	Singapore
17	Namibia	63	Croatia	109	Ecuador	155	Brunei Darussalam
18	Canada	64	Georgia	110	Central African Republic	156	Burundi
19	Iceland	65	Senegal	111	Paraguay	157	Belarus
20	Uruguay	66	Malawi	112	Maldives	158	Iraq
21	Czech Republic	67	Hungary	113	Bulgaria	159	Egypt
22	Suriname	68	Bosnia and Herzegovina	114	Zambia	160	Kazakhstan
23	Portugal	69	Hong Kong	115	Congo	161	Rwanda
24	Latvia	70	South Korea	116	Nigeria	162	Bahrain
25	Australia	71	Tanzania	117	Qatar	163	Azerbaijan
26	Ghana	72	Japan	118	Macedonia	164	Libya
27	Cyprus	73	Lesotho	119	United Arab Emirates	165	Saudi Arabia
28	Liechtenstein	74	Armenia	120	Afghanistan	166	Uzbekistan
29	Samoa	75	Nicaragua	121	Guatemala	167	Somalia
30	OECS	76	Moldova	122	Mali	168	Equatorial Guinea
31	Chile	77	Italy	123	Angola	169	Islamic Republic of Iran
32	Cape Verde	78	Benin	124	Zimbabwe	170	Yemen
33	Andorra	79	Guinea-Bissau	125	Oman	171	Cuba
34	Spain	80	Fiji	126	Cameroon	172	Djibouti
35	Lithuania	81	Cyprus North	127	Chad	173	Lao People's Democratic Republic
36	Belize	82	Albania	128	Cambodia	174	Sudan
37	Tonga	83	Sierra Leone	129	Algeria	175	Vietnam
38	United Kingdom	84	Peru	130	Indonesia	176	China
39	South Africa	85	Kyrgyzstan	131	Morocco	177	Syrian Arab Republic
40	Slovenia	86	Ivory Coast	132	Palestine	178	Turkmenistan
41	United States	87	Mozambique	133	India	179	Democratic People's Republic of Korea
42	Burkina Faso	88	Togo	134	Colombia	180	Eritrea
43	Botswana	89	Greece	135	Jordan		
44	Trinidad and Tobago	90	Kosovo	136	Thailand		
45	France	91	Panama	137	Honduras		
46	Malta	92	Seychelles	138	Philippines		

**Anexo C**  
**EU Priority Proposals for Regulatory Reform in Japan**  
**16 October 2003 (pp19-20)**

**1.3. Journalism: freedom and equality of access to information**

Access to press conferences, briefings and other media events in Japan organised by official bodies (from central government ministries through prefectural governments to local police headquarters) is generally restricted to the membership of that body's *kisha club*. The innumerable *kisha clubs* in Japan club usually consists of a room provided by the body concerned on its own premises, which is shared by the journalists belonging to the club and functions in practice both as their office and as a briefing venue.

With the exception of a limited number of wire services (which, if they are members at all, often have only associate membership and therefore can listen but have no right to ask questions), membership is generally denied to journalists from foreign media organisations. Even where membership is open, it is not realistic to expect foreign correspondents (often the sole representative of their media organisation in Japan) to maintain memberships of the many *kisha clubs* they would have to belong to in order to cover breaking news stories. It is worth noting that *shukan-shi*, or mass circulation weekly magazines, as well as other weekly, monthly or bi-monthly magazines are also excluded, as well as specialised press covering sectors other than those directly relating to the host body. Membership matters, while ostensibly in the hands of the hierarchy of the club in question, are in fact closely controlled by the host body, with which the club has a symbiotic relationship. Club members are in constant physical proximity to their briefers and thus also enjoy privileged access to off-the-record information.

There have been numerous instances where restrictions on foreign journalists' access, including the *kisha club* system, have impeded reporting outside Japan of events of widespread international interest and significance. Examples include the Lucie Blackman illegal killing case and last year's visit to North Korea by PM Koizumi. By denying foreign correspondents first-hand access to briefings, the system acts as a *de facto* competitive hindrance to foreign media organisations. It unfairly makes them slower to bring information to their audience than domestic organisations, and, unable to put questions on the spot, forces them to rely on second-hand information. In effect, the system works as a restraint on free trade in information.

The system also has broader negative consequences for both the domestic and international consumer of information about Japan:

- Officials and the hierarchy of the *kisha club* have the means to prevent the spread of information they may consider disadvantageous, on pain of exclusion of the offending journalist from the club. The system thus acts against the public interest.
- By giving both officials and journalists a vested interest in maintaining the exclusivity of a story, the system encourages over-reliance on a single source of information and a lack of cross-checking, thus diminishing the quality of information available to the wider public.

- The system encourages the widespread and undesirable practice of split briefings for domestic and foreign journalists, increasing the potential for information to be tailored to one or the other audience by the briefing party, and exacerbating the risk of spreading inaccurate and biased information about Japan.

Similar arrangements in the EU, like the UK's Westminster lobby system, have been abolished in favour of open and equal access for domestic and foreign media, largely based on the recognition that such systems are an impediment to making the government's message as widely available as possible. These considerations are especially relevant at a time when the Japanese government is seeking actively to spread its message on issues such as increasing inward FDI. Limited progress has been made by Ministries such as MOFA, which has begun to notify journalists (including foreign journalists) of press briefings in advance and has undertaken to publicise the role of the MOFA press card to other Ministries and organisations.

Prefectural governments such as Nagano and city governments such as Kamakura have shown the way ahead by breaking the links of exclusivity between themselves and the relevant *kisha clubs*, and opening press events to all interested parties. It is fully within the power of Ministries and other organisations to set an example by withdrawing the privileged access rights accorded to the respective *kisha clubs* and setting an example by taking the role of hosting and publicising briefings (for the foreign press, via e.g. the Foreign Press Centre) directly into their own hands and out of *kisha club* control.

The disservice being done to consumers of information by the *kisha club* system can only be addressed by its abolition in the interests of fair and equal access to media events for all media organisations, domestic and foreign. In any case, all holders of a Ministry of Foreign Affairs press card should have the right to attend media events organised by official bodies on an equal footing with domestic journalists. Legitimate problems with numbers of attendees can easily be dealt with through the existing pool structure - the FPIJ, or Foreign Press in Japan - which was itself created at the behest of the Japanese government to deal with just such situations.

***Priority reform proposals:***

- a. Accept the Ministry of Foreign Affairs press card issued to correspondents of foreign media organisations as accreditation for all media events held by Japan's official bodies, to enable access on an equal footing with all domestic journalists.*
- b. Remove the restraint on free trade in information by abolishing the kisha club system.*

**Anexo D**  
**Entrevista ao jornalista de *freelance* (Hironobu Kubota/Repórter da Guerra)**  
**No dia 30 de Julho, 14:00-16:00 em Kanagawa**

- (As informações difundidas pelos jornais e iRA pelas estações de televisão do Japão são parciais?)

(Jornalista) -Sim.

- (Que tipo de conteúdos são parciais?)

(Jornalista) -Todos. São totalmente parciais e são muito tendenciosos..

- (Há tendências políticas de Direita ou de Esquerda?)

(Jornalista) -Não. Nos EUA cada jornal tem tendência para ser de direita ou de esquerda, mas no caso do Japão, existe um pouco de tendência para as informações de esquerda serem esmagadas. No entanto, as informações de ambos os setores, direita e esquerda, não são publicadas. As grandes empresas espreitam e advinham as intenções do governo, e ajustam as suas informações tendo em vista serem coincidentes com as intenções estatais. Esta tendência tem-se incrementado nestes últimos 5 anos.

Quando o partido do poder era a Democratic Party of Japan (DPJ), era mais transparente. O DPJ tentava partilhar as informações com todos. Este partido permitia aos jornalistas não-membros, tais como os *freelance*, participarem nas conferências de imprensa.

Além da mudança de hegemonia do partido, a crise económica mundial também influenciou os media do Japão. Até 2005, o Japão ainda difundia notícias e informações internacionais através dos media. A partir de 2007, a quantidade destas diminuiu bastante. Não sei se as pessoas do Japão repararam, mas os media do Japão estão a parar de transmitir notícias e informações relativas à continuação da Guerra do Iraque e do Afeganistão. Muitos japoneses estranharam o surgimento repentino do Estado Islâmico. Mas essa ideia está errada. O Estado Islâmico não nasceu repentinamente.

Nestes últimos 10 anos, as condições para a criação do Estado Islâmico tinham sido bem cultivadas no Iraque. Embora os media estrangeiros tenham continuado a acompanhar essa situação, o Japão já tinha parado esse acompanhamento há muitos anos, aliás, precisamente, parou desde 2006. A partir desse ano, nenhuma notícia, informações e edições sobre o Iraque saíram no Japão. De vez em quando, há esporadicamente notícias sobre atentados na página do setor mundial dos jornais, num espaço pequeno, mas a TV praticamente não as difunde.

- (Ou seja, não só a política japonesa, mas também as notícias relativas aos outros países também não são divulgadas no Japão?)

(Jornalista) -Exatamente. No Japão, não há notícias relativas a países estrangeiros. Isto porque a Guerra do Iraque era uma guerra que o primeiro-ministro Junichiro Koizumi

tinha apoiado. Neste contexto, as forças de Auto-defesa do Japão foram para o Iraque participar em operações de socorro humanitário. Quando o exército de auto-defesa japonês regressou ao Japão, os media disseram que eles tinham voltado porque as operações tinham sido cumpridas. E de facto, eles procuravam qualquer justificação para por cobro às atividades das forças de auto-defesa. Apesar do Iraque ainda estar numa situação muito instável e insegura, os media queriam já concluir que ‘as forças de auto-defesa regressaram, e então já está tudo pronto. Tudo acabou’. Desta forma, estas notícias dos media terminaram e nunca mais foram difundidas.

Isto tem relação não só com a política, mas também com a crise económica. A economia mundial sofreu um abalo após o choque da Lehman Brothers. Fazer recolha e cobertura de informações e reportar ou escrever artigos noutros países tornou-se mais difícil. Nesse sentido, por causa desta recessão económica, os media do Japão começaram a não sair do seu país. Uma outra razão é o surgimento daquela ideia de “auto-responsabilidade” (Mesmo que os jornalistas fiquem envolvidos em acidentes ou sejam vítimas de sequestro durante a sua atividade, o governo não os salva e os problemas têm que ser resolvidos pelos próprios jornalistas. Esta ideia restritiva surgiu quando o sequestro de um jornalista ocorreu. Como tal, os jornalistas dos grandes media já não querem fazer as suas atividades nas áreas consideradas perigosas).

- (Nesse âmbito, foi-me dito várias vezes que o sentido de deslocamento dos jornalistas do Japão é totalmente contrário quando comparado com o dos outros países. Esses jornalistas cessam as suas atividades e fogem sempre que algum perigo ocorre, tal como um conflito armado ou um acidente nuclear.)

(Jornalista) -Eu não admito que eles são jornalistas. São sim comerciantes. O trabalho dos verdadeiros jornalistas é correr para o local dos acontecimentos e divulgar os factos. Contudo, esses jornalistas (do Kisha Club) não vão para os locais quando o nível de perigo sobe um pouco, dizendo que é arriscado. Também eles procuram ao máximo procurar uma vantagem na relação risco-benefício. O interesse deles é apenas este cálculo.

- (Nos locais para os quais o senhor vai, encontra jornalistas do Kisha Club?)

(Jornalista) -Não. Nos locais onde eu faço atividades jornalísticas, tais como no Iraque e Afeganistão, nunca se encontram jornalistas das grandes empresas de media do Japão. Só uma vez os vi em Samawa, onde as forças de auto-defesa do Japão fizeram operações humanitárias. Mas normalmente, não os vejo.

-(Quer dizer, eles compram essas notícias através das Agências de Notícias?)

(Jornalista) -Sim, por exemplo, da Associated Press, Reuters, etc. Os jornalistas que eu encontro nos locais de cobertura são da Associated Press ou da BBC. A BBC contrata às vezes funcionários locais, mas existe sempre algum jornalista da própria

BBC. Não estão presencialmente nenhuns jornalistas-membros do Kisha Club onde faço atividades jornalísticas. Aliás, eles não têm vontade de ir.

- (Os jornalistas das grandes empresa dos media do Japão não divulgam as notícias internacionais em primeira-mão. Mas assim que as recebem, divulgam-nas imediatamente?)

(Jornalista) -Sim. Nós freelance chamamo-las 'straight news'. 'Quando ocorre um incidente ou um caso relevante, uma vez que essas empresas pagam dinheiro anualmente à AP e à Reuters, têm acesso a muitos vídeos e notícias mesmo que não façam nada. Olhando para estes vídeos e notícias, sem se dirigirem para os locais das ocorrências, os jornalistas, repórteres ou comentadores relatam e explicam as situações como se tivessem visto diretamente as cenas presencialmente. Isto já acontece desde há muitos anos. O problema é que as notícias que a AP e a Reuters vendem são notícias do ponto de vista dos estrangeiros, e como tal não são notícias do ponto de vista dos japoneses. Acho que é muito importante divulgar as notícias também do ponto de vista dos japoneses... mas o povo japonês não exige isso aos media. Os japoneses não têm interesse, por isso, as grandes empresas dos media não divulgam esse tipo de notícias. E uma vez que não é disponibilizado esse tipo de notícias, os japoneses passam também a ter menos interesse. É um ciclo vicioso.

Por exemplo, quanto ao Brasil, onde a senhora mora, geralmente, as pessoas do Japão têm conhecimento de São Paulo. No entanto, quase todos lhe perguntarão 'onde fica Manaus?'

-(É verdade. Em Manaus existe a Zona Franca de Manaus, na qual mais de 40 empresas japonesas estão instaladas e desenvolvem as suas atividades. No entanto, muitos japoneses não têm conhecimento disso.)

(Jornalista) -Devido à falta de notícias, o povo japonês não sabe que no Brasil existem muitos nipo-brasileiros, e que as relações entre o Japão e o Brasil têm uma longa história. Mesmo assim, perante estes factos os media das grandes empresas do Japão não aproveitam esta conjuntura. Hoje em dia, podemos constatar esta relação nipo-brasileira através de internet, mas nem todas as pessoas fazem uma pesquisa sobre o Brasil desta forma. Os media do Japão pensam 'Vamos produzir artigos sobre o Brasil. O que vamos fazer? Vamos fazer programas ou artigos sobre o Carnaval ou o Campeonato do Mundo de Futebol'. Por vezes a programação da BS (canal pago da NHK) inclui este tipo de transmissão. Mas geralmente, quase não existe esse tipo de transmissão nos canais abertos devido às baixas audiência. Por isso, os media não os transmitem.

- (Mas tenho a sensação que os media concluem por si próprios que as pessoas não o desejam. Por exemplo, no Campeonato do Mundo de Futebol, o nível de segurança em Manaus não foi adequado, é verdade. Mas não era tão inseguro como a TV do Japão divulgava. Foi um exagero. Eles focaram-se nos casos criminais

mais graves, e transmitiam as manifestações com exagero. Os media do Japão fazem cobertura e escrevem artigos em que os acontecimentos são apresentados com uma gravidade exagerada, discrepante com a realidade, sob o pretexto de que ‘Fazemos isto, porque os japoneses desejam’, mesmo que o povo japonês não expresse tal desejo.

(Jornalista) -Existe uma estrutura para escrever os artigos ou para transmitir nas TVs, estrutura essa que se encontra padronizada em: “Princípio, meio e fim.”

(Fim? Os artigos têm que ter o fim da história ou conclusão?)

(Jornalista) -Sim. Antes da cobertura e da recolha de informação, já se encontra definido o final. Por exemplo, no Brasil, ‘Vai ter lugar o campeonato do mundo de futebol.’ –‘O Brasil deve ser um país que tem muita criminalidade.’- desta forma, antes de ir ao local, já se projetou uma conclusão. Por isso, os jornalistas e fotógrafos recolhem só esse tipo de informações e cenas. Aquando do grande terremoto no Japão era a mesma coisa. Havia comida, mas eles tiraram fotos e filmaram as estantes das lojas nas quais os produtos já estavam escoados. Apresentam sempre o cenário e a imagem que as grandes empresas dos media do Japão querem difundir.

- (O objetivo deles não é tomar conhecimento e transmitir as situações reais?)

(Jornalista) -Não. Eles vão para os locais não em busca da verdade, mas porque ocorrerão cenas e imagens que eles querem transmitir. Isto mostra a característica infantil dos grandes media do Japão. Nessas empresas, são os chefes que dão as ordens aos subordinados, ou seja, aos jornalistas sentados nas cadeiras dos seus escritórios com pouco conhecimento prático. Eles não conhecem o Brasil verdadeiro, mas dão as indicações aos jornalistas ou aos funcionários baseando-se no seu estereótipo ou nos rumores que ouviam até esse momento. Não são notícias, mas são espetáculos de variedade na TV. Eles justificam os seus comportamentos, justificando-se com argumentos como: ‘porque a audiência quer isso’ ‘no caso de se fazer de um modo mais aprofundado, os japoneses não conseguirão compreender.’ Essa atitude mostra completamente a subestimação das audiências.

- (Agora, estou a fazer inquéritos. Nas respostas à minha pergunta ‘o que é que está a faltar nos media?’, algumas pessoas escreveram ‘continuação das notícias’ ‘Já não estou à espera da especialização ou do conhecimento dos jornalistas. Caso precise das informações, leio nas páginas de internet o que os professores ou especialistas dessas áreas opinam a respeito’. O que quero dizer é que há uma discrepância entre a imaginação que os media têm sobre o povo, e a essência e o verdadeiro desejo que o povo japonês tem por informação detalhada. Acho que aquela justificação de ‘porque a audiência quer isso’ ‘no caso de fazer de maneira mais aprofundada, os japoneses não conseguirão compreender.’, já não é adequado.

- (Já tem experiência de conhecer pessoalmente os jornalistas do Kisha Club?)

(Jornalista) -Sim, várias vezes. Uma vez que trabalho nas áreas de jornais e da TV, tenho sempre conhecidos nas mesmas áreas. No caso do Japão, os jornalistas que escrevem os artigos dos jornais principais, são jornalistas cujas empresas são membros do Kisha Club. Aliás, os jornais e as TVs que se encontram no Japão no quotidiano são todos membros do Kisha Club, não é? Por isso, é inevitável cruzar-me com eles.

(Tem experiência dos jornalistas do Kisha Club terem impedido as suas atividades?)

(Jornalista) -Não tenho, porque nos locais onde eu faço atividades jornalísticas, não existem jornalistas dos membros do Kisha Club. Trabalhamos em campos diferentes. Eles trabalham num espaço fechado, e eu trabalho noutros países. No meu caso, as atividades principais são no estrangeiro, e por isso não são colocados obstáculos pelos membros do Kisha Club para recolher informações. Mas, para os jornalistas freelance que trabalham no Japão, tais como o Sr. Takashi Uesugi, seria bastante difícil aceder às informações. Antes de tudo, há muitas conferências de imprensa direcionadas só aos jornalistas do Kisha Club. Mesmo que os jornalistas freelance consigam entrar nas conferências, só os jornalistas dos membros do Kisha Club; Yomiuri, Asahi, Mainichi, Sankei, Nikkei, têm direito a fazer perguntas. Caso os jornalistas freelance as façam, os jornalistas dos membros vão criticá-los, reclamando ‘porque é que você está a fazer perguntas?’

- (Este facto subiu à tona de água na ocasião das conferências de imprensa. Embora os jornalistas freelance estivessem a colocar questões às autoridades, os jornalistas dos membros do Kisha Club gritaram e interromperam essas perguntas, dizendo que ‘ Esta conferência não é para vocês!’ . Esta história mostrou as relações corruptas entre as autoridades e os membros do Kisha Club.)

(Jornalista) -O Sistema do Kisha Club existe para gerar e desenvolver essas corrupções. Segundo os jornalistas ‘veteranos’ do Kisha Club, o Kisha Club nasceu para proteger a liberdade de expressão dos jornalistas. Mas quem consegue criticar o governo, quando esse mesmo governo faz o pagamento das rendas dos escritórios do Kisha Club?

- (Uma vez que as rendas vêm dos impostos, teoricamente, os jornalistas freelance também poderiam utilizá-las em seu proveito)

(Jornalista) -Sim. Nós, freelance, chamamos aquele ambiente entre os jornalistas dos membros do Kisha Club e as autoridades de ‘harmonia planeada’. Por exemplo, na conferência de imprensa do porta-voz do gabinete, os participantes, jornalistas

dos membros do Kisha Club, calculam o nível de incómodo que as suas questões poderão ter nas fontes de informação. 'Podemos perguntar até este ponto. Intromissão para além deste ponto poderá incomodar o Governo.' Assim, eles convivem numa harmonia falsa.

Antigamente, quando o porta-voz era Fukuda, houve um jornalista do Mainichi, uma das empresas membro do Kisha Club, que ousou inquiri-lo para tentar aproximar-se dos factos. Então, Fukuda ficou impaciente e asseverou a esse jornalista 'Sou diferente de vocês.'... O que Fukuda queria dizer é que 'Eu faço o meu trabalho, usando bem o meu cérebro, o que é discrepante em relação aos método que vocês empregam.' Esse jornalista devia ter sido elogiado. Contudo, a empresa Mainichi despromoveu-o e removeu-o do departamento político.

- (Foi despromovido por causa de uma boa pergunta?)

(Jornalista) -Sim. O mais importante para os jornalistas é o espírito de crítica. Todavia, em vez de o proteger, devido a um pouco de pressão pelas autoridades a grande empresa de jornais descartou este competente jornalista com toda a facilidade. Isto aconteceu há 7 ou 8 anos. Visto que outros jornalistas dos membros do Kisha Club estavam no mesmo espaço e assistiam a esta cena e ao seu desenlace, já ninguém quer arriscar criticar o governo, considerando que 'Afinal, caso ultrapasse o limite, vai haver uma punição, mesmo que seja bom jornalista. Os jornalistas da Asahi, Yomiuri, entre outros, não querem repetir o mesmo desfecho.

- (Segundo os jornalistas 'veteranos' das grandes empresas dos media, o Kisha Club existe para aumentar a solidariedade a favor do governo. Está longe de lutar a favor da liberdade de expressão. Aliás, o clube tem o efeito de repressão das atividades, por intermédio de auto-censura.)

(Jornalista) -Antes de tudo, os jornalistas do Kisha Club não têm capacidade de recolher informações e escrever artigos sozinhos. Por isso, eles querem que todos sejam iguais. Os membros do Kisha Club não querem que só um dos seus membros, por exemplo só o Yomiuri, escreva um artigo brilhante. As empresas, tais como Yomiuri, Asahi e Mainichi, desejam os mesmos conteúdos e mesmo nível nos seus membros. O que eles mais odeiam é que só uma empresa escreva um artigo sansacional. Por isso eles proibem mutuamente fazer entrevistas cara a cara.

-(Na sociedade do Kisha Club, os membros não encorajam a produção de artigos distintos? Em vez disso, têm grande receio de uma situação em que todas as empresas escreveram menos a sua empresa?)

(Jornalista) -Exatamente. Mas no caso de todos os membros participarem na mesma conferência de imprensa, é impossível só uma empresa escrever as informações diferentes das outras. Quer dizer, o Kisha Club é o clube dos amigos.

- (Às vezes, mesmo que não saibam japonês, os estrangeiros reparam que diferentes jornais publicam o mesmo conteúdo.)

(Jornalista) -É verdade. Porque eles usam os mesmos esboços e alinhamentos distribuídos pelas fontes de informação. Mas na minha opinião, caso seja assim, eles não precisam de ir até às salas de conferência de imprensa.

- ( As empresas de jornais do Japão adotam o sistema ‘Nenko-Joretsu (o sistema típico do Japão. Todos os trabalhadores são promovidos proporcionalmente à longevidade na instituição para a qual trabalham. A sua competência ou o conteúdo do seu trabalho é menos relevante do que esta longevidade.)’ como outros setores do Japão. Será que por causa disso, os jornalistas que pertencem às grandes empresas não têm interesse em escrever os seus artigos originais? E em vez disso começam a desejar que não aconteça nenhum conflito dentro da empresa ou dos membros do Kisha Club? Se conseguirem continuar o seu trabalho ‘sem problema’, vão ser promovidos até chefes de redação? )

(Jornalista) -Exato. Quanto mais esforço mostram, correm o risco de eventuais consequências das suas ações os afastar de uma potencial promoção.

- (Mas isto é uma característica exclusiva do mundo dos media? Parece que não se restringe apenas a este setor ... )

(Jornalista) -De facto, é uma tendência da sociedade japonesa. A grande diferença entre as empresas japonesas e as empresas estrangeiras é a forma de avaliação. No Japão, as empresas adotam o sistema ‘(-) menos’. Por exemplo, durante um ano, uma pessoa fez 90 tarefas, e todos tiveram sucesso menos uma vez. No pensamento dos outros países, que adotam o sistema ‘(+) mais’, as pessoas pensam que ‘Ele teve sucesso 89 vezes!’. Mas repare bem, no nosso país, nós, os japoneses, consideramos que ‘Ele já tem experiência de um fracasso!’. Sendo assim, as empresas japonesas focam-se tanto numa falha ao ponto de ignorarem os 89 sucessos. Nessa sociedade, ninguém quer arriscar ter um grande sucesso. Em vez disso, os japoneses optam por serem ‘certinhos’, e não quererem optar pelo risco. Por isso, o ‘Zero sucesso, Zero fracasso’ é o caminho mais curto para nos promovermos .

- (A sociedade japonesa tem muito rigor com o erro ao ponto de tal causar uma retração.)

(Jornalista) -Concordo. Voltando para a conversa dos jornais, por exemplo, um jornalista ambicioso escreve o seu artigo original. Então, o chefe de redação corrige tudo com tinta vermelha, dizendo que ‘Esta expressão é ainda um pouco forte. Escreva de uma forma mais subtil.’ Esta correção continua até os jornalistas

jovens modificarem os seus estilos. Normalmente, eles desistem após em média 10 conselhos de alteração por parte dos chefes.

-(Tem outra experiência na qual os jornalistas das empresas dos membros do Kisha Club estejam a sofrer?)

(Jornalista) -Sim. Por exemplo, tenho muitos amigos na Estação de Televisão. Na estrutura da empresa, os jornalistas que escrevem sobre política pertencem ao Departamento Político, os jornalistas do Kisha Club da polícia pertencem ao Departamento dos Assuntos Sociais. Nesses departamentos, às vezes, eu trabalho com os jornalistas e produtores do Departamento dos Assuntos Exteriores, que são responsáveis pelas notícias do mundo.

De vez em quando vou à Estação de TV ou à Imprensa apresentar as informações, notícias, fotos ou vídeos para que esses materiais sejam transmitidos pela televisão ou sejam publicados nos jornais.

Eu trouxe uma notícia sobre a Guerra do Iraque, e as pessoas do Departamento dos Assuntos Exteriores tinham interesse em usar essa notícia. Todavia, os jornalistas do Departamento Político opuseram-se, dizendo que esta divulgação ia dificultar o trabalho deles. Tal acontece muito frequentemente. Os jornalistas do Kisha Club no Departamento Político impedem quase sempre as atividades dos colegas de outros setores.

-(Ou seja, no caso desses fatos serem divulgados, as relações entre as autoridades e os jornalistas no Departamento Político vão ser afetadas? A notícia do Departamento dos Assuntos Exteriores incomoda ambos, as autoridades e os seus colegas?)

(Jornalista) - Isso mesmo. Embora a responsabilidade das notícias seja do Departamento dos Assuntos Exteriores, como consequência, os comportamentos deles afetam os jornalistas do Departamento Político, o que conduz ao prejuízo da sua própria empresa. Uma vez que eles não têm capacidade de recolher informações sozinhos, os jornalistas dos membros do Kisha Club têm sempre de agradar aos políticos, em troca de novas informações. Os jornalistas do Departamento Político não querem que as imagens negativas dos seus políticos saiam ao público. Isto acontece bem frequentemente. O Departamento dos Assuntos Exteriores quer mesmo publicar temas internacionalmente importantes, mas ao mesmo tempo, não quer prejudicar os seus colegas e a sua empresa. Por isso, eles usam um filtro para diminuir o impacto do conteúdo de 100% para 70%.

-(Teoricamente, é favorável para a empresa o impacto da notícia ser grande.)

(Jornalista) -Sim. Mas não pode ser demasiado grande. Isto é a maior desvantagem do Kisha Club. Este tipo de discussão surge sempre, prolongando-se até às notícias internacionais.

- (Por isso, como o senhor falou, as notícias do Iraque não são divulgadas no Japão? São os jornalistas do Departamento Político que impedem a divulgação?)

(Jornalista) -Exatamente. A partir do momento em que a Guerra do Iraque começou, a segurança nesse país ficava cada vez mais instável. Ao contrário das grandes empresas dos media, do Kisha Club, eu quis acompanhar a situação o mais prolongadamente possível, e entrei sozinho no Iraque várias vezes. Um dia, logo depois do final da guerra, deparei-me com o facto de um soldado norte-americano ter matado um cidadão iraquiano. Naquela altura, havia muitas notícias contrárias, ou seja, iraquianos armados mataram muitos soldados norte-americanos. Esse tipo de informações estavam a ser divulgadas no Japão também. Os programas de TV e os jornais transmitiam e escreviam essas notícias, comprando-as às agências de notícias.

Todavia, essa empresa dos membros do Kisha Club comunicou que não podia utilizar essa notícia, explicando que tal se justificava pela falta de verificação do ocorrido, apesar da existência de um vídeo, e apesar de a empresa transmitir sempre as notícias da agência de notícias sem verificações. 6 meses depois, quando os factos da tortura e violência aos prisioneiros iraqueanos pelos soldados norte americanos e igleses na prisão Abu Ghurayb surgiram à tona de água, a empresa começou a usar esse tipo de notícias. Ou seja, as grandes empresas dos media não podiam divulgar o escândalo dos EUA, que é um país aliado do Japão.

Já não existem jornalistas que conseguem arriscar a divulgação de factos importantes contra as intenções do governo e das empresa. Por isso, no Japão, nunca são publicadas notícias verdadeiramente importantes.

- (Tenho muita pena que não haja muitos leitores que apoiam as atividades dos jornalistas que desafiam o sistema para divulgar este tipo de notícias.)

(Jornalista) -Pois. Nestes últimos 10 anos, as notícias bem investigadas desapareceram. O futuro dos conteúdos dependerá dos leitores, nomeadamente de quem estes vão apoiar: se os jornalistas que se posicionam contra os poderes instituídos, ou se os jornalistas do Kisha Club.

- (No caso do Japão, visto que existe o Keiretsu, o Sistema de Cross Ownership, caso um órgão de comunicação tal como uma estação de TV faça uma ação independente, os outros órgãos, jornais e rádio, vão punir a estação de TV. Por isso, acho que é muito difícil os cidadãos repararem nesse fato.)

(Jornalista) -Nos EUA, também existe Cross Ownership, mas os media conseguem manter a sua independência, e conseguem expor a sua opinião. Nas estações de rádio do Japão a situação ainda é menos grave. Podemos dizer que é um meio um pouco mais livre do que os restantes órgãos de comunicação. Para além disso, o que quero mencionar aqui é 'o media literacy', isto é, a capacidade de cada um usar a sua própria cabeça para avaliar as informações dos media. No estrangeiro, quase

todos pensam que ‘não há informação 100% confiável. Por isso, nós temos que pensar e escolher as informações, comparando-as com outras fontes’. No Japão, ainda não há esse tipo de cultura. As pessoas do Japão ainda pensam que ‘esta informação deve estar correta, porque são as autoridades que as garantem’. Podemos duvidar de tudo. Isto não tem mal nenhum, nem é má educação.

- (Qual seria a primeira razão por que o Kisha Club ainda não ser eliminado?)

(Jornalista) -Talvez seja pela sua conveniência..

-(Significa que o círculo do Kisha Club já está bem integrado na sociedade da política e dos media? Os jornalistas não conseguem sair desse círculo?)

(Jornalista) -Antes de tudo, os jornalistas do Kisha Club não treinam, e por isso não têm capacidade de cobertura ou de investigação para recolher as informações. No caso de estar no Kisha Club, são as informações que visitam os jornalistas. Os jornalistas não precisam de procurar as notícias.

-(AFPJ, o novo press club do Japão, que é mais próximo dos press club dos outros países, está a funcionar hoje em dia? )

(Jornalista) -Os jornalistas do Kisha Club fazem os seus trabalho, invocando as suas posições como ‘um jornalistas da empresa XXX’. Isto é diferente do que ocorre quando há experiência de campo a ouvir as pessoas, em que os repórteres se apresentam primeiramente como indivíduos, e não como jornalistas de grandes empresas. Esta postura permanece até estes conseguirem recolher o que as pessoas entrevistadas realmente pensam e querem dizer. Esta ideia é muito importante. É que muitas pessoas entrevistadas ajustam e modificam as suas palavras, analisando as caras e reações dos jornalistas. Sem reparar nisso, esses jornalistas pensam que as palavras que as pessoas falam são palavras verdadeiras, e escrevem e transmitem-nas através dos media. Os jornalistas do Kisha Club não tinham oportunidade para aprender a forma de ouvir a voz verdadeira das pessoas através das conversas. Sem sentir nada, eles apresentam-se como ‘jornalistas da empresa -- --’ às pessoas no primeiro encontro.

Eu não tiro fotos no primeiro dia da atividade jornalística, mesmo que queira muito, mas espero até as pessoas locais começarem a confiar em mim. Os jornalistas das grandes empresas que encontrei em Samawa tinham uma hora de encerramento muito apertada. Com a ordem do seu chefe, ‘até às -- :- -, você tem que escrever o artigo completo’. Sendo assim, eles não tinha outra forma de agir senão apressar-se, e só registaram a opinião de quem ouviram nesse momento. Mas com um tempo limite tão curto, duvido que as pessoas locais falem a sua opinião verdadeira. Os jornalistas da Asahi têm que terminar de escrever os seus artigos uma hora após a sua chegada. O limite do número das pessoas que eles conseguem entrevistar será de duas ou três. Mas eles escrevem e divulgam essas opiniões como se fossem representantes do local. É óbvio que essas palavras são superficiais. Para

além disso, eles encaixam essas opiniões na estrutura padronizada ‘início, meio, e fim’. Por isso, eles recolhem as informações relativas ao que eles querem e esperam. Eles procuram as opiniões ‘Obrigado pelas forças da auto-defesa do Japão terem vindo até Samawa. Estamos felizes’. Embora também houvesse muitas opiniões e manifestações com a posição ‘Não queremos forças japonesas no nosso país, vão-se embora por favor’, eles ignoravam-nas e nunca as escreviam.

- (Esses jornalistas já pré-determinaram qual a sua conclusão previamente à sua visita aos locais? Tiram as fotos só para as encaixar nos seus esboços previamente definidos?)

(Jornalista) - Sim. Esta metodologia é insuportável nos media do Japão. Quanto às notícias sobre os assuntos internos, a nível nacional, derivada a proximidade geográfica aos locais das ocorrências, por vezes podemos constatar que essas informações não refletem a realidade, e por isso a situação é menos gravosa. No entanto, no que concerne às notícias dos outros países, não temos forma de verificar a fidedignidade das informações, uma vez que é difícil ir a esses locais fazer a comprovação. Por isso, podemos contar com este tipo de informações apenas por intermédio dos media no Japão. Seria bom todos nós sabermos ler jornais em inglês ou noutros idiomas, pois dessa forma poderíamos compará-los, escolhendo as fontes com maior amplitude.

- (Eu quando comecei a viver fora do Japão, reparei pela primeira vez que as notícias do Japão e dos outros países são muito diferentes, mesmo quando os assuntos abordados são os mesmos)

(Jornalista) - Reparou nisso depois de ter saído do Japão, não foi? Contudo, geralmente, as pessoas que vivem no Japão nunca concebem essa situação, nem tentam comparar as notícias que visualizam com aquelas provenientes de outras fontes. Para os media, uma sociedade com este comportamento é o mais conveniente. Eles querem que a audiência esteja a este nível. Consta que os níveis de profissionalismo, exigência e qualidade de execução nos setores da política e dos media correspondem ao nível do povo. Segundo esta teoria, o baixo nível dos media deve-se maioritariamente ao baixo nível do povo. Mesmo que um assunto importante ocorra noutros países, os japoneses não têm muito interesse nisso, apesar da atual compressão espacial derivado o contemporâneo processo de globalização. Por exemplo: a crise económica da Grécia vai influenciar também o Japão, não é verdade? As pessoas da Europa prestam sempre atenção às notícias dos países vizinhos ‘Qual a situação dos nossos países limítrofes?’. Eles sabem que os acontecimentos dos outros países influenciam significativamente os seus próprios países. No caso do Japão, no máximo, o interesse das pessoas estende-se até aos restantes países asiáticos, sem demonstrarem interesse pelos acontecimentos para lá destes, como por exemplo, pela Europa. Eles simplesmente afirmam ‘Não sei’, e apenas alguns professores de ciência política ou políticos têm interesse nos assuntos exteriores. Perante este ambiente e conjuntura, os media nunca crescerão.

-(Não sei se isto faz parte de uma característica nacional, mas no Japão, as pessoas confiam e contam com os nomes das marcas, tais como ‘Yomiuri, Asahi, Mainichi, Sankei e Nikkei’.)

(Jornalista) -Isto é que constitui uma armadilha. Talvez algumas pessoas já comecem a reparar nesta situação, devido aquele acontecimento de há alguns dias atrás, em que numa reunião entre políticos do LDP, eles disseram “Vamos suprimir os dois jornais de Okinawa”.

(Jornalista) -Os jornalistas freelance não têm muitos recursos, mas isto é natural. É que temos muita pressão proveniente das grandes empresas, o que dificulta a divulgação dos factos. Essa interferência agora está muito mais intensa do que antes. Era menos severa na época da Guerra do Iraque. Os jornalistas das grandes empresas dos media fugiam dos locais perigosos, e nós, os freelance, preenchíamos as lacunas deixadas por eles. Assim era. Todavia, hoje em dia, as grandes empresas começaram a utilizar a palavra ‘*Compliance*’, e insistem que não é justo que os seus jornalistas não vão fazer cobertura aos locais e só os freelance consigam ir’.

-(Eles começam a exigir uma uniformidade que se prolonga para além do Kisha Club?)

- Sim. Na verdade, as grandes empresas dos media, ou seja, membros do Kisha Club, têm reuniões regulares entre os diretores dos Assuntos Exteriores. Na reunião, os representantes da ‘*Nihon-Terebi (NTV)*’, ‘*Terebi-Asahi (EX)*’, ‘*Tokyo-Broadcasting-System (TBS)*’, ‘*Fuji-Television (Fuji TV)*’ entre outras, juntam-se e discutem as diretrizes das atividades. ‘NÃO vamos utilizar mais as notícias que os freelance recolheram. Vocês também não podem utilizá-las.’ Sob a palavra ‘*compliance*’, eles já não vão comprar as notícias aos jornalistas freelance, mesmo que o seu conteúdo seja importante ou tenha valor informativo.

-(Compliance? Eles confundem as definições entre compliance e cartel.)

(Jornalista) - Também me parece.

-(Embora haja fluxo de informações ... quando essas informações são publicadas, essa quantidade já se torna bastante reduzida)

(Jornalista) -Depois do regresso do Iraque e do Afeganistão para o Japão, fiquei desesperado com a discrepância dos conteúdos das notícias entre o Japão e os outros países. Eu explico sempre nas minhas palestras que as notícias que eu trouxe têm que ser passadas primeiramente por vários filtros: pelo filtro dos jornalistas, seguidamente pelo filtro dos chefes, e posteriormente pelo filtro dos diretores de produção. Só as informações que passam por todos estes filtros podem ser

divulgadas. Por isso, é muito natural as informações publicadas serem bem limitadas. Isto faz parte do cotidiano, e os japoneses não reparam nesse facto porque não têm termos de comparação. No acidente nuclear de 2011, este sistema subiu à tona de água. Mas depois de alguns meses, os japoneses já se começaram a esquecer disso, e acreditam novamente nas informações, pensando que estas já são fidedignas. É que as fontes continuam a provir das grandes empresas.

- (As pessoas do Japão têm a tendência de contar com a visibilidade e reconhecimento dos nomes das empresas, das marcas?)

(Jornalista) -Sim. Elas crêem nas notícias de olhos fechados, contando com as marcas.

- (Eles ainda acreditam que a NHK é um canal neutro?)

(Jornalista) -Sim. Apesar de estarem distantes da realidade, muitas pessoas acreditam nos media. Hoje em dia, a geração mais jovem de japoneses já se vai consciencializando.

Quando a Guerra do Afeganistão se iniciou, em 2001, e o governo taliban foi derrubado, eu fui ao Afeganistão para fazer a cobertura da situação. Pedi a gravação das notícias da NHK aos amigos. Então, havia aquela estrutura, ‘início-meio-fim’, que especificamente continha os seguintes conteúdos: ‘Início: Graças aos bombardeamentos no Afeganistão pelos EUA, o governo taliban foi derrubado’, ‘Meio I: isto permite ao país a transição para uma sociedade pacífica.’ ‘Meio II: Como será a sociedade sem os taliban?’, Fim: ‘As mulheres são agora livres, tendo terminado a discriminação pelos taliban. Desta forma, elas já não vestem burca’. A NHK fez reportagens desta forma.

Naquela altura, eu estava precisamente no Afeganistão, e em cerca de cada 10 mulheres, apenas 1 ou 2 não utilizavam burca, sendo que estas eram tendencialmente mulheres que começaram a trabalhar como funcionárias das ONGs e das Nações Unidas. Na realidade, mais de 80% das mulheres ainda utilizavam a burca. Mas visto que existiam uma ou duas senhoras sem burca, embora representassem uma parcela minoritária da sociedade, a NHK pode afirmar que relatou a verdade dos fatos. Acho que a NHK não mostra a realidade, mas apenas alguns fatos. Assim, às vezes, digo nas palestras que ‘os media do Japão não mentem, mas também não transmitem a realidade.’ Naquela história, a NHK, teoricamente não mentiu, mas na minha opinião aquilo era quase mentira. Eles seleccionaram apenas uma cena, uma realidade parcial para tirar a seguinte conclusão: ‘FIM: Todos ficaram felizes!’ Perante esta exposição, o público que estava a assistir à TV acreditava que tinha nascido uma sociedade na qual já nenhuma mulher precisava de esconder a cara.

A NHK dirigia-se aos locais das filmagem com essas ideias estereotipadas. Neste contexto, procuravam apenas imagens e situações condizentes com essa imagem pré-concebida da realidade que pretendiam transmitir.

Eu também tiro fotografias para reportagens. Nas minhas palestras, eu peço às audiências para tirarem fotografias com lentes grande-angular. Não se podem utilizar apenas lentes telefoto, nem se pode fazer cropping (recorte das imagens) apresentando-se tal exposição com sendo oriunda do trabalho de um jornalista. O nosso trabalho consiste em transmitir a 'realidade'. Fotografar, filmar e escrever relativamente a situações tendo como base apenas um estereotipo ou um desejo não é o trabalho dos profissionais. Mas os jornalistas das grandes empresas-membros do Kisha Club, fazem isso. Já têm sempre a sua própria conclusão definida antes de visitarem os locais.

-(Parece que a forma de trabalhar dos jornalistas do Kisha Club é muito similar à dos burocratas, no sentido em que quanto mais rápida e correta a resposta que eles conseguem dar, mais 'competentes' eles são considerados, o que origina funcionários maquinais que já não pensam com a sua própria mente...)

(Jornalista) -Por isso, os jornalistas das grandes empresas não sabem o que são jornalistas.

- (O sistema de contratação entre os jornalistas e as empresas é também muito peculiar no Japão. Duas vezes por ano, as grandes empresas fazem pré-contratos com dezenas de estudantes universitários. Assim que terminam os seus cursos, eles já começam a trabalhar como jornalistas, mas sem qualquer experiência de escrita de artigos jornalísticos. No caso dos EUA, os jornalistas começam as suas carreiras nos pequenos jornais regionais. Acumulando as suas experiências e know-how, eles procuram a entrada nas grandes empresas utilizando os seus próprios artigos como seu curriculum vitae. No Japão, mesmo após a entrada nas grandes empresas, nenhuns chefes ensinam aos novatos a forma de escrita dos artigos.)

(Jornalista) - É que é mais vantajoso os jornalistas terem uma fraca técnica de escrita.

- (Isso significa que quanto menor a capacidade para escrever, mais promoções os jornalistas têm?)

(Jornalista) -Sim. As empresas querem pessoas com uma atitude 'yes-man' (Em japonês, isto corresponde a pessoas que respondem sempre 'yes', e nunca recusam o pedido dos chefes). Não sei até que ponto este ambiente permanece. Geralmente, no Japão, as empresas não querem que os funcionários que têm a sua própria opinião sedimentada e que a expressem activamente possam causar atritos. Quem esteja contra o chefe, vai ficar isolado. Constitui um risco menor os funcionários públicos e os trabalhadores em geral fazerem isso. Porém, é muito perigoso os jornalistas ou as pessoas que trabalham no mundo dos media fazerem a mesma coisa, pois isso poderá originar a publicação de informações delicadas para as instituições.

- (O que os jornalistas e os colaboradores dos media produzem é que em última estância vai dar forma à opinião pública.)

(Jornalista) - Sim. A lei 'Heiwa Anzen Housei (Legislação de Guerra: Alteração da interpretação do Artigo 9 da Constituição Japonesa: nova legislação possibilitadora do envio de forças de auto-defesa para países terceiros) também. O governo de Shinzo Abe claramente diz 'Queremos publicar informações unicamente a favor desta nova legislação'. Isto é muito perigoso. Na minha opinião, podem coexistir opiniões discrepantes, quer sejam de direita ou de esquerda. De entre estas, podemos escolher posteriormente com qual nos identificamos mais, comparando ambas. Mas atualmente, só as perspectivas de direita estão a ser publicadas, e as pessoas estão a habituar-se a assistir a opiniões parciais. Tenho medo desta tendência. No fim de contas, o Japão é um país no qual o povo com muita facilidade acredita nas informações publicadas, tal como ocorria na época do 'Daihonnei Happyo' (Os anúncios provenientes do quartel-general do imperador).

- (Lamento que as grandes empresas dos media tenham publicado assuntos apenas relativamente a Abenomics, e nenhuma tenha chamado a atenção para informações relativamente a 'Heiwa Anzen Housei', que estavam escritas no livro de compromissos políticos, durante a campanha eleitoral do ano passado)

- É verdade.

- (Depois das eleições, só a partir da fase de 'Kakugi Kettei' (Reunião tendo em vista a aprovação unânime de legislação pelos Ministros), os media começaram a divulgar os conteúdos das leis como se tivesse terminado o embargo informativo. Mas já era tarde demais)

(Jornalista) - Isto significa que já não há jornalistas fortes para lutar contra as autoridades e o seu clube. O que quero revelar aqui é que no Japão, os jornalistas do Kisha Club transmitem os factos, mas não a realidade aos cidadãos. Esta frase condensa tudo. O Afeganistão, o Brasil... os jornais e as TVs não tentam fornecer informações relacionadas com as características, a generosidade, as culturas tradicionais desses países. Essas empresas focam-se apenas nos aspetos negativos e escandalosos, produzindo a partir daí a linha condutora dos seus artigos. Parece-me que esta metodologia é totalmente errada. É óbvio que esses media são absurdos. Mas ao mesmo tempo, também é inegável que o povo não deseja uma mudança neste aspeto. Por isso, é muito difícil inverter esta corrente. Claramente, o sistema do Kisha Club prejudica a sociedade. Porém, por outro lado, são os japoneses que fomentam as atividades do Kisha Club. Na altura de 'Tokutei Himitsu Hogo Hou', (Act on the Protection of Specially Designated Secrets: Caso os funcionários públicos divulguem segredos de Estado, vão ser punidos, sendo a pena mais pesada do que aquelas atribuídas a homicídios em primeiro grau), o povo foi-se apercebendo que o sistema era um pouco opaco, mas mesmo assim a lei foi

aprovada sem grandes manifestações por parte do povo. De um país no qual os media não desempenham o seu papel fundamental advém um regime de ditadura no qual o Estado entra em guerra sem o povo se aperceber. Temos que ter sensibilidade em relação a isto. Os media conhecem esse perigo, mas mesmo com conhecimento de causa, eles não mudam. Tem conhecimento do ranking mundial de liberdade de expressão deste ano?

- (Todos os anos, o Japão ocupa uma posição muito baixa, num nível não equivalente aos restantes países desenvolvidos)

(Jornalista) -Neste ano, ficou em 61º lugar.

- (... Caiu de novo. Há dois anos atrás, em 2013, estava em 53º lugar. )

(Jornalista) -Ná época do DPJ estava em 11º. É considerado que de entre os países desenvolvidos, o Japão é o único que tem um problema claro e evidente de liberdade de expressão. Muitos países apontam isso como um problema. A organização Repórteres Sem Fronteiras descreveu a situação no Japão como problemática, e isto estende-se a várias instituições distintas, como são as estações públicas, os canais privados e os jornais... O mais problemático é a situação na qual quase ninguém repara nesse perigo. Não há 1 pessoa em cada 10 que repara... Se calhar, nem sequer 1 em cada 100... Os japoneses ainda acreditam que têm liberdade de expressão. Por isso, eles confiam nas informações que as grandes empresas lhes fornecem.

O primeiro passo para a reforma do sistema do Kisha Club passa pelas pessoas do Japão acordarem e constatarem o modo de funcionamento deste sistema. A situação atual não é tão simples como imaginamos.

Quando o Estado Islâmico executou dois japoneses, um deles era jornalista. Perante esta situação, o porta-voz do gabinete governamental, Suga, comunicou que ‘A coragem do Sr. Goto (jornalista assassinado) foi desadequada. Foi uma temeridade superficial’. Opostamente a este comentário, o Secretário de Estado dos EUA, Kelly, comentou, aquando da execução de jornalistas do seu país: ‘As atividades dos jornalistas sempre são acompanhadas por um risco de vida. A forma mais eficaz de anular esse perigo seria a sua permanência em locais seguros. Todavia, a opção de não ir seria sinónimo de ignorar uma situação de ditadura, ou de cedência a pressões do governo, o que corresponderia a uma derrota por parte dos jornalistas. Por isso, por muito perigoso que seja, é melhor apoiar a sua ida para estes locais’. Os EUA assumiram esta posição, mesmo tendo os reféns americanos tendo sido decapitados. Os americanos declararam a importância das reportagens e da recolha de informações. Esta é a grande diferença entre o Japão e os EUA.

- (Os artigos mais chocantes encontravam-se no editorial das grandes empresas dos media. Estas criticaram o Sr. Goto, afirmando que a ida deste foi um erro. Se os jornalistas e redatores considerassem o Sr. Goto como um dos seus colegas de

profissão que trabalha na mesma área, antes de tudo, mostrar-lhe-iam consideração e simpatia.)

(Jornalista) -Para além de se basearem nos nomes das universidades nas quais se formaram (a maioria dos jornalistas das empresas do Kisha Club licenciam-se em universidades nas quais o nível intelectual é considerado muito alto, apesar do Japão não ter nenhum curso relacionado com jornalismo), também com base na sua entidade empregadora os jornalistas das grandes empresas acreditam que ocupam uma posição hierarquicamente superior em relação aos jornalistas freelance. Nos outros países, geralmente, ambas as categorias de jornalista respeitam-se mutuamente. É que os seus papéis e vantagens são distintos. Os jornalistas de grandes empresas estrangeiras têm muitos recursos e conseguem por conseguinte executar diversas investigações em simultâneo. Por outro lado, os jornalistas freelance permanecem nos locais por mais tempo, e no fim apresentam o seu trabalho bem elaborado. Assim, as grandes empresas compram informações aos freelance com confiança e respeito. Todavia, no Japão, na visão dos membros do Kisha Club, quer sejam jornais ou TVs, os jornalistas freelance são considerados como subcontratados. Esta é uma grande diferença.

-(Os jornalistas do Kisha Club não reconhecem as capacidade e competência dos freelance?)

(Jornalista) -Lamentavelmente não. Não só no mundo dos media, mas também na sociedade japonesa, geralmente as pessoas avaliam a competência dos outros conforme as empresas às quais pertencem. Se me permite, quero afirmar que os jornalistas freelance têm mais experiência prática do que os do Kisha Club, porque fazem atividades nos próprios locais das ocorrências, fora do escritório. Mas em geral, os jornalistas do Kisha Club subestimam os jornalistas freelance, considerando-os incompetentes. Os grandes media têm recursos muito vastos, o que facilita os seus trabalhos. No meu caso, para fazer atividades (recolha de informações, tirar fotografias, filmar vídeos, fazer entrevistas, etc) no Iraque durante um mês custa-me cerca de 500 mil ienes. Por outro lado, no caso dos recurso dispendidos por estas empresas, ultrapassará facilmente os 5 milhões de ienes.

- (Mas o avultado financiamento das grandes empresas às atividades dos seus jornalistas com o intuito destes irem aos locais para fazerem reportagens em nome das estações de televisão e dos jornais não significa que o produto final das suas deslocações equivalha ao valor do custo.)

(Jornalista) - É verdade. Os conteúdos que eles produzem são por vezes superficiais e menos intensos.

Mais um dos problemas das empresas do Kisha Club é a fuga ao risco. Estas não têm permitido aos seus jornalistas irem às zonas de perigo durante muitos anos. Nos membros do Kisha Club, não existe nenhum repórter de guerra conhecedor da

forma de trabalho nos locais perigosos. Mesmo assim eles não desejam perguntar os métodos e o *know-how* aos freelance.

- (Têm uma postura arrogante?)

(Jornalista) -Têm mesmo. Eles consideram que os jornalistas freelance são subcontratados, e como tal hierarquicamente inferiores a eles.

-(É muito problemático que os redatores e os seus chefes não respeitem os jornalistas que não permanecem no escritório e fazem atividades nos próprios locais dos acontecimentos.)

(Jornalista) -Na minha página de Internet, escrevi um comentário sobre as opiniões difundidas pelas grandes empresas acerca da Defesa em Grupo (assente na alteração do artigo 9 da Constituição Japonesa). Os media do Kisha Club dizem 'Não é bom estarmos a usufruir de Paz e Segurança fornecidas pelos outros países. Por isso, as forças de auto-defesa têm que fazer operações também fora do Japão, como um país independente'. Perante tal conjuntura, qual a vossa opinião?

Nós, os jornalistas freelance, Associated Press ou Reuters, vamos fazer atividades jornalísticas nos locais de perigo. E eles, as empresas do Kisha Club, compram estas informações nos seus escritórios. O Japão (os jornalistas japoneses do Kisha Club) não precisa de ir a esses locais? Eles estão satisfeitos nos seus aposentos seguros? Parece-me que, com sátira, podemos estabelecer um paralelismo com a discussão do Artigo 9 para a forma de trabalho dos membros do Kisha Club. Uma vez que têm-se recusado a ir aos locais de risco desde há muitos anos, os jornalistas do Kisha Club já perderam o *know-how* e a vontade para fazer atividades jornalísticas nos locais menos seguros.

. (Essa attitude subiu à tona de água quando ocorreu o acidente nuclear em Fukushima. Os jornalistas do Kisha Club fugiram das áreas afectadas num raio de 50km ou 60 km, e continuavam a escrever que 'Não haverá nenhum efeito negativo para o corpo humano, mesmo que as pessoas estejam dentro de um raio de 10-30km). E muito posteriormente, divulgaram os dados dos valores da radioatividade com a qual os habitantes já tinham estado em contato).

(Jornalista) -É verdade. Falando da ilusão da realidade pelos jornalistas, deparei-me com uma reportagem praticamente falsificada durante as atividades jornalísticas no Iraque. As empresas privadas dos membros do Kisha Club, naquela altura, ainda compravam as notícias aos jornalistas freelance em vez dos seus próprios jornalistas as enviarem às sedes. Contudo, a NHK, a estação pública do Japão, tentou não utilizar as notícias dos freelance, e fez uma reportagem relativa à Guerra do Iraque estando situados na Jordânia, mostrando uma pequena legenda abaixo do ecrã: 'Reportagem filmada em Amã'. Inclusivamente os repórteres tinham vestidos coletes à prova de bala. Geralmente, os japoneses não têm muitos conhecimentos relativos ao Médio Oriente.

- (Em geral, as pessoas do Japão não sabem onde fica Amã)

(Jornalista) -Pois não. Para além disso, o repórter transmitia esse vídeo com uma cara extremamente séria.

- (Essa atitude revela uma traição ao público do Japão. )

(Jornalista) -Sim. Mas também aconteceu a mesma coisa na ETV (a Estação de TV do Jornal Asahi) no Afeganistão. Quando eu estava no Paquistão, um repórter da TV Asahi estava a fazer uma reportagem ao vivo (em direto) com uma cara muito séria. Nesse momento, um jovem paquistanês apareceu involuntariamente no canto do ecrã, com uma cara sorridente e relaxada, uma vez que naquele local não havia qualquer perigo. Posteriormente, muitos espectadores telefonaram, questionando ‘Tudo bem com aquele menino?’.

Quando começou o bombardeamento no Afeganistão, em 2001, os três grandes canais dos EUA saíram do Paquistão para se dirigirem ao Afeganistão. Simultaneamente, os 6 canais de TV (NHK, Yomiuri, Asahi, Mainichi, Nikkei, Sankei), foram para o Paquistão.

O que eles fizeram foi alugar quartos no Hotel Marriott de Islamabad e assistir à televisão através da BBC, sendo que os repórteres desses canais faziam as suas apresentações no terraço do hotel.

- (Eles foram ao Paquistão só para filmar isso?)

(Jornalista) -Sim. Naquela altura, o preço dos quartos era extremamente elevado. O Hotel insistia ‘To pay or to leave’. O preço comum era de \$200 por dia, mas perante a situação no país vizinho, naquele período o preço subiu para os \$500. Os media tinham que fazer antecipadamente e de uma só vez o pagamento de 30 dias de estadia. Mesmo assim, eles permaneciam no quarto. Eu fui o único jornalista e fotógrafo japonês que saiu do Paquistão nesse momento.

- (Os outros não tiveram desejo de sair?)

(Jornalista) -Não têm know-how. A maioria dos jornalistas entrou no Afeganistão através do caminho salvaguardado pela Aliança do Norte (Frente Islâmica Unida para a Salvação do Afeganistão), sob a proteção dos EUA, mas eu entrei pelo percurso do Governo Taliban. Quando levei o vídeo desse percurso à TBS, recebi uma repreensão ‘Porque você foi por esse caminho?!’

- (Sinto muita pena por o mundo dos media no Japão não respeitar o know-how)

(Jornalista) -Em Samawa, as forças de auto-defesa do Japão fizeram operações humanitárias. Nesses locais, constatavam-se ambas as opiniões, a favor e contra a permanência destas forças. ‘Obrigado por terem vindo’ e ‘Não queremos nenhuma’

forças armadas! Vão-se embora!’ eram as heterogêneas opiniões vigentes. Os jornais do Japão ignoraram todos os os comentários contra a estadia das tropas. Cheguei inclusivamente a ver manifestações contra as forças de auto-defesa do Japão. Mas não viu essas cenas no Japão?

- (Nunca vi.)

(Jornalista) -Eles ocultaram tudo. Não sei se podemos chamar essas atitudes como ‘Jornalismo’. Acho que não é jornalismo. Eles têm que escrever e transmitir ambos os lados. Mas não o fazem. O jornalismo do Japão está na ruína.

- (Como conclusão, o que é que falta no mundo dos media do Japão? É o espírito de jornalismo?)

-É a capacidade de cobertura, e de fazer recolha de informações. Também falta a capacidade de escrever e divulgar esses materiais. Antes de tudo, as pessoas das grandes empresas dos media, dos membros do Kisha Club, não pensam seriamente sobre ‘O que é o Jornalismo?’. Aproveitando a palavra ‘neutral’, não criticam as autoridades e fazem reportagens ou escrevem artigos na direção errada. Os jornalistas dos membros do Kisha Club já se tornaram no boletim de informações das autoridades.

(Muito Obrigada)

**Anexo E**  
**Entrevista ao jornalista do *Kisha Club* (30 anos de faixa etária)**  
**No dia 23 de Agosto, 17:00-19:00 em Tóquio**

(Jornalista) -Quais são os assuntos que pretende aprofundar hoje?

- (Antes de mais, as características dos media do Japão, e posteriormente o sistema do Kisha Club, e também as opiniões dos jornalistas que realmente se encontram incorporados e trabalham no seio do sistema Kisha Club. Já fiz uma entrevista com um jornalista freelance no Japão. Mas no meu quotidiano, uma vez que atualmente resido fora do Japão, apesar de ter experiência de conhecer jornalistas freelance, não tenho nenhuma oportunidade de conhecer jornalistas-membros do Kisha Club. A minha primeira pergunta de hoje concerne a obstrução às atividades jornalísticas. Já tem experiência de ser interrompido por alguém quando estava a recolher informações ou estava a escrever um artigo?)

(Jornalista) -Alguém... neste caso significa pelas autoridades?

- (Ambos. Quer sejam autoridades, ou os chefes e colegas da sua própria empresa... Quando está a escrever uma crítica politicamente forte, já ocorreu a situação de algum chefe pedir-lhe para a reescrever de um modo mais suave ou neutro? )

(Jornalista) -Acho que isso não acontece tanto como a senhora imagina. Mas existe alguma inconveniência, na verdade. Por exemplo, a nossa empresa claramente adopta uma postura 'anti-energia nuclear', o que vai de encontro a certos movimentos da sociedade civil. Como tal, alguns leitores compram o nosso jornal derivada esta sintonia de opiniões. Por isso, apesar de existirem jornalistas 'pró-energia nuclear' na produção, eles não conseguem escrever artigos em que se manifeste essa opinião. A sede da empresa em Tóquio decide a direção, e os jornalistas da sede e das agências da região publicam as páginas conforme essas indicações. Nesse sentido, a opinião do jornalista como indivíduo não tem relevância. Já temos um esquema prévio para fazer o artigo. Baseado-nos nesse esquema, dirigimo-nos para o local de cobertura, e escrevemos ou filmamos ocorrências tais como 'manifestações contra as centrais nucleares'.

- (A sua empresa é a favor da posição 'anti-energia nuclear'. Por outro lado, o Jornal 'Yomiuri' defende a posição 'pró-energia nuclear'. Seguindo essa lógica, acha que

alguns dos jornalistas que trabalham para o Yomiuri, que pessoalmente defendem uma posição ‘anti-nuclear’, estão numa situação sensível por se encontrarem impossibilitados de escrever a sua opinião?)

(Jornalista) -É verdade. É impensável escrever qualquer artigo que não esteja em consonância com as políticas de publicação definidas na sede. Porém, os jornalistas que trabalham na componente mais prática (※Geralmente, no Japão, os jornalistas quando chegam à idade no entorno dos 40 anos de idade, deixam de se consagrar à cobertura dos acontecimentos ‘in loco’, passando então a trabalhar a partir do seu escritório como administradores. Por isso, a faixa etária dos jornalistas que fazem a cobertura nos locais dos acontecimentos situa-se no intervalo entre os 22 e os 40 anos de idade) têm margem para escrever um pouco contra as ideias definidas na sede...num pequeno espaço.

Seguindo essa lógica, é verdade que temos dificuldade em revelar as nossas opiniões no caso destas não serem coincidentes com as da administração da empresa. Também, caso os leitores venham ao meu escritório manifestar-se contra as centrais nucleares, essa é uma situação difícil de ignorar, uma vez que, no fim de contas, escrevo sempre esses artigos. Por conseguinte, os artigos dos jornalistas tornam-se parciais.

- (Quais são as principais razões desse problema?)

(Jornalista) -As razões prendem-se não só às autoridades, mas também aos leitores. Os leitores são também parciais. A título exemplificativo, os leitores de *Tokyo Shimbun* afirmam ‘Só o *Tokyo Shimbun* é que está a conseguir escrever a verdade! Por isso, compramos apenas *Tokyo Shimbun* !’

- (O jornal *Tokyo Shimbun* também é um membro do Kisha Club. Nesse sentido, realmente há uma grande diferença nos seus artigos em comparação com as outras grandes empresas de jornais?)

(Jornalista) -Na minha opinião, graças ao Kisha Club, nós, os membros, podemos entrar nas conferências de imprensa. As autoridades têm a obrigação de permitir a entrada na sala de conferências de imprensa a todos os jornalistas filiados, sem qualquer diferenciação entre estes. Ouvi dizer que nos EUA, o porta-voz permite apenas aos jornalistas dos quais ele gosta participarem nas conferências de imprensa. Perante tal situação, a maioria dos jornalistas já não conseguem recolher informações provenientes

das autoridades. (※Segundo o jornalista japonês freelance, ao perguntar-se ao *press club* dos EUA se os jornalistas freelance podem entrar nas conferências de imprensa, o *press club* responde afirmativamente (Uesugi, 2011: 188).) Antes de tudo o mais, na sua matriz, o Kisha Club nasceu para lutar contra os poderes instituídos. Unificamo-nos e mostramos solidariedade para fazer atividades como jornalistas.

- (Mas já assistiu a episódios em que os jornalistas freelance foram expulsos das conferências de imprensa?)

(Jornalista) -Honestamente, ainda não tive oportunidade de conhecer jornalistas freelance na minha área de atividade. Provavelmente, os jornalistas freelance estão muito descontentes com o Kisha Club. É que os jornalistas dos membros do Kisha Club têm os seus próprios escritórios no interior dos edifícios das autoridades. Geralmente, as empresas dos membros do Kisha Club ocupam um andar inteiro, sendo que cada uma delas tem as suas cadeiras, mesas e telefones fornecidos pelas autoridades. Quando as autoridades nos convocam, levantamo-nos dos assentos e dirigimo-nos para a sala de conferências de imprensa, recebendo informações destas. Os jornalistas freelance não podem entrar nesses espaços, e nem sequer participar nas conferências sem autorização prévia.

-

(Quais são as conferências de imprensa nas quais participa mais assiduamente?)

(Jornalista) -As conferências da Polícia e do Governo da Província. Nestas conferências, as autoridades falam sobre furtos ou acidentes com veículos de transporte, especificando as informações ao ponto de serem revelados nomes de pessoas particulares. Os jornalistas presentes registam todas estas informações... Os jornalistas freelance não têm acesso a essa sala. Por isso, geralmente, eles não escrevem publicações relativas a esse tipo de assuntos domésticos, ou seja, notícias de homicídios, acidentes, etc. No entanto, duvido que esse tipo de informações lhes fossem necessárias...

- (Dentro do Kisha Club, existe concorrência?)

(Jornalista) -Sim, sim! Temos concorrência, mas pacificamente. Quando o setor de relações públicas das autoridades difunde informações relativas a determinados eventos, nós, os jornalistas dos membros do Kisha Club, dirigimo-nos aos locais estipulados, tiramos fotos, e fazemos entrevistas em conjunto. Para nós, eles (os jornalsitas das outras empresas também vinculadas ao Kisha Club) são colegas de trabalho.

Relacionamo-nos bem.

Um dos propósitos da existência do Kisha Club é a existência dessa comodidade. Na eventualidade da ocorrência de um escândalo ou corrupção praticada pelas autoridades, se não houvesse nenhuma ligação entre os jornalistas e estas, cada jornalista iria entrevistar as autoridades consecutivamente, abordando ininterrupta e repetidamente os mesmos conteúdos. Considerando a possibilidade de ocorrência dessa situação, parece-me mais razoável o Kisha Club organizar e coordenar as conferências de imprensa, estipulando ‘Teremos uma conferência de imprensa às -- : --, na sala ----. Tudo isto tendo em vista minimizar o trabalho das fontes de informação.

- (Ou seja, este sistema tem em vista a comodidade das autoridades fornecedoras das informações e dos jornalistas do Kisha Club difusores dessas informações?)

(Jornalista) -Sim. Nesse sentido, é melhor por enquanto o sistema do Kisha Club continuar a existir. O Kisha Club não deve ser criticado tão rigorosamente assim, parece-me. Por outro lado, também tenho uma insatisfação. Quando eu trabalhava num setor não relacionado com o Kisha Club, ou seja, desvinculado dos poderes instituídos, podia deslocar-me de carro aos locais onde pretendesse recolher as informações ou fazer entrevistas. Porém, ao começar a trabalhar no setor vinculado às autoridades, deixei de poder fazer as minhas atividades sozinho. Tenho que ir ao meu escritório situado na infraestrutura das autoridades, e tenho que esperar pelas publicações ou comunicados à imprensa, tais como ‘ o número dos utilizadores do aeroporto XX foi XXX’, ‘Com o orçamento XX, fizemos as obras XX’. De facto, é aborrecido.

- (Nas conferências de imprensa, os jornalistas do Kisha Club podem fazer perguntas na hora? Ou é necessário avisar antecipadamente as autoridades relativamente ao conteúdo das questões?)

(Jornalista) -No caso dos comunicados à imprensa, os jornalistas do Kisha Club vão em conjunto para o escritório do responsável por esse comunicado, e ouvem a explicação e detalhes da comunicação no entorno desse responsável. Já nas conferências de imprensa, o porta-voz entra na sala à hora marcada, e começa a explicar os assuntos relacionados com o tema. Por isso, do ponto de vista prático, parece-me viável a existência do Kisha Club. No entanto, simultaneamente, do outro lado da moeda, não temos muita liberdade para fazer atividades jornalísticas independentes. Por diversas ocasiões quero recolher informações e fazer entrevistas autónomamente, e não desejo esperar por esses comunicados e informações provenientes do escritório das autoridades.

(Os jornalistas do Kisha Club desconhecem o horário no qual os comunicados e informações chegam?)

(Jornalista) - Arredondadamente sabem. Diariamente, informações tais como ‘Terá lugar este evento’ ou ‘Serão publicados estes dados estatísticos’, chegam-nos por volta das 14:00, e não temos muita pressa para as escrever. Mesmo assim, os escritórios têm um ambiente voltado para a predisposição para os jornalistas terem que esperar às suas mesas a receção dessas informações. Parece-me que este ambiente é comum em qualquer sala do Kisha Club situada nos edifícios das autoridades.

- (Atualmente, quantos jornalistas do Kisha Club estão a trabalhar nesse edifício?)

(Jornalista) -Depende da empresa. Atualmente, a nossa empresa coloca três jornalistas aqui, mas geralmente, os membros principais do Kisha Club (*Asahi, Yomiuri, Mainichi, Nikkei e Sankei*), colocam um ou dois jornalistas. Para além do mais, seis jornalistas dos jornais regionais podem trabalhar nestes locais, e também alguns repórteres das principais TVs. No total, entre uma e duas dezenas de jornalistas trabalham aqui.

- (Não há jornalistas freelance?)

(Jornalista) -Não. Aliás, quero ouvir as opiniões dos jornalistas freelance relativamente a como é que eles se sentem perante esta situação.

-(Porque é que não tem oportunidade para os conhecer?)

(Jornalista) -Não temos nenhum ponto de contato nos nossos trabalhos. Mesmo que eles visitem o edifício das autoridades e peçam autorização para entrevistar algum responsável, esse tipo de informação não chega até nós, os jornalistas do Kisha Club. Os freelance nem sequer têm permissão para entrar nos escritórios do Kisha Club. Nesse sentido, jornalistas freelance e jornalistas do Kisha Club não são colegas. É verdade que desse ponto de vista, nós, os jornalistas do Kisha Club, somos fechados. Mas por outro lado, graças a nós, existem disponíveis notícias relacionadas com as autoridades para serem disponibilizadas aos cidadãos.

- (Nestes últimos anos, tenho lido muitas queixas dos freelance, consistindo no facto da sua participação nas conferências de imprensa do Gabinete Governamental ainda não ser permitida. Ainda hoje em dia é assim?)

(Jornalista) -Sim. Na Assembleia Legislativa também ocorrem restrições, pois para entrar-se na Assembleia, é necessário ser-se certificado como jornalista dessa mesma Assembleia, tendo-se inclusivamente registada a fotografia pessoal. Sem isso, não podemos entrar. No caso dos jornalistas freelance, mesmo que eles entreguem um requerimento com os documentos e fotografias solicitados, é muito mais difícil e improvável serem aprovados, o que dificulta a aquisição do certificado. Nesse contexto, os jornalistas dos membros do Kisha Club têm o privilégio de o receberem com mais facilidade. Eu também acho que as autoridades podem distribuí-los em maior quantidade. Não compreendo porque é que são tão rigorosos para com os jornalistas freelance.

- (Mas caso não existam aspetos ocultos, tendo em vista a transparência, parece-me mais favorável a abertura da conferência a todos. Também seria uma ideia positiva filmar toda a conferência de imprensa, e posteriormente colocá-la na Internet, para que os cidadãos possam ter uma percepção inclusivamente do ambiente)

(Jornalista) -É complicado. Temos um processo sistematizado tendo em vista a abertura da participação nas conferências aos alheios. Caso os jornalistas não-membros do Kisha

Club queiram participar, primeiramente, eles têm que avisar o coordenador da conferência, que é membro do Kisha Club. Posteriormente, o coordenador pede-nos a nós, jornalistas, autorização para a entrada do freelance.

- (Então, sem autorização dos membros do Kisha Club, os jornalistas freelance não podem entrar?)

(Jornalista) -Correto. Porque no caso de aparecer um estranho de repente, todos ficam perplexos, pensando ‘Quem é que é!?’ . Por isso, temos de ser informados antecipadamente. Mas geralmente, tentamos deixá-los entrar.

- (Os jornais do Japão não colocam o nome dos jornalistas anexamente aos seus artigos. O seu jornal segue este comportamento. Não se sabe quem é que escreveu cada artigo.)

(Jornalista) -Alguns artigos possuem os nomes dos jornalistas que os escreveram, e outros não. Penso que essa decisão cabe apenas às empresas. No meu jornal, nos artigos completos e no setor de leitura, aparece o nome dos autores. Mas quanto às notícias rápidas, (*straight news*), os nomes não são colocados.

- (Relativamente às informações provenientes dos comunicados à imprensa pelas autoridades, nos artigos não aparece o nome de jornalistas?)

(Jornalista) -Não aparecem, basicamente.

-(Sobre a página da editorial?)

(Jornalista) -Não aparecem. Nas colunas do jornal, por vezes aparecem.

-(Quanto mais novo e por conseguinte menor a experiência dos jornalistas, menor a tendência para surgirem os seus nomes?)

(Jornalista) -É o oposto. Mesmo que estejam no primeiro ano de carreira, os nomes dos novatos aparecem nos seus artigos, inclusivamente nos artigos relativos a pequenos eventos, sendo que nestes casos em particular ‘Qualquer jornalista escreverá da mesma

forma sobre este assunto tão residual’, derivada a ausência de margem para uma escrita em contra-corrente. O jornal Mainichi tem a tendência de colocar os nomes dos jornalistas nos artigos, e por isso surgem fãs inesperados, afirmando que ‘Sou seu fã. Leio os seus artigos!’

- (Os jornalistas no primeiro ano já têm os seus espaços de publicação nos jornais?)

(Jornalista) -Claro. No primeiro ano, os jornalistas trabalham nos meios rurais. Na verdade, um dos maiores problemas desses locais é a ausência de novidades interessantes. O Verão é a pior estação para nós. Todos estão de férias, e as autoridades não trabalham muito nessa época. No Verão, não escrevemos artigos, mas sim preenchemos os artigos.

- (Antes de escrever, cada colega já tem o seu espaço reservado no jornal?)

(Jornalista) -Sim. Na minha empresa, a primeira página e as páginas reservadas aos assuntos sociais são escritas na sede, em Tóquio, e 4 ou 5 páginas são escritas no escritório das agências de cada local. A senhora lê os jornais ?

- (Agora, moro no Estrangeiro, e por isso, não tenho muitas oportunidades de os comprar. Mas leio-os on-line. Falando disso, o método de venda dos jornais é também muito peculiar.

(Jornalista) -É verdade. Está a falar da *Journal Delivery System*, não é ?

-(Sim. A subscrição de 6 meses, por exemplo.)

(Jornalista) -Exato.

-(Curiosamente, quando começam a morar sozinhos, tendencialmente os filhos compram os mesmos jornais que os seus pais antigamente liam. Ler um jornal é um hábito, mas no Japão, o motivo por trás da escolha de um jornal também se baseia nos seus hábitos antigos enraizados familiarmente.)

(Jornalista) -É provável.

-(De que forma a sua empresa obtém informações relativamente aos assuntos internacionais? Compra de alguma agência de imprensa ou freelance?)

(Jornalista) -A nossa empresa tem alguns correspondentes especiais, e possui alguns escritórios fora do Japão. Esses colaboradores escrevem artigos de âmbito internacional, mas o seu número é muito limitado e os escritórios não são de grande dimensão. Por isso, maioritariamente, compramos notícias da *Kyodo News* (Agência de notícias do Japão), ou da *Associated Press*.

- (Acho que os jornais do Japão têm muito poucos artigos relativos aos assuntos exteriores. Mesmo que os haja, são sempre *straight news*, não correspondendo a artigos bem pesquisados ou aprofundados.)

(Jornalista) -Concordo. A nossa empresa tem alguns escritórios nos países estrangeiros, mas só nas cidades principais, tais como um ou dois jornalistas que trabalham em Londres ou em Paris. Mesmo assim, a empresa está a tentar diminuir o seu número. Na realidade, o trabalho dessas pessoas consiste em recolher as notícias locais através dos media desses países. Por vezes, eles fazem a recolha das informações fora do escritório para posteriormente as reportarem. Mas, evidentemente, é impossível fazer tudo sozinho. Por conseguinte, o trabalho principal deles é prestar atenção às notícias dos media desses países, e escrever consoante essas notícias observadas.

-(São notícias já prontas?)

(Jornalista) -Sim. De vez em quando, vão fazer entrevistas nos locais de acontecimento, acompanhados por assessores e intérpretes.

- (Neste caso funcionários locais?)

(Jornalista) -Exato. Por isso, o tratamento recebido por esses jornalistas é muito diferente daquele recebido pelos freelance. Os postos de correspondentes especiais na nossa empresa são cargos relativamente relaxados, no sentido em que estes são jornalistas que já têm mais de 35 anos de idade. Assim que cumprirem o seu período de

serviço no estrangeiro, eles regressam para a sede em Tóquio, e tomam posse num cargo da administração. Derivada esta estrutura, os jornalistas jovens da nossa empresa não têm oportunidades para trabalhar fora do Japão.

- (Nesse caso, tendencialmente os correspondentes especiais nesses escritórios no estrangeiro nunca escreverão artigos aventureiros e demasiado arrojados, não é?)

(Jornalista) -Exato. Na verdade, acho que é melhor os jornalistas jovens terem mais experiências fora do escritório, fora do Japão.

- (Mas em geral, os jornalistas da sua empresa pretendem progredir na sua carreira sem causar nenhum conflito ou problema até à idade de reforma?)

(Jornalista) -Sim... Além disso, a maioria das empresas japonesas adota o Sistema *OJT* (On the Job Training: Sem treino nem conselho dos superiores. A partir do primeiro dia de trabalho, os novatos já têm que começar o seu trabalho, aprendendo através da imitação dos outros colegas). As empresas de jornais não fogem a esta regra. Antes de tudo, no Japão não existe nenhum curso de jornalismo nas faculdades e universidades. Só recentemente a Universidade de Waseda criou um instituto para as pessoas em pós-graduação, cujo modelo é a Universidade de Columbia. A minha universidade tinha algumas disciplinas relacionadas com o estudo dos media. No entanto no meu caso procurei contactar jornalistas que se licenciaram na mesma universidade que eu, para conseguir conceber o trabalho dos jornalistas na sua vertente mais prática. Porém, em geral, os jornalistas recém-licenciados têm que trabalhar sendo desconhecedores dos métodos. Ainda por cima, normalmente, o primeiro trabalho deles é no departamento de notícias policiais.

- (Ainda hoje em dia têm que fazer ‘*Youchi Asagake* (Os jornalistas visitam as fontes de informação de manhã muito cedo, e à noite muito tarde)’?)

(Jornalista) -Sim. No meu caso, tive muita sorte. Nos primeiros anos trabalhei em XXX, que não era a capital da prefeitura, e por isso não tinha uma sede prefetural da polícia. ... O que acho sempre estranho é a parcialidade com que são executadas as coberturas nos acidentes ou crimes domésticos. Quando um crime, por exemplo, um homicídio,

acontece numa aldeia, as sedes das empresas dos jornais enviam, de repente, dezenas de jornalistas para um local remoto, procurando as fotos do agressor e da vítima através dos vizinhos. Esses jornalistas começam recolher informações de uma forma avassaladora.

- (Nos jornais do Japão, aparecem inclusivamente as caras da família do agressor, mesmo que o agressor já seja um adulto.)

(Jornalista) -Pois, até mesmo os pais de um suspeito ainda não processado! Mas esses jornalistas começam a procurar os álbuns da escola e a fazer entrevistas aos amigos ou à própria vítima. As vítimas não querem ser entrevistadas, uma vez que geralmente ainda se encontram abaladas ou tomadas por uma grande tristeza, estando a sofrer com traumas. Mas os jornalistas recolhem informações desta forma e com muita intensidade. Esta tradição ainda não mudou.

- (Nos Estatutos do Kisha Club, não existe nenhum regulamento relativo aos limites a que as reportagens estão sujeitas, tais como abusos aquando da investigação ou difusão destas, assim como de violação de códigos morais, tendo em vista os jornalistas não se desviarem da sua deontologia?)

(Jornalista) -Existe o Acordo de Divulgação, e o Acordo Sobre Situações de Sequestro. Conforme esses acordos, as autoridades fornecem as informações de forma a não divulgarem aspectos sensíveis da investigação policial. No entanto, quando termina este embargo informativo, muitos jornalistas dirigem-se a esses locais.

-(No Japão, muitos membros da família dos agressores suicidam-se por causa de muitas críticas a eles direcionadas e de *bullying*.)

(Jornalista) -É verdade. É um exagero. Até os jornalistas que normalmente trabalham em Tóquio vão aos locais dos acontecimentos (homicídios), e iniciam brutalmente a recolha de informações relativas aos acontecimentos. Acho que há outros aspetos importantes para escrever nas páginas dos assuntos sociais. Mas para os jornalistas que

trabalham assim, já se tornou um hábito. O meu colega diz ‘ Isto é um tipo de jogo, ou desporto.’

-(Mas não é perigoso continuar a insistir apenas num assunto tão limitado assim? Não se vai perder a amplitude de perspectivas?)

(Jornalista) -Talvez haja um espírito de grupo. ‘No caso de estarem juntos, não haverá nenhum receio. Porém, caso fiquem sozinhos, revelam muita inquietação e preocupação. Quando os jornalistas não conseguem registar uma palavra que a família da vítima proferiu, e outros jornalistas escreveram-na, os chefes ficam muito zangados e advertem os jornalistas, repreendendo ‘Porque é que você não conseguiu apanhar aquela palavra?!’.

- (Por muito pequena ou trivial que seja?)

(Jornalista) -Sim, sim.

- (São só os jornalistas jovens que vão para esses locais?)

(Jornalista) -Sim, geralmente. Dezenas de jornalistas, que até antes das ocorrências nunca tinham sido conhecedores dos espaços nos quais as reportagens vão ter lugar, chegam a esses locais. Muitas vezes os comportamentos destes não são os mais adequados. Eles arruinam o ambiente das aldeias sossegadas.

- (Nesse sentido, os jornalistas que antes dos acontecimentos já trabalhavam nessas aldeias vão ser prejudicados. Coitados...)

(Jornalista) -Mas esses jornalistas também começam a revelar o seu espírito de rivalidade e tornam-se ativos, pensando ‘Não quero ficar atrás daquelas pessoas alheias ao local!’, e pensando isto, entram na concorrência, querendo ouvir a sua opinião e os detalhes dos crimes, incluindo a descrição das ações.

-(É complicado. Quando eu estou a assistir à TV, ou quando eu estou a ler os jornais, fico com a sensação do que há demasiadas notícias com o título ‘Desaparecimento’ Um

Corpo ‘Foi encontrado’. Pessoalmente, não me agrada. Para além disso, não é bom para a educação das crianças. Estas também podem ver as cenas e ouvir as descrições através das TVs ou dos jornais. Quando estava na loja de conveniência, um menino aproximou-se de mim, e perguntou ‘O que é isto?’, apontando para uma foto que tinha uma cobertura azul para cobrir um corpo. Não lhe consegui responder.)

(Jornalista) -Compreendo. Além disso, não consigo imaginar as reações das famílias das vítimas. Aquelas descrições são tão cruéis para eles. De qualquer modo, quero acreditar que esses jornalistas também têm bom senso.

- (Inclusivamente essas descrições, o vice-comissário da polícia explicita-as aos jornalistas dos membros do Kisha Club nas conferências de imprensa?)

(Jornalista) -O conteúdo dos comunicados à imprensa não se encontram detalhados até esse ponto. Os papéis que eles distribuem aos membros do Kisha Club são alinhamentos tais como ‘Sobre o corpo encontrado: no dia XX de XX, um corpo de uma mulher com XX cm de altura foi encontrado no local XXX’. Depois de os lerem, os jornalistas dos membros do Kisha Club perguntam ao vice-comissário da polícia ‘Qual foi a situação?’. A polícia divulga os factos até onde lhes é possível responder. Seguidamente, os jornalistas começam a recolher as informações, visitando a escola da vítima, recolhendo as fotos, entre outras ações.

-(Quem é que decide o fim da cobertura e reportagem? É o chefe da redação? É que quando uma empresa pára de recolher informações, outras grandes empresas também retiram repentinamente os seus jornalistas do local do acontecimento.)

(Jornalista) -Essas atividades duram apenas mais ou menos 3 dias. Acho que este corresponde ao limite da resistência física...no máximo 7 dias... Quando as grandes novidades vão saindo em menor volume, os jornalistas (dos membros do Kisha Club) começam a olhar para as caras uns dos outros e decidem ‘Já chega. Vamos voltar para Tóquio’, e todos regressam. De repente, o sossego do campo volta para a aldeia.

-(Porque é que decidiu ser jornalista?)

(Jornalista) -Desde pequeno, gostava muito de escrever. Comecei a pensar em ser jornalista quando era estudante da escola secundária. O meu primeiro *job-hunting* na época universitária não correu bem. Entrei numa pequena editora que publicava livros académicos volumosos, tendo trabalhado lá por dois anos. Depois, ajudado pela sorte, consegui entrar na minha empresa atual. Por isso, os meus colegas que entraram no mesmo ano que eu são dois anos mais novos do que eu. Na verdade queria ser jornalista não para fazer ‘Youchi Asagake’, mas para escrever os meus próprios artigos originais e aprofundados, bem preparados com tempo suficiente. Queria fazer entrevistas não só uma vez, mas várias vezes. Mas naquela entrevista que eu fiz da primeira vez que procurei emprego, precipitadamente disse-o sem querer, e falhei não tendo sido aceite. Na tentativa seguinte, ou seja, na entrevista da atual empresa, consegui controlar as minhas emoções e o meu comportamento, organizando as ideias, e fui contratado. Originalmente, como já sabe, sou uma pessoa que gosta muito de falar e ouvir.

-(Já assistiu à situação de alguns colegas terem deixado a sua empresa?)

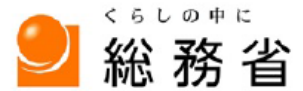
(Jornalista) -Ainda não vi. A percentagem de pedidos de demissão é extremamente baixa. Quando as jornalistas mulheres se aproximam da idade de 35 anos, começam a pensar em sair, calculando a idade limite para terem filhos. Talvez haja jornalistas homens que saem. Porém, em geral, há poucas pessoas que deixam a empresa. A nossa empresa é mesmo grande, e há muita concorrência para entrarem. Antes de tudo, todos decidiram ser jornalistas pelo seu desejo. Está bom assim? Tem mais perguntas?

- (Conseguir perguntar e ouvir tudo o que eu queria, muito obrigada.)

(Jornalista) -De nada! Seria o meu prazer se as minhas respostas a ajudassem no caminho do seu trabalho.

Anexo F-Artigos dos cinco jornais do *Kisha Club* sobre os Censos de 2015

Press Release  
報道資料



MIC Ministry of Internal Affairs and Communications

平成 28 年 6 月 29 日

No dia 29 de Junho de 2016

Censos de 2015  
Resultados

平成 27 年 国 勢 調 査  
抽 出 速 報 集 計 結 果

要 約

Estrutura da População

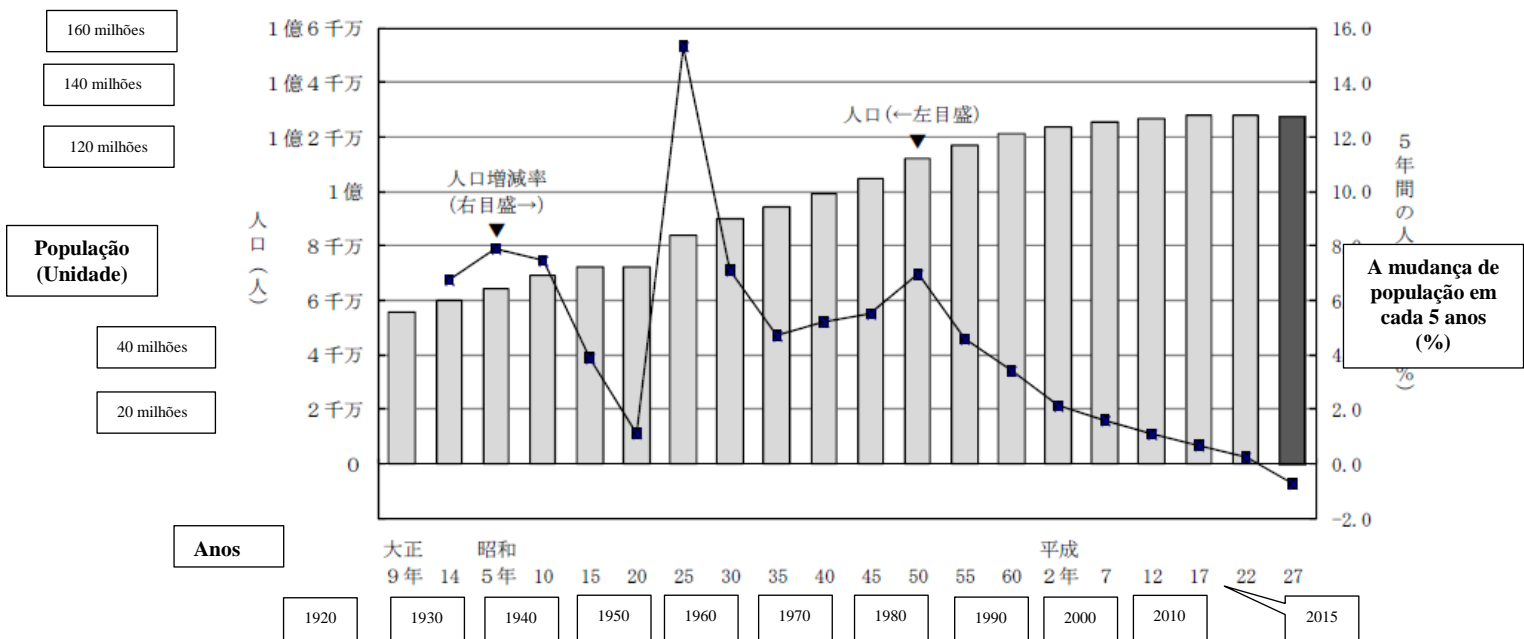
Versão Abreviada

人口構造  
○ 我が国の人口は1億 2711 万人(平成 27 年 10 月 1 日現在)  
○ Pela primeira vez desde o primeiro censo de 27, o número total da população japonesa diminuiu

○ 我が国の人口は1億 2711 万人(平成 27 年 10 月 1 日現在)  
○ 大正9年の調査開始以来, 初めての減少(平成 22 年から 0.7%減, 年平均 0.15%減)

- 平成 27 年国勢調査による 10 月 1 日現在の我が国の人口は1億 2711 万人  
前回(平成 22 年)と比べると, 人口は 94 万 7 千人の減少
- 総人口を男女別にみると, 男性が 6182 万 9 千人(総人口の 48.6%), 女性が 6528 万 1 千人(同 51.4%)となっており, 女性の方が 345 万 2 千人多い

-Segundo o Censo 2015, no momento do dia 1 de Outubro de 2015, a população total do Japão, é de 127.110.000, 947.000 inferior à de há 5 anos  
-Olhando para a categoria do sexo, a população dos homens é de 61.829.000 (48.6% da população total), e a população das mulheres é de 65.281.000 (51.4% da população total), e o número das mulheres é 3.452.000 maior que o dos homens.

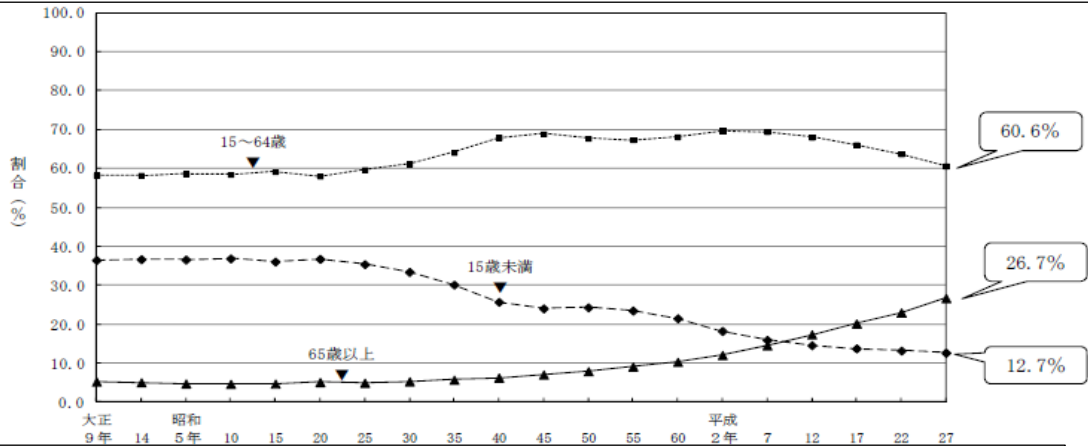


○ As pessoas com mais de 65 anos aumentaram de 23.0% para 26.7% da população

○ 総人口に占める65歳以上人口の割合は23.0%から26.7%に上昇

- 15歳未満人口は1586万4千人（総人口の12.7%）、15～64歳人口は7591万8千人（同60.6%）、65歳以上人口は3342万2千人（同26.7%）
- 65歳以上人口の割合は、調査開始以来最高

- O número da população com menos 15 anos é de 15.864.000 (12.7% da população), e as pessoas entre os 16 e os 64 anos são 75.918.000 (60.6% da população), e o valor da população com mais de 65 anos é de 33.422.000 (26.7% da população).  
 - A taxa da população com mais de 65 anos atingiu um recorde.



○ A percentagem da população com mais de 65 anos é mais elevada no Japão do que nos restantes

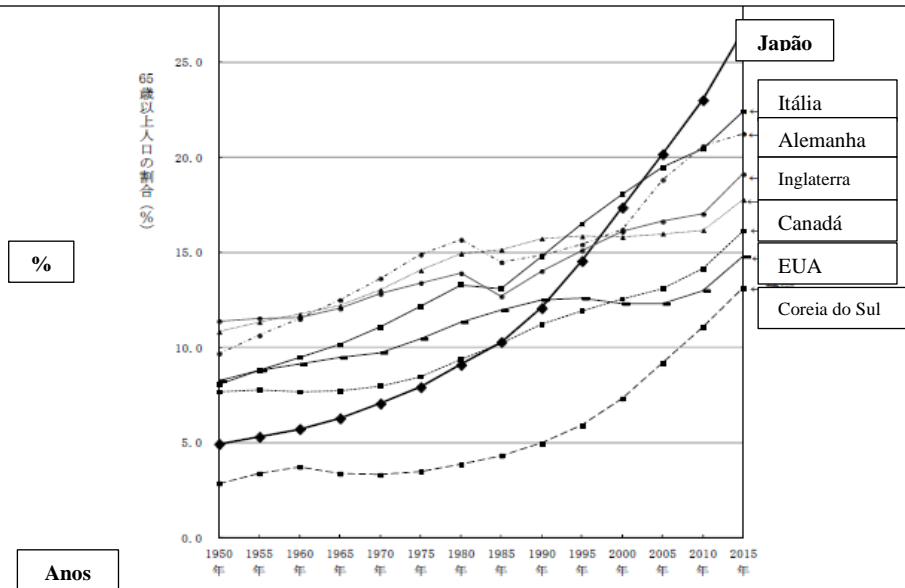
○ 65歳以上人口の割合は世界で最も高い水準

- 総人口に占める65歳以上人口の割合を諸外国と比べると、我が国（26.7%）はイタリア（22.4%）及びドイツ（21.2%）よりも高く、世界で最も高い水準

A percentagem da população com mais de 65 anos é superior à da Itália (22.4%) e à da Alemanha (21.2%), tendo-se tornado o Japão no país com valores superiores de entre os países desenvolvidos.

図3 65歳以上人口の割合の推移—諸外国との比較（1950年～2015年）

Imagem III A mudança de taxa de população com mais de 65 anos - Comparação com outros países (1950-2015)



- A prefeitura com a taxa mais alta de população com mais de 65 anos é a prefeitura Akita (33.5%), e a prefeitura com a menor percentagem é Okinawa (19.7%)
- Pela primeira vez desde 1920, o primeiro Censo no Japão, a proporção de cidadãos com mais 65 anos superou a de cidadãos com idade inferior a 15 anos em todas as prefeituras.

- 65歳以上人口の割合は秋田県が33.5%と最も高く、沖縄県が19.7%と最も低い
- 全都道府県で65歳以上人口の割合が15歳未満人口の割合を初めて上回る

- ・ 65歳以上人口の割合が最も高いのは、秋田県 (33.5%)。次いで高知県 (32.9%)、島根県 (32.6%)。一方、最も低いのは、沖縄県 (19.7%)。次いで東京都 (22.9%)、愛知県 (23.8%)
- ・ 沖縄県について、65歳以上人口の割合 (19.7%) が、15歳未満人口の割合 (17.2%) を上回ったことで、全都道府県で65歳以上人口の割合が、15歳未満人口の割合を初めて上回る

- A prefeitura com a taxa mais alta da população com mais de 65 anos é a prefeitura de Akita (33.5%), seguida por Kochi (32.9%) e Shimane (32.6%). Pelo contrário, as prefeituras com a menor percentagem de população com mais de 65 anos são Okinawa (19.7%), Tóquio (22.9%) e Aichi (23.8%).  
 -Mesmo sendo Okinawa a prefeitura com a menor taxa de população acima dos 65 anos (19.7%), esta percentagem ultrapassou a da população com menos de 15 anos, o que levou a proporção de população com uma idade superior a 65 anos superou a da população com idade inferior a 15 anos em todas as prefeituras pela primeira vez no Japão.

Imagem IV A proporção de população com uma idade superior a 65 anos em todas as prefeituras (2010 e 2015)

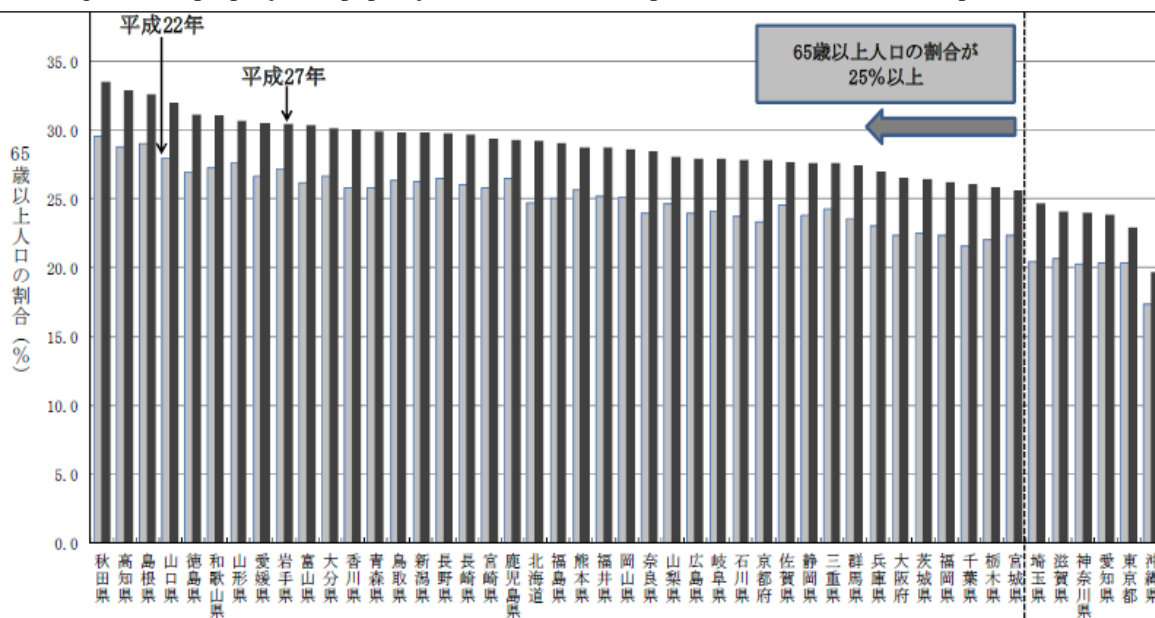


Tabela I Taxa de população com uma idade superior a 65 anos nas três primeiras e últimas prefeituras (2010 e 2015)

表1 年齢(3区分)別人口の割合—65歳以上人口の割合上位・下位3都道府県(平成22年, 27年)

都道府県 Prefeitura	2015		平成27年				2010				平成22年				平成22年と27年の差			Diferença entre 2010 e 2015
	割合 (%)		平均 年齢 (歳)	割合 (%)			平均 年齢 (歳)	割合 (%)			ポイント			平均 年齢 (歳)				
	15歳 未満	15~64 歳		15歳 未満	15~64 歳	65歳 以上		順位	15歳 未満	15~64 歳	65歳 以上	順位	15歳 未満		15~64 歳	65歳 以上		
全 国	12.7	60.6	26.7	—	46.4	13.2	63.8	23.0	—	45.0	-0.6	-3.1	3.7	1.4				
秋 田 県	10.6	55.9	33.5	1	50.9	11.4	59.0	29.6	1	49.3	-0.8	-3.1	4.0	1.6				
高 知 県	11.6	55.5	32.9	2	49.8	12.2	59.0	28.8	3	48.4	-0.6	-3.5	4.1	1.4				
島 根 県	12.5	54.9	32.6	3	49.5	12.9	58.0	29.1	2	48.4	-0.4	-3.1	3.5	1.2				
愛 知 県	14.0	62.2	23.8	45	44.3	14.5	65.2	20.3	45	42.9	-0.5	-3.0	3.5	1.3				
東 京 都	11.3	65.8	22.9	46	45.0	11.4	68.2	20.4	44	43.8	-0.1	-2.4	2.6	1.2				
沖 縄 県	17.2	63.2	19.7	47	42.1	17.8	64.8	17.4	47	40.7	-0.6	-1.7	2.3	1.4				

-A taxa de participação no mercado de trabalho com mais de 15 anos ficou 59.8%, valor 1.4% inferior ao censo anterior.  
 -No que diz respeito à taxa de participação no mercado de trabalho dos homens e das mulheres, 70.8% dos homens estão a participar, percentagem essa 3% menor quando comparada com o censo anterior. Por outro lado, a taxa de participação no mercado trabalho pelas mulheres é de 49.8%, cuja proporção é 0.2% maior do que a do censo anterior.  
 -A taxa de participação na faixa etária entre os 25 anos e os 29 anos atingiu 80.9%, pela primeira vez no estudo ultrapassou 80%.

**就業者等の状況**

Situação do trabalho

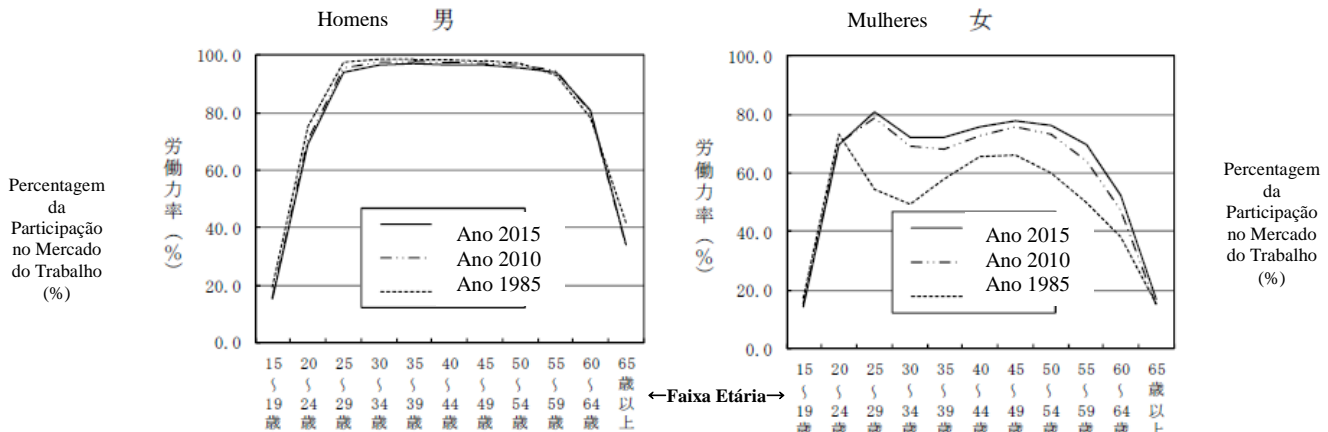
- Sobre a taxa de participação no mercado do trabalho, dos homens está a diminuir e das mulheres está a subir como a tendência de 2010.
- A taxa de participação no mercado de trabalho nas mulheres que têm entre 25 anos e 29 anos, pela primeira desde 1950 ultrapassou os 80%.

- 労働力率は平成 22 年に引き続き男性で低下, 女性で上昇
- 女性の労働力率は, 25~29 歳で比較可能な昭和 25 年以降初めて8割超

- ・ 15 歳以上人口の労働力率は 59.8%, 平成 22 年と比べると, 1.4 ポイント低下
- ・ 男女別にみると, 男性が 70.8%, 女性が 49.8%で, 平成 22 年と比べると, 男性が 3.0 ポイント低下しているのに対し, 女性は 0.2 ポイント上昇
- ・ 女性の 25~29 歳の労働力率が 80.9%となり, 比較可能な昭和 25 年以降初めて 8 割を超える

Imagem V A Comparação de taxa de Participação dos homens e mulheres no mercado de trabalho (1985, 2005 e 2015)

図5 年齢(5歳階級), 男女別労働力率—全国 (昭和 60 年, 平成 22 年, 27 年)



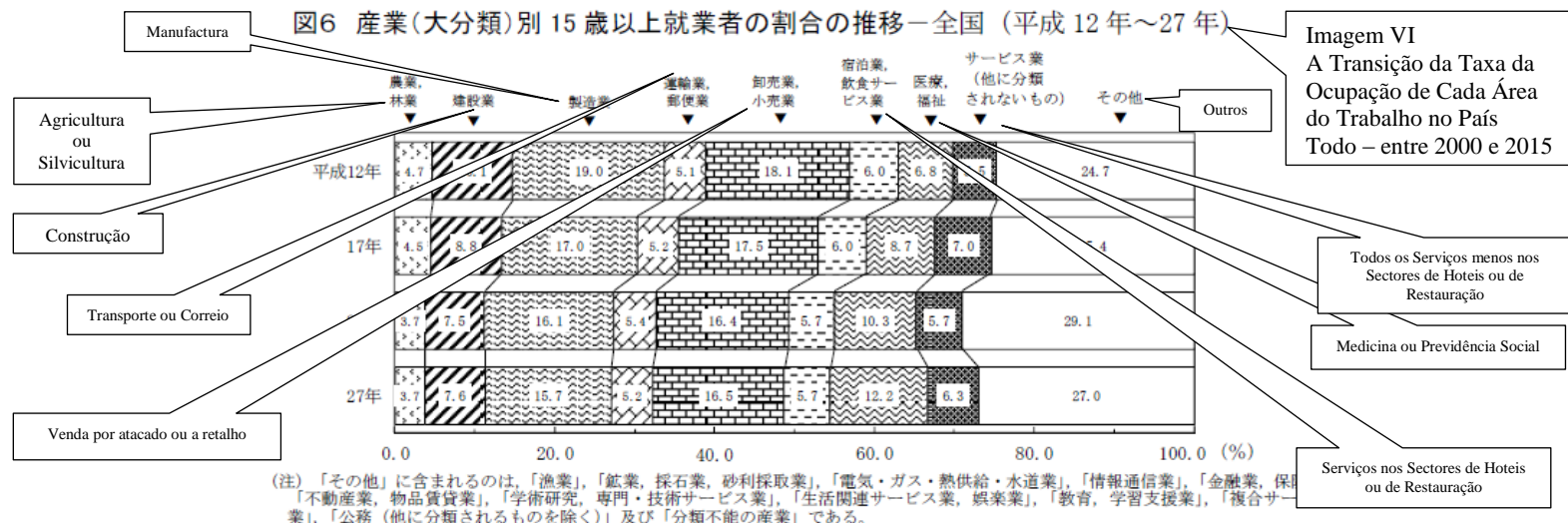
○A Taxa das pessoas com as profissões nas áreas da Medicina e da Previdência Social subiu como em 2010

- 「医療, 福祉」に従事する者の割合は平成 22 年に引き続き上昇

- ・ 15 歳以上就業者について, 産業大分類別の割合をみると, 「卸売業, 小売業」が 16.5%と最も高く, 次いで「製造業」が 15.7%, 「医療, 福祉」が 12.2%
- ・ 平成 22 年と比べると, 「医療, 福祉」が 2.0 ポイント上昇となり, 引き続き上昇

-Olhando para as categorias dos trabalhadores com mais de 14 anos, as áreas 'da Venda por atacado ou a retalho' têm mais ocupação da taxa que correspondem a 16,5%. As áreas da segunda maior ocupação são 'da Medicina e da Previdência Social' com 12.2% cuja percentagem é 2.0% maior do que a de 2010.

図6 産業(大分類)別 15 歳以上就業者の割合の推移—全国 (平成 12 年~27 年)



○ 「建設業」に従事する者の割合は福島県で高い

Prefeitura Fukushima tem uma percentagem alta sobre as pessoas que trabalham no Sector Construção Civil

- 15歳以上就業者について、都道府県別に産業大分類別の割合をみると、「卸売業、小売業」は大阪府で18.6%（全国は16.5%）、「製造業」は滋賀県で25.7%（同15.7%）、「医療、福祉」は高知県で17.6%（同12.2%）
- 「建設業」は、福島県で11.3%（同7.6%）、島根県で10.4%、宮城県で10.3%

- Sobre os trabalhadores mais de 15 anos, o sector 'Venda por atacado ou a retalho' encontra-se alta percentagem em Osaka de 18.6% (a média no Japão é de 16,5%). No sector 'Manufatura', a Prefeitura Shiga tem 25.7% (a média é de 15,7%). Prefeitura Kochi possui 17.6% da ocupação no sector da saúde ou care-worker (a média é de 12,2%)  
 - 'Prefeitura Fukushima tem a percentagem mais alta sobre as pessoas que trabalham no Sector Construção Civil, 11.3% (MÉDIA 7,6%), depois Shimane (10,4%), e Miyagi (10,3%)

Imagem II Primeiras três Prefeituras sobre a ocupação em cada Sector dos trabalhadores com idade de mais de 15 anos (2015)

産業大分類	第1位	第2位	第3位	(参考) 全国
A 農業、林業	青森県 (11.8%)	高知県 (10.8%)	秋田県 (10.8%)	3.7%
D 建設業	福島県 (11.3%)	島根県 (10.4%)	宮城県 (10.3%)	7.6%
E 製造業	滋賀県 (25.7%)	愛知県 (25.4%)	静岡県 (24.3%)	15.7%
H 運輸業、郵便業	千葉県 (7.4%)	埼玉県 (6.9%)	大阪府 (6.1%)	5.2%
I 卸売業、小売業	大阪府 (18.6%)	福岡県 (18.0%)	宮城県 (18.0%)	16.5%
M 宿泊業、飲食サービス業	沖縄県 (7.6%)	山梨県 (7.4%)	京都府 (7.1%)	5.7%
P 医療、福祉	高知県 (17.6%)	鹿児島県 (17.5%)	大分県 (17.1%)	12.2%
R サービス業（他に分類されないもの）	沖縄県 (9.0%)	東京都 (7.8%)	北海道 (7.3%)	6.3%

	Em Primeiro Lugar	Em Segundo Lugar	Em Terceiro Lugar	Em média
A Agricultura ou Silvicultura	Aomori (11.8%)	Kochi (10.8%)	Akita (10.8%)	3.7%
D Construção Civil	Fukushima (11.3%)	Shimane (10.4%)	Miyagi (10.3%)	7.6%
E Manufatura	Shiga (25.7%)	Aichi (25.4%)	Shizuoka (24.3%)	15.7%
H Transporte ou Correio	Chiba (7.4%)	Saitama (6.9%)	Osaka (6.1%)	5.2%
I Venda por atacado ou a retalho	Osaka (18.6%)	Fukuoka (18.0%)	Miyagi (18.0%)	16.5%
M Serviços nos Sectores de Hotéis ou de Restauração	Okinawa (7.6%)	Yamanashi (7.4%)	Kyoto (7.1%)	5.7%
P Saúde ou care-worker	Kochi (17.6%)	Kagoshima (17.5%)	Oita (17.1%)	12.2%
R Todos os Serviços menos nos Sectores de Hotéis ou de Restauração	Okinawa (9.9%)	Tokyo (7.8%)	Hokkaido (7.3%)	6.3%

○ 一般世帯数は5187万7千世帯、一般世帯の1世帯当たり人員は2.39人で平成22年に引き続き減少

- O número total dos lares são de 51.877.000 e cada lar em média tem 2.39 pessoas, que marcou um declínio em comparação com de 2010.  
 - Os lares que têm só uma pessoa ocupam mais de 30% (16.845.000 lares), cuja percentagem é mais alta que os outros lares.

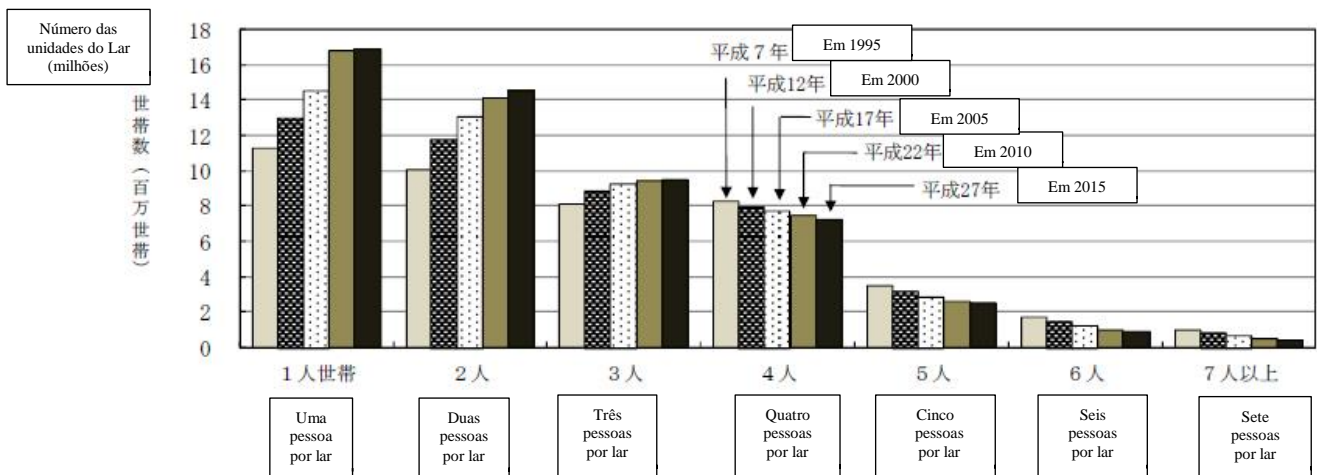
○ 世帯人員が1人の世帯が1684万5千世帯と最も多く、一般世帯の3割を超える

- 一般世帯数は5187万7千世帯、一般世帯人員は1億2410万5千人。一般世帯の1世帯当たり人員は2.39人となり、平成22年に引き続き減少
- 一般世帯数を世帯人員別にみると、世帯人員が1人の世帯が1684万5千世帯（一般世帯の32.5%）と最も多い

- O número total dos lares são de 51.877.000, compostos por 124.105.000 pessoas. O número dos membros de cada lar em média é de 2,39, que marcou declínio consecutivo seguido a de 2010.  
 - Olhando para as unidades de cada lar, a unidade de só uma pessoa ocupa a maior percentagem de 32.5% (16 milhões e 845 mil unidades)

図7 世帯人員別一般世帯数の推移—全国（平成7年～27年）

Imagem VII A Transição de número das unidades dos lares (1995-2015)



- Um Oitavo dos homens e um Quinto das mulheres com mais de 65 anos moram sozinhos

○ 65 歳以上男性の8人に1人, 65 歳以上女性の5人に1人が一人暮らし

- 65歳以上人口のうち, 単独世帯(世帯人員が1人の世帯)の人口は562万6千人。65歳以上人口に占める割合の16.8%となっており, 平成22年に引き続き上昇
- 男女別にみると, 65歳以上人口に占める割合は, 男性が12.5%, 女性が20.1%となっており, 65歳以上男性の8人に1人, 65歳以上女性の5人に1人が単独世帯
- 老人ホーム等に居住する「社会施設の入所者」は168万5千人, 平成22年と比べると約1.4倍

- Dentro da população com mais de 65 anos, o número das pessoas que moram sozinhas é de 5 milhões e 626 mil, ocupando 16,8% dessa população, o que mostra o aumento consecutivo como em 2010.

- Olhando para o sexo da população com mais de 65 anos, um oitavo dos homens e um quinto mulheres moram sozinhos.

- O número das pessoas que estão nas casas do lar ou nos institutos semelhantes é de 1 milhão e 685 mil, 1,4 vezes mais alto que o de 2010.

Tabela III, tipo e a transição dos lares com mais de 65 anos (1995-2015)

表3 世帯の種類, 男女別65歳以上人口の推移-全国(平成12年~27年)

Sexo, Ano do Censo	Mais de 65 anos	実数 (千人)			Mais de 65 anos			割合 (%)		
		Número (mil)			Percentage (%)					
		Moram Sozinhos	Estão na casa do lar	Estão no Hospital	Moram Sozinhos	Estão na casa do lar	Estão no Hospital			
		65歳以上人口	うち 単独世帯	うち 社会施設の 入所者	うち 病院・療養所の 入院者	65歳以上人口	うち 単独世帯	うち 社会施設の 入所者	うち 病院・療養所の 入院者	
<b>Número Total</b>	総数									
Em 1995	平成 12 年	22,005	3,032	485	528	100.0	13.8	2.2	2.4	
Em 2000	17 年	25,672	3,865	826	539	100.0	15.1	3.2	2.1	
Em 2005	22 年	29,246	4,791	1,201	449	100.0	16.4	4.1	1.5	
Em 2015	27 年	33,422	5,626	1,685	443	100.0	16.8	5.0	1.3	
<b>Homens</b>	男									
Em 1995	平成 12 年	9,222	742	113	164	100.0	8.0	1.2	1.8	
Em 2000	17 年	10,875	1,051	192	177	100.0	9.7	1.8	1.6	
Em 2005	22 年	12,470	1,386	280	161	100.0	11.1	2.2	1.3	
Em 2015	27 年	14,406	1,797	408	162	100.0	12.5	2.8	1.1	
<b>Mulheres</b>	女									
Em 1995	平成 12 年	12,783	2,290	371	364	100.0	17.9	2.9	2.8	
Em 2000	17 年	14,797	2,814	634	362	100.0	19.0	4.3	2.4	
Em 2005	22 年	16,775	3,405	921	287	100.0	20.3	5.5	1.7	
Em 2015	27 年	19,016	3,830	1,278	281	100.0	20.1	6.7	1.5	

# 65歳以上 人口の26.7%

## 15年国勢調査速報 15歳未満は12.7%

総務省は29日、2015年の国勢調査の速報値を発表した。今回から「団塊の世代」が含まれるようになった65歳以上の割合は、10年の前回調査より3.7ポイント多い26.7%で過去最高となった。一方、15歳未満の子どもは12.7%で過去最低だった。1920年の調査開始以来、初めて全都道府県で65歳以上の割合が15歳未満を上回った。

65歳以上の人口は3342万2千人。割合はイタリア(22.4%)やドイツ(21.2%)を上回り、主要国で最も高い。都道府県別では高い順に秋田(33.5%)、高知(32.9%)、鳥根(32.6%)。低い順では沖縄(19.7%)、東京(22.9%)、愛知(23.8%)。

15歳未満は1586万4千人で、割合は前回調査より0.5ポイント低い

12.7%だった。1980年調査から8回連続で前回調査を下回っている。

一方、働いている人と求職している人の合計の割合を示す労働力率は、男性は高齢化の影響で過去最低の70.8%、女性は75年以降で最高の49.8%だった。幅広い世代で働く女性が増えており、25~29歳の女性は80.9%で、初めて8割を超えた。ただ、男性は正規雇用が64.4%だったのに対し、女性は38.9%でパート・アルバイト(43.0%)を下回った。

国勢調査は5年に1度、10月1日時点で調べ、速報値は推計を含む。2月に発表済みの総人口は1億2711万人で、5年前と比べて減少に転じていた。

(上栗崇)

# 65歳以上4人に1人超す

## 15年国勢調査 15歳未満最低

総務省が29日発表した2015年国勢調査の「10%抽出速報」によると、総人口に占める65歳以上の割合（高齢化率）は、1920年の調査開始以来最高の28・7%となり、初めて高齢者が4人に1人を超えた。

前回の10年調査から3・7%上昇した。15歳未満は0・5%低下がり、12・7%で最低を更新。少子高齢化が一段と進み、社会保障の財源確保や地域の維持に大きく影響しそうだ。

働いていたり、職を探していたりする女性の割合（労働力率）は、ほとんど

の年代で前回から上昇したものの小幅にとどまり、子育て世代は落ち込む「M字カーブ」は依然として残った。1人暮らしの世帯は過去最多となった。高齢化率は22・4%のイタリアや21・2%のドイツなどを引き離し、世界で最も高い水準。逆に15歳未満の割合は最低の水準となっている。都道府県別では、高齢化率は前回に比べ全都道府県で上昇。41道府県で25%を超え、うち12県は30%以上だった。最高は秋田の33・5%で、高知32・9%、島根32・6%と続いた。

都道府県別65歳以上人口の割合(2015年)



25%を切ったのは埼玉、東京、神奈川、愛知、滋賀、沖縄の6都県。ただ全国最低の19・7%だった沖縄県でも65歳以上の人口が15歳未満を超えたことで、全都道府県で65歳以上が15歳未満より多くなった。

女性の労働力率は49・8%で前回から0・2%上昇。年代別で見ると、25〜29歳は80・9%で、比較可能な50年調査以降で初めて80%を超えた。ただ、出産や子育ての時期と重なる人が多いとみられる30〜39歳は、前後の年代に比べて下がっているのが特徴だ。

世帯人数は1人暮らしが32・5%で最多。若年層を中心に未婚者が増えていることに加え、高齢者の単身世帯も増加傾向で、65歳以上では男性の8人に1人、女性の5人に1人が1人暮らしだった。

# 65歳以上4人に1人超

## 高齢化で社会構造変化

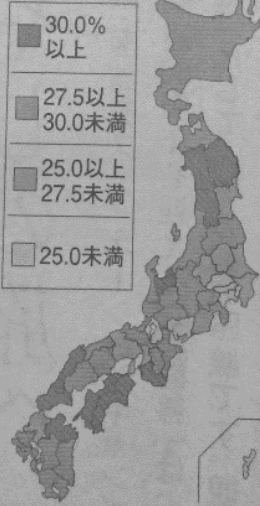
国勢調査で初

総務省が29日発表した平成27年国勢調査の「1%抽出速報」で、総人口に占める65歳以上の割合（高齢化率）が過去最高となる26・7%に達し、大正9（1920）年の国勢調査開始以来、初めて高齢者が4人に1人を超えたことが明らか

になった。労働力人口が多い東京でも高齢化率が上昇するなど、少子高齢化による社会構造の大きな変化が浮き彫りになった。日本の総人口は平成22年実施の前回調査から94万7千人減り、1億2711万人となった。国勢調査で総

人口の減少は初めて。総人口のうち65歳以上は3342万2千人で、高齢化率は3・7%の上昇だった。都道府県別の高齢化率は、最下位の沖縄県（前回調査17・4%）が19・7%で、東京都（同20・4%）が22・9%。最も高齢化が

都道府県別65歳以上人口の割合（平成27年）



進んでいる秋田県（同29・6%）は33・5%で、高知県（同28・8%）も32・9%となるなど全都道府県で上昇した。

65歳以上のうち、老人ホームなどの施設に入所している人は前回調査の1・4

倍となる168万5千人に急増した。高齢者では男性の8人に1人、女性の5人に1人が1人暮らしとなっている。世帯人数は、同居者のいない高齢者や若年層を中心に未婚者が増えていること

から1人暮らしが32・5%で最多を記録した。一方、総人口に占める15歳未満は前回調査から0・5%減の12・7%に低下。総人口に占める65歳以上の割合が世界の国の中で最も高い一方、15歳未満の割合は最下位となった。また、女性の25〜29歳における労働力率が80・9%となり、比較可能な昭和25年以降で初めて8割を超え女性の社会進出を反映したが、子育て世代で落ち込む「M字カーブ」は依然として残った。

# 65歳以上 初の1.4超

国勢調査  
15年速報

総務省は29日、2015年の国勢調査の抽出速報集計結果を発表した。総人口に占める65歳以上の高齢者の割合（高齢化率）は26.7%で、前回10年比で3.7%増と過去最高を更新した。1920年の調査開始以来、今回初めて、総人口の4分の1以上を高齢者が



29日、テロがあったイスタンブールのアタチュルク国際空港で、割れたガラスを片づける空港関係者（AFP時事）

襲撃。自爆前には警官らとの銃撃戦になった。

〈関連記事8面〉

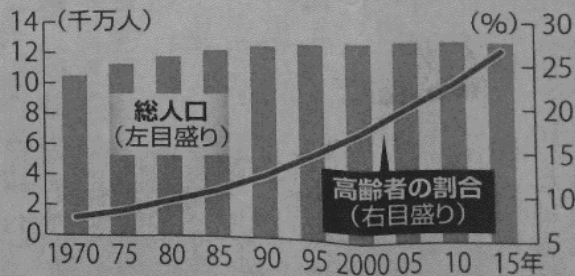
占め、全都道府県で65歳以上の人口が15歳未満の子供人口を上回った。

総人口1億2711万人の年齢別内訳は、65歳以上3342万人、15～64歳7592万人（前回比3.2%減）、15歳未満1586万人（0.5%減）で高齢者以外は、いずれも減少。都道府県別では、前回唯一、15歳未満人口が65歳以上人口を上回っていた沖縄県が今回、逆転した。

15歳以上の労働力人口は6075万人で、前回より295万人減少した。女性の労働力率は49.8%で前回より0.2%上昇した。女性の25～29歳は2.2%増の80.9%で、初めて8割を超えた。35～39歳も4.4%増の72.4%で、女性が出産などで退職し、労働力率がいったん下がる「M字カーブ」の底が上昇した形だ。

日本の高齢化率は、05

●日本の総人口と65歳以上の高齢化率の推移



年以降、3回連続で世界で最高となった。速報は、昨年の国勢調査から全世帯の1%を抽出して集計した。

〈関連記事4面〉

## 編集手帳

ひと頃、【KY】言葉が使われた。が読めない」の意。いまも時どきから、新語と命の部類だろう。◆くして、同様のローマ字



# 高齢化社会

65歳以上26% / 6人に1人

# 年金・税見直し焦点

働くシニア・女性進出増へ

総務省が29日公表した「15年国勢調査（抽出速報）」では、初めて全国の都道府県で65歳以上の高齢者の割合が15歳未満の「子ども」の割合を上った。老人ホームなどの入居者も急増、介護などの受け皿づくりと併せ、高齢者に相応の負担を求め、社会保障制度改革も課題になる。（1面参照）

65歳以上人口の割合と

15歳未満人口の割合を比べると、前回の10年調査では唯一、「子ども」の方が高かった沖縄県も今回は65歳以上の高齢者が15歳未満を逆転した。

国勢調査から社会の成り立ちも浮かび上がる。老人ホームなどの施設に入居する高齢者は168・5万人。前年から4割増え、10年前の2倍に上った。

国勢調査は医療・福祉分野が社会進出する女性の受け皿になっている。比較的若い人が、将来の高齢化ペースはむしろ地方より早まる。首都圏や大阪府などは25年までの間に75歳以上人口が6・10割増のペースだ。単身者比率も上昇傾向で、介護が必要な高齢者を家族だけでケアするのは難しい。

急激な少子高齢化の進展で今年度後半以降、社会保障制度見直しも政府内でも焦点になる。働く高齢者については給料を得るとそれに応じて年金

急激な少子高齢化の進展で今年度後半以降、社会保障制度見直しも政府内でも焦点になる。働く高齢者については給料を得るとそれに応じて年金

額が減る仕組みが就業意欲を弱めているとの指摘があり、見直しが課題だ。安倍政権はシニアの雇用促進に向け、定年延長や継続雇用を企業に迫る

出支援は、政府の税制調査会が所得税改革で掲げる目標の一つだ。専業主婦を前提とした配偶者控除額が一定になるような案も含め制度を改める方向で議論を進める。

政府は保育士の給与アップや介護施設の整備も進める。保育の受け皿は2013～17年度に50万人分を増やす目標だ。みずほ総合研究所の高田創チーフエコノミストは、「負担がのしかかる現役世代に重点を置いた制度改革が必要。18歳に選挙権を与えられたこの機に改革を加速すべきだ」という。

まで仕事に就いていない主婦らが保険料を払う側に回ることで膨張が続く

社会保障財政改善も期待できる。男性の育児休業取得促進など、家事・育児

の負担均等化を通じ女性の労働市場復帰を後押しすることも欠かせない。

Anexo H- Artigo dos cinco jornais do Kisha Club sobre a Candidatura à Eleição Presidencial da Câmara Municipal de Tóquio

# 都の顔選び 混迷



都知事選への出馬を表明する小池百合子衆院議員(20日午前、衆院第1議員会館で) 中村光 撮影

## 小池氏名乗り

### 都知事選 2016

# 「有力候補」出馬次々否定

自民党の小池百合子衆院議員(63)が29日、東京都知事選(7月14日告示、31日投開票)に名乗り出た。都知事選はこれまで知名度の高い候補が告示直前に出馬表明する「後出しじゃんけ

ん」が有利とされてきた。しかし、環境相や防衛相を歴任し、高い知名度を誇る小池氏が最初に出馬を宣言したことで、候補者選考は混迷としてきた。

〈本文記事2面〉  
自民党都連は29日夕、緊急の幹部会を開き、会議後、記者会見した都連会長の石原経済再生相は、小池氏の出馬表明について、「どういふ意思で立候補表明したのか、承知していない」と不快感を示した。候補者については「様々な方に話している段階」と言葉を濁した。都連は、政治家出身ではなく、実務家の擁立を模索。白羽の矢を立てたのが、独自に実施した世論調査でトップだった前総務次官の桜井俊氏(62)だった。人気アイドルグループ嵐の桜井翔さんの父で、「官僚として

(の実務能力に加えて、知名度も高い(都連幹部)として最も有力候補に挙がった。しかし、桜井氏は今月15日、光栄が出るつもりはない(都知事の器ではない)と報道陣に出馬を否定。29日に石原経済再生相と都内で会談したが、考えは変わらなかったという。

都連内では、前岩手県知事で、自民党政権下で総務相を務めた増田寛也氏(64)、前厚生労働次官の村木厚子氏(60)の名前が挙がっている。しかし、増田氏は今月17日、報道陣に対して「打診があっても出馬はありません」と回答。村木氏も29日、「出る可能性はゼロ」と明確に否定した。

一方、民進党も29日、都連選対会議を開き、都知事選の対応を協議した。都議会議進党が最も有力としたのは、

都知事選候補で名前があがっている人の反応 ※敬称略	
 宇都宮健児 弁護士	野党共闘の流れの中で、大きな枠組みでの要請があれば、立候補する準備はある(29日、取材に対し)
 片山善博 前鳥取県知事	私は今の仕事に残留派で、離脱派ではない(26日、民放のテレビ番組で)
 北川正恭 元三重県知事	出馬は100%ない。三重県知事を終える時に政治家としてはやりきったという気持ち(29日、取材に対し)
 桜井俊 前総務次官	大変光栄だが出るつもりはない(15日、報道陣に対し)
 竹花豊 元都副知事	自民、公明の支援が受けられれば検討する(25日、取材に対し)
 橋下徹 前大阪市長	はっきり言いますが、僕は都知事選には出ません(20日、インターネット上で)
 東国原英夫 前宮崎県知事	知事選に出るつもりはない。(告示期間中に)仕事も入っている(29日、マネジメント会社を通じて)
 増田寛也 前岩手県知事	打診があっても受ける考えはない。確信を持って断言する(17日、報道陣に対し)
 村木厚子 前厚生労働次官	出馬の可能性はゼロ(29日、取材に対し)

前鳥取県知事で民主党政権の際に総務相を務めた片山善博氏(64)。しかし、片山氏は26日に民放テレビ番組で出馬を否定した。元三重県知事の北川正恭氏(71)の名前も出ているが、読売新聞の取材に出馬の意向がないことを明言している。

この日は、党内から擁立する場合として、江田憲司・代表代行(60)、長島昭久・元防衛副大臣(54)、柿沢未途衆院議員(45)、海江田万里・元民主党代表(67)の4人を発表。都連会長の松原仁衆院議員は「党内外からの擁立を並行して進め、一本化した」と説明した。

このほか、前宮崎県知事で、2011年の都知事選に立候補した東国原英夫氏(58)は「仕事も入っており、出るつもりはない」とマネジメント会社を通じて回答。また、前大阪市長の橋下徹氏(47)は今月20日、インターネット上で「はっきり言いますが、僕は都知事選には出ません」と不出馬を表明している。

一方、元都副知事で警察官出身の竹花豊氏(67)は25日、読売新聞の取材に「自民、公明の支援が受けられれば出馬を検討する」と述べた。

12年、14年の都知事選に出馬した元日本弁護士連合会長の宇都宮健児氏(69)は「複数の市民団体の要請を受けているが、より大きな枠組みで要請があれば、立候補する準備はある」と意欲を見せている。

# 都知事選 自民調整難航も

## 小池氏 突然の出馬表明

東京都知事選（7月14日告示、31日投票）で、自民党の小池百合子・元防衛相（63）（衆院東京10区、当選8回）が29日に出馬を表明し、同党都連が前総務次官の桜井俊氏（62）に出馬を要請するなど、舛添要一・前知事の後任選の動きが一気に慌ただしくなってきた。ただ、自民党内には小池氏支援に難色を示す声も多く、調整は難航しそうだ。（関連記事36面）

### 都連は桜井氏に出馬要請

「希望あふれる東京の構え、狙いがあるとみられる。桜井氏は「出馬要請を固辞し続けている」（都連幹部）とされ、「与党分裂選挙の可能性があれば、桜井氏もそう簡単には出馬には出ない」（現時点で）と「一切ない」として、「（これから）お願ひしていきたくて述べた。谷垣幹事長には会見前に出馬の意向は伝えたという。小池氏がこの時期に名乗りを上げた背景には、自民党都連が現在、擁立を目指すとしている桜井氏をけん制する狙いがある」とみられる。桜井氏は「出馬要請を固辞し続けている」（都連幹部）とされ、「与党分裂選挙の可能性があれば、桜井氏もそう簡単には出馬には出ない」（現時点で）と「一切ない」として、「（これから）お願ひしていきたくて述べた。谷垣幹事長には会見前に出馬の意向は伝えたという。小池氏がこの時期に名乗りを上げた背景には、自民党都連が現在、擁立を目指すとしている桜井氏をけん制する狙いがある」とみられる。桜井氏は「出馬要請を固辞し続けている」（都連幹部）とされ、「与党分裂選挙の可能性があれば、桜井氏もそう簡単には出馬には出ない」（現時点で）と「一切ない」として、「（これから）お願ひしていきたくて述べた。谷垣幹事長には会見前に出馬の意向は伝えたという。小池氏がこの時期に名乗りを上げた背景には、自民党都連が現在、擁立を目指すとしている桜井氏をけん制する狙いがある」とみられる。

### 東京都知事選を巡る 自民党内の構図



したと自己アピールした。ただ、自民党や党都連内

### 中国領有権主張

【ブリュッセル】横堀裕也、マニラに向井ゆう子  
中国が南シナ海で主張する「九段線」は国連海洋法条約に違反するなどとして、フィリピンが2013年に提訴した仲裁裁判で、オランダ・ハーグの仲裁裁判所

### ドキュメント 参院選

選挙戦が中盤を迎える中、3年前の参院選で初当選した公明、共産両党の女性議員も新人候補の応援で選挙区を駆け回っている。「今回、私ではない新人の挑戦です。よろしくお願ひします」  
横浜市神奈川区の商店街に姿を現した公明党の佐々木さやか参院議員（35）は29日、候補者ながらに店を

では今のところ、小池氏を積極的に応援する動きは多くない。日本新党や新進党などを渡り歩き、細川元首相や小沢一郎・現生活の党共同代表らの側近だった経歴などに、「変わり身が早い」との評があるためだ。都連内では「根回しがほと

んどなく、唐突な出馬発表だ」との不満も渦巻く。都連会長の石原経済再生相ら幹部は29日、急きょ党本部に集まり、対応を協議したが、「人選を急ぐ」とだけを決めた。萩生田光一官房副長官は29日の記者会見で、「小池氏出馬は」

やや違和感を感じる」と不快感を示した。しかし、仮に自民党が候補者を擁立できなければ、「結果的に勝ち馬に乗らざるを得なかった前回選の舛添氏と同様、小池氏を応援せざるを得なくなる」（都連幹部）との声も出ている。

# 自民、桜井俊氏に出馬要請

7月1日告示の東京都知事選に向けて、自民党都連の石原慎也会長は29日、副都務事務次官の桜井俊氏(52)と談話し、立候補を要請した。桜井氏は慎重な構えとされるが、自民は脱退を続ける方針だ。一方、この日、同党衆議議員の小池百合子元防衛相(52)も衆議院東区11区で党の了承なしに立候補を明、党内から戸惑いや反響の声が相次いだ。



自民東京連の会合後、記者会見する石原慎也・都連会長(右)と、事務次官の桜井俊氏(左)。

## 小池氏の表明には反発

2016 都知事選



立候補表明の記者会見を終え、会場を後にする小池百合子元防衛相。29日午前、飯塚第一撮影。

石原氏が会談した桜井氏は、自民党都連が要請を検討していた候補のひとりだ。自民が支援した都知事の猪瀬直樹、舛添要一氏が掲げて「政治とカネ」の問題で途中辞職、自民は今回、カネの問題が追及され

る可能性が低い「国会議員以外」を前提に候補者選定を進めていた。官邸出身の桜井氏を推す声は強く、一部の国会議員らが打診、桜井氏は15日、記者団に立候補を否定していたが、人気アイドルグループ「嵐」の櫻井翔さんの父親としての知名度もあるため、「勝てる候補」になるため、擁立にこだわってきた。

告示まで1週間ほどとなった。都連会長の石原氏が直ちに、都連関係者、参院選

## 離党否定 支援期待も

「崖から飛び降りる覚悟で、政治を増やすことではない。挑戦したい」。記者会見を開いた小池氏は都知事選への意欲を語った。会見では、今回の都知事選で「政治とカネ」が注目され、自民が官邸のBを主に候補者選定を進めていることを踏まえて、「圧倒的多数の国会議員がルールにのっとっている」「首都東京に必要なのは、もう一人行

を見込んで、このタイミングで勝ち出たんだ」と。都連は準備期間を考慮して、遅くとも週明けには独自候補を決めたい考えだ。党関係者は「一他に手を挙げない人がいなかったら、小池氏が仕方がない」という話。だが別の都連幹部はこう話す。「小池氏が出たことで官邸も本気で動く。桜井氏擁立の動きは加速する。桜井氏のような強力な候補が出れば、ゆるめる可能性はある」。

## 野党は擁立難航

民進党の枝野幸男幹事長は29日、名古屋市内で民進が小池氏を推す可能性を問われ、「ありえない」と否定した。だが、野党側の候補擁立作業は難航。参院選

1人区で共闘する4党で都知事選でも共闘することを確認したが、有力な候補者が見つからないのが実情だ。民進都連は29日夕、緊急の選対会議を開き、江田憲司衆議議員、長崎昭久衆議議員、柿沢未途衆議議員、前民主党代表の海江田万里氏の4人を中心候補として党本部に伝えることを決めた。都連幹部によると、党本部が元鳥取県知事の片山善博氏への打診を続けてい

# 小池氏出馬 自民動揺

## 都連は桜井氏に要請

### 与野党混迷「顔」選び

東京都知事選（7月14日告示、同31日投票）で、自民党の小池百合子元防衛相（63）＝衆院東京10区＝が29日、立候補を表明した。自民党都連幹部に事前の相談はなく、党内には動揺が走った。都連は小池氏を支援しない見通しで、桜井俊前総務事務次官（62）に出馬を要請したが、桜井氏は固辞しているという。野党も含め都知事選の候補者選びは混迷を深めている。

【川畑さおり、柳澤一男、高橋恵子】

知事選が2020年東京五輪と重なる事態を避けるため任期を3年半にすることを掲げ、

「初の女性都知事を目指す」と強調した。

前日の28日夜、小池氏は選挙区の自民党区議らを集め「都知事選に立候補する」と明言していた。「出馬した際は支援する」との内容が書かれた紙を差し出し、署名を求めたという。その場に地元都議の姿はなかった。

突然の会見に都連幹部は「全く聞いていない」と異口同音に述べた。出馬表明を受け都連は29日、党本部で緊急の幹部会を開き対応を協議した。「どんな枠組みで出ようとしているのか」など憤りが噴出したという。

会合後、都連会長の石原伸晃経済再生担当相（59）は記者会見し「都連として候補者決定には至っていない」と述べた。小池氏については「何の相談もない」とうろたう材料を持ち合わせていないと不快感を示した。都連内では桜井氏擁立を求める声が強まり、党関係者によると、都連は桜井氏に出馬を要請した。桜井氏は27日に自ら首相官邸を訪れ「要請を受けても出

東京都知事選への出馬を表明する小池百合子元防衛相  
＝東京都千代田区で29日、小出洋平撮影



馬はしない」と伝えては根強い。村木厚子前厚生労働事務次官（60）の名前も挙がる。

総務省は、大都市の法人住民税などを一部国税化して地方交付税の原資とする「偏在是正」を進めようとしており、都幹部には「桜井氏が知事になれば東京の財源が国に吸い上

げられる」との危機感もある。村木氏には「福祉施策に熱心で、都の財布を国に差し出すことほしくないはず」との期待が高く、一部幹部は都庁内の待望論を自民都議に伝えた。党内には前岩手県知事の増田寛也・元総務相（64）の実務能力を評価する意見もある。

それでも著名人の知事が2代続けて「政治とカネ」の問題で辞職したことを受け、党内からは「人気投票ではなく実務的な人」との要望が上がる。桜井

## 民進 共闘念頭に

民進党都連は29日、選挙対策委員会を開き、党所属の現職・元職の衆院議員4人を中心に都知事選の候補者を調整することで一致した。党外からの候補者選定の可能性も残り、自公の動きを見ながら参院選投票（7月10日）までをめどに選定作業を進める方針。

松原仁都連会長によ

ると、打診を決めたのは、いずれも衆院議員の江田憲司代表代行（60）、長島昭久元副防衛相（64）＝都連幹事長、柿沢未途選対委員長（45）＝都連幹事長代行＝と、元衆院議員の海江田万里元民主

党代表（67）＝都連最高顧問。野党4党で共闘できる可能性が高い人物を選んだといふ立候補の意思を）これか

ら個別に聞いていく」としている。都議会民進党（旧民主）は「都政の混乱を避けるため自民、公明、民進で推せる候補を立てるべきだ」として、前鳥取県知事の片山善博・慶応大教授

長（69）が「野党共闘の枠組みの中で自分にとってほしいという動きがあれば、準備はある」としている。

このほか、過去2回出馬した宇都宮健児・元日本弁護士連合会会

長（69）が「野党共闘の枠組みの中で自分にとってほしいという動きがあれば、準備はある」としている。

【高橋昌紀、飯山太郎】

江田憲司氏



片山善博氏



竹花豊氏



石原伸晃氏



増田寛也氏



村木厚子氏



桜井俊氏



長島昭久氏



柿沢未途氏



海江田万里氏



宇都宮健児氏



「崖から飛び降りる覚悟で挑戦したい」。

小池氏は29日午前国会内で開いた記者会見で決意を語った。党の支援がなくても出馬するかわれ「私はあくまで自民党議員。これからの流れを見極めた」と述べた。次の都

民進党都連は29日、選挙対策委員会を開き、党所属の現職・元職の衆院議員4人を中心に都知事選の候補者を調整することで一致した。党外からの候補者選定の可能性も残り、自公の動きを見ながら参院選投票（7月10日）までをめどに選定作業を進める方針。

松原仁都連会長によ

ら個別に聞いていく」としている。都議会民進党（旧民主）は「都政の混乱を避けるため自民、公明、民進で推せる候補を立てるべきだ」として、前鳥取県知事の片山善博・慶応大教授

長（69）が「野党共闘の枠組みの中で自分にとってほしいという動きがあれば、準備はある」としている。

# 自民、桜井氏に出馬打診

## 都知事選 小池氏が立候補表明



【本紙記者 石原伸晃 東京26日電】自民党の都知事選出馬打診に、小池百合子元防衛相が「検討中」と答えた。小池氏は、6月14日の記者会見で、自民党の都連会長の石原伸晃と、同日、立候補

を表明した。

石原氏は会談で桜井氏に、都連内で待望論が高まっていることを説明。これに対し桜井氏は「家族に迷惑をかけたくない」などと

述べている。都連はこの後、党本部で幹部会合を開き、対応を協議。石原氏は会合

後の記者会見で「さまざまな方に接触したが、きょうの段階で推薦する状況に至っていない」と説明した。

一方、小池氏は国会内で記者会見し「自民党議員として出馬の決意を固めた。崖から飛び降りる覚悟で挑戦したい」と決意を表明。

今後、自民党本部や都連に支援を求めるとしたが、公認や推薦を得られない場合の出馬の可否については「流れを見極める」と述べ、明言しなかった。

2面に「自民困惑」、面に「根回しなし」

26

7.31  
都知事選

### 小池氏 立候補表明

# 自民困惑「違和感ある」 桜井氏の出馬牽制か

自民党の小池百合子元防衛相が早々に東京都知事選への出馬を表明したのは、出馬待望論が高まりながらも固辞する桜井俊前総務事務次官の牽制を牽制する思惑がありそうだと、小池氏は29日の記者会見で「東京に必要なのは、行政官ではなく突破力で課題を解決する政治家だ」と述べ、対抗心をにじませた。

党幹部は「小池氏は自身が名乗りを上げること、桜井氏が「候補は他にもいる」と説得を受け入れない

よう先手を打ったのでは」とみる。小池氏は安倍晋三首相と距離があり、都知事選に打って出たほうが自身の活躍の場が広がると判断したとの見方もある。小池氏は記者会見で「自民党議員として出馬する」と何度も強調し、都連や党本部に支援を要請する意向も表明した。ただ、都連や党幹部には小池氏の出馬に

否定的な意見が多い。それだけに「最終的に消去法的に推されることを期待しているのでは。有力候補が他に現れたら分裂選挙を避ける名目で辞退し、政権に恩を売ってポストを求める可能性もある」（中堅議員）との見方もある。党本部や都連には困惑も広がる。都連所属の秋生田光一官房副長官は29日の記

者会見で「都連執行部に何ら相談なく意思を表明することは違和感がある」と指摘。出馬会見の直前、石原伸晃経済再生担当相が真偽を確かめようとしたが、小池氏は電話に出なかったという。都連幹部は「自民党が分裂しているとみられたら最悪。テロ行為だ」と不快感をあらわにした。一方、民進党都連会長の松原仁衆院議員は、同党の江田憲司代表代行や長島昭久元防衛副大臣、柿沢未途衆院議員、海江田万里元民主党代表の4人の名前を候補者として挙げた。議員以外と並行して選考を急ぐ考えだ。

# 都知事選、自民の候補選び混迷

## 小池氏出馬表明に異論 桜井氏に打診も固辞



桜井俊氏

小池氏(29日、衆議院第1議員会館)

自民党の東京都知事選(7月14日告示・31日投開票)の候補者選びが迷走してきた。小池百合子元防衛相が29日、都連の制止を振り切って出馬を

表明したが、党内には小池氏の擁立に異論がくすぶる。一方、都連は同日、桜井俊前総務次官に正式に出馬を要請。ただ桜井氏は改めて固辞する考えを伝えた。自民党内には小池、桜井両氏以外の候補を探る動きもある。自民党都連は29日、党本部に都選出の国会議員を集め、都知事選の対応について協議した。会長

が、桜井氏は出馬する意思はない考えを表明した。

桜井氏の出馬への説得が不調となる中で、小池氏の出馬表明には困惑が広がる。ある都連幹部は「もともと桜井氏は出馬に慎重だ。説得するハードルが高まった」と危惧。別の幹部は「何の相談もなしに決めるのはおかしい」と述べ、党として小池氏を推薦すべきでないとの認識を示す。

### 空自元幹部

### 「中国軍機が攻撃動作」

航空自衛隊28日にインシナ海上空で、中国軍機が攻撃動作を行っていると指摘し、萩生田光一29日の記者会見で「消去法だが小池氏でも仕方ない」と述べた。

と小池氏の出馬を容認する声も出ている。

### ミサイル防衛で日米韓が初演習

海上自衛隊は29日、米韓両国の海軍と弾道ミサイルを探知・追尾する演習「パシフィック・ドラゴン」を28日に米ハワイ周辺海域で実施したと発表した。日米韓3カ国に